



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**DIREITO DE PROPRIEDADE E AS OCUPAÇÕES DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA:
UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS AÇÕES
POSSESSÓRIAS CONTRA O MST NO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

por

LUÍSA MARCONI PERLINGEIRO

ORIENTADORA: Viviane Magno Ribeiro

2022.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

**DIREITO DE PROPRIEDADE E AS OCUPAÇÕES DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA:
UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS AÇÕES
POSSESSÓRIAS CONTRA O MST NO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

por

LUÍSA MARCONI PERLINGEIRO

Monografia apresentada ao
Departamento de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do
Título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Viviane Magno Ribeiro

2022.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, à minha avó, ao meu tio e ao meu irmão, por todo o apoio durante a elaboração desta pesquisa.

Aos meus amigos e às minhas amigas, principalmente ao Vitor, ao Daniel, ao Heitor, ao Lucas, ao Gabriel, à Hannah e à Mariana, que dividiram a experiência da monografia comigo.

Aos meus professores e às minhas professoras, em especial à Viviane, por ter me orientado com tanta atenção e carinho e por ter sido determinante para a minha formação, à Thula e ao Chico, pelos enriquecedores anos de convívio acadêmico, e ao Rafael, pelas aulas excepcionais que despertaram o meu interesse pelo tema. Todos, cada um à sua maneira, contribuíram para formar a minha concepção sobre o que é o Direito.

RESUMO

O acesso à terra garante uma gama de direitos fundamentais e é reivindicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST destacadamente através das ocupações coletivas. Travando uma disputa possessória que denuncia a concentração fundiária, demanda a reforma agrária e confronta um direito de propriedade concebido como absoluto, esse modo de luta se espalha por todo o território nacional, inclusive por terras fluminenses. Muitos dos conflitos que dele emergem terminam no Judiciário, cuja relevância para a questão agrária se destaca. O presente trabalho tem como objetivo descobrir como o Poder Judiciário se posiciona diante das ocupações coletivas do MST no Estado do Rio de Janeiro. Valendo-se de aporte bibliográfico, identifica, no ordenamento jurídico, elementos indicativos de permanências e rupturas dessa concepção tradicional da propriedade privada e as reações que geralmente se operam quanto às ocupações coletivas de terras. Apoia-se, ainda, na análise dos pronunciamentos judiciais nas ações possessórias ajuizadas em face do MST no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 2003, ano em que o Código Civil de 2002 entrou em vigor, até fevereiro de 2022. Confrontados os elementos aportados pela teoria com a pesquisa empírica, observa-se que, no universo analisado, predominam posicionamentos resistentes às ocupações de terras e que a postura do Poder Judiciário fluminense se mostrou conservadora de uma concepção do direito de propriedade privada como direito pleno.

Palavras-chave: Acesso à terra. Direito de propriedade. Ocupações coletivas de terras. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Ações possessórias. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. TERRA, POSSE E PROPRIEDADE.....	8
2.1. Propriedade e posse: a terra ingressa no ordenamento jurídico	8
2.1.1. O ingresso da terra no ordenamento jurídico brasileiro: formação da propriedade e da cerca jurídica da terra no Brasil	10
2.1.2. Propriedade e posse no direito positivo a partir da Constituição Federal de 1988	19
2.2. Reforma e contrarreforma agrária	32
3. AS OCUPAÇÕES COLETIVAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST.....	40
3.1. Breve histórico da luta pela terra no Brasil: os antecedentes do MST... 40	
3.2. “Ocupar, resistir e produzir”: a ação do MST	46
3.2.1. O MST e as ocupações no Estado do Rio de Janeiro.....	52
3.2.2. Qual o direito das ocupações?.....	55
3.3. Reação às ocupações do MST	58
4. COMO O JUDICIÁRIO DECIDE OS CONFLITOS AGRÁRIOS?.....	65
4.1. O Poder Judiciário e a questão agrária no Brasil	65
4.2. Judiciário fluminense e o conflito entre propriedade e acesso à terra....	74
4.2.1. O Judiciário e as ações de desapropriação para fins de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro desde a Constituição Federal de 1988	74
4.2.2. As ações possessórias ajuizadas contra o MST no Estado do Rio de Janeiro de 2003 a fevereiro de 2022: como o Judiciário fluminense decide os conflitos possessórios em que figura o movimento?.....	76
4.2.2.1. Exposição do método: coleta e tratamento dos dados	80
4.2.2.2. Dificuldades e limitações do método	88
4.2.2.3. Interpretação e criação judiciais no aplicar da lei	88
4.2.2.4. Apresentação e análise dos dados obtidos.....	91
5. CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
PROCESSOS.....	147

1. INTRODUÇÃO

O fato de que a terra é fundamental para a existência humana se, por um lado, se sente, por outro, se abstrai. A constatação de que é através dela que se obtém o necessário à vida, perceptível a qualquer um, esbarra em um descompasso: a promessa dos direitos à alimentação, à moradia, ao trabalho frequentemente parece esquecer-se do meio para alcançá-los — a terra.

No Brasil, a concentração fundiária convive com a histórica e sistemática negação do acesso à terra à maior parte da população — e, junto a essa negativa, a de uma gama de direitos fundamentais.

Buscando transformar essa realidade, os movimentos sociais de luta pela terra organizam-se para, tanto na cidade como no campo, pressionar pela democratização desse veículo que atende a tantas necessidades basilares. Servem-se, para isso, comumente, das ocupações coletivas, estratégia que enfrenta a tradicional concepção de propriedade privada — plena e individualista — e pleiteia a concretização dos direitos fundamentais perdida nessa abstração jurídica.

Entre esses grupos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, um dos mais importantes movimentos populares da América Latina. Lutando pela terra rural — cuja concentração está na gênese da propriedade no país — e pela reforma agrária, o MST atua por todo o Brasil, inclusive no Estado do Rio de Janeiro. A marcante presença do movimento na região indica que, ao contrário do que se parece supor, também nas terras fluminenses, majoritariamente urbanas, resiste a ocupação dos trabalhadores rurais.

O choque entre essa força renovadora e a força conservadora da estrutura fundiária consolidada ao longo da história do país desdobra-se em um conflito de múltiplas dimensões.

Uma delas tem sua síntese na própria lei. A Constituição brasileira condensa a dualidade de normas que ora protegem o direito proprietário,

servindo à manutenção dos latifúndios, ora ensaiam a funcionalização e a distribuição da terra. A norma fundamental reflete-se, ainda, na legislação subsequente, como o atual Código Civil, diploma que dispensa extensa disciplina ao direito de propriedade e contém, de um lado, resquícios de uma concepção tradicional do instituto e, de outro, disposições voltadas para garantir o cumprimento de sua função social.

Outra dessas dimensões já tem sua síntese no Judiciário: são frequentes os conflitos fundiários que opõem, numa disputa possessória, proprietários e famílias ocupantes.

O presente trabalho tem como objetivo geral descobrir como o Poder Judiciário fluminense se posiciona diante das ocupações do MST, que reivindicam o acesso à terra, enfrentando o direito de propriedade absoluto.

Percorre os seguintes objetivos específicos: (i) identificar, a partir da literatura, elementos indicativos de permanências e rupturas da concepção tradicional da propriedade privada, e, portanto, potencialmente restritivos ou ampliativos do acesso à terra, além das reações que geralmente se operam quanto às ocupações coletivas de terras; (ii) reunir, a partir de levantamento de processos, um universo de pronunciamentos judiciais que cuidam da disputa possessória instaurada pela atuação do MST; (iii) confrontar os elementos indicativos aportados pela teoria com os pronunciamentos coletados através da pesquisa empírica, apontando convergências, destaques e, inclusive, outros aspectos emergentes; e (iv) identificar se, no universo analisado, predominam posicionamentos permeáveis ou resistentes a essa forma de atuação do movimento.

Para tanto, além de aporte bibliográfico, o trabalho vale-se da análise dos pronunciamentos judiciais em ações possessórias ajuizadas em face do MST no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 2003, ano em que o Código Civil de 2002 entrou em vigor, até fevereiro de 2022, mês em que foi concluído o levantamento para fins da presente pesquisa.

Assim, o trabalho justifica-se por ir a campo recuperar a concretude do conflito agrário, investigando a resposta efetivamente entregue por um dos braços do Estado, através dos pronunciamentos judiciais, à materialização das reivindicações do movimento, através das ocupações coletivas.

2. TERRA, POSSE E PROPRIEDADE

Para compreender a busca por acesso à terra, é preciso entender o que a torna inacessível, empreitada que conduz evidentemente a um processo histórico-político, mas também, irremediavelmente, à apreensão da terra pelo direito.

2.1. Propriedade e posse: a terra ingressa no ordenamento jurídico

A apreensão da terra pelo direito condensa-se, sobretudo, na tradução do bem da vida terra em conceito jurídico propriedade, que, diferentemente do que propõe o minucioso e ostensivo esforço teórico de consolidação do instituto, nada tem de universal, consistindo, na realidade, em uma construção localizada e relativamente recente (SOUZA FILHO, 2021).

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (2021) lembra que o conceito de propriedade privada tem seu desenvolvimento assentado às necessidades do mercantilismo e evoluiu de modo a justificar a acumulação capitalista, estruturando-se “[...] como direito absoluto, exclusivo, ilimitado, sagrado, inviolável, de usar, gozar e dispor [...]” (VARELA, 2002, p. 742). O regime jurídico do instituto passa por uma profunda transformação com base nos antecedentes filosóficos do processo revolucionário burguês, que teve no mercado o espaço privilegiado para promover a libertação do indivíduo em relação às rígidas hierarquias medievais e ao absolutismo do Antigo Regime (VARELA, 2002). Operou-se uma dissociação entre o poder econômico e o poder político, entre o direito privado e o direito público, entre os códigos civis e a Constituição, e “o direito de propriedade, nesse contexto, surge como o baluarte das liberdades individuais contra a ingerência do Estado” (VARELA, 2002, p. 739).

Nessa conjuntura, a terra, antes fornecedora de alimentos, torna-se em si um bem jurídico com valor de troca, sujeito à apropriação particular e capaz de reproduzir o capital; e, então, “a partir do século XVIII, o direito e a coisa

passam a se confundir, chama-se a terra de propriedade, porque passa a ser demarcada, cercada, identificada individualmente e ‘melhorada’” (SOUZA FILHO, 2021, p. 37). Assim, de utilidade, transforma-se em direito, abstração, ingressando no ordenamento jurídico do patrimônio privado: “A Terra deixa de ser terra e vira propriedade” (SOUZA FILHO, 2021, p. 59).

Para Miguel Lanzellotti Baldez (1997), a origem do vínculo jurídico da propriedade está, em síntese, na necessidade de manter-se na terra sem estar nela. Transferida a estrutura de produção do campo para a cidade com a transição do feudalismo para o capitalismo no ocidente, a classe que acumulava riqueza precisava garantir sua titularidade sobre o monopólio desse bem, no qual não mais se encontrava fisicamente, uma vez que os emergentes centros urbanos já constituíam espaço produtivo (BALDEZ, 1997).

Se ter a terra era ter propriedade, estar na terra virou ter posse. Uma distinção entre os institutos tornou-se necessária. Passou a ser, então, “[...] a posse uma relação de fato entre o homem e a terra, e a propriedade uma relação jurídica criada pelo Direito Burguês para garantir, à distância, o domínio sobre a terra” (BALDEZ, 1997, p. 105).

Não bastava, porém, distinguir os institutos; era preciso investir o proprietário de poder. Assim, em sua elaboração, o conceito de propriedade privada incorporou o uso, a fruição e a disponibilidade da terra — poderes típicos da situação de fato da posse, mas que se tornaram poderes dominiais, atributos próprios dessa nova abstração jurídica, indetectável pelos sentidos (BALDEZ, 1997). A posse deixou de ser a relação do humano com o exterior para converter-se, em sentido oposto, em simples externalização da propriedade (BALDEZ, 1997). Ter a terra era ter propriedade; estar na terra era meramente ter posse.

A teorização da posse, e mais especificamente de sua proteção, de fato, não poupou esforços para subordiná-la ao direito pleno e absoluto do proprietário. Recuperando princípios do direito romano, elaborou-se, ao longo

do século XIX, o sistema de tutela da posse, que muito mais protegia a propriedade (BALDEZ, 1997). De acordo com Staut Júnior (2012, p. 7.722),

A concepção de posse, no direito, pensada no final do século XVIII e principalmente durante todo o século XIX, em parte significativa da Europa ocidental, é fruto do contexto histórico marcado pela supervalorização da propriedade privada e pela tendência à abstração e simplificação da regulamentação jurídica das relações de pertencimento. Muito do que foi elaborado em relação à teoria possessória, nesse ambiente, acabou vinculando direta ou indiretamente a regulamentação jurídica da posse ao direito de propriedade privada. Com isso, a posse perde a sua autonomia e parcela de sua relevância. A elaboração da teoria possessória está presa a um paradigma profundamente individualista.

Destaca-se, entre os teóricos empenhados nessa missão, o jurista alemão Rudolf von Ihering, que qualificou explicitamente a posse como indicativo da propriedade, devendo, assim, ter proteção imediata e eficiente (BALDEZ, 1997). De fato, para Ihering (2004, p. 9), “[...] o direito a uma proteção jurídica contra o esbulho é um postulado absoluto da ideia de propriedade. A propriedade não pode existir sem tal proteção, pelo que não é necessário procurar-se outro fundamento para a proteção possessória”¹.

A teoria selava a terra sob o véu da posse e da propriedade, no domínio do direito. Alcançá-la implica, então, uma disputa jurídica.

2.1.1. O ingresso da terra no ordenamento jurídico brasileiro: formação da propriedade e da cerca jurídica da terra no Brasil

No Brasil, a formação da propriedade ganha contornos específicos.

A origem do latifúndio, que historicamente caracteriza a propriedade agrária brasileira, está no Brasil Colônia e no sistema de outorga, pela Coroa portuguesa, de grandes extensões² em sesmarias (BALDEZ, 1997). Esse era o

¹ A teoria de Ihering, designada por teoria objetiva, sucede e enfrenta a teoria subjetiva de Friedrich Carl von Savigny. Para este, a posse seria a junção entre o elemento material do controle físico sobre a coisa (a que se chama *corpus*) e o elemento volitivo da intenção de ter a coisa para si (a que se chama *animus domini*). Diferentemente, Ihering concebe o *animus* como inerente ao *corpus* e trabalha como exigência para a configuração da posse o conceito da *affectio tenendi*, que representa a vontade do possuidor de agir como proprietário — conduta essa que seria visível, aferível objetivamente (FARIAS; ROSENVALD, 2022).

² Com efeito, havia a imposição pela Lei de Sesmarias de D. Fernando I de que as porções de terra se limitassem ao tamanho da capacidade do concessionário em aproveitá-las, mas as restrições terminavam

instrumento jurídico que a metrópole tinha para conceder terra a particulares, legitimando o pioneiro domínio privado no território colonial enquanto controlava a ocupação e alimentava o mercantilismo europeu: a terra era propriedade da Coroa e adquiriam terra os que possuíam título de concessão real (SOUZA FILHO, 2021). Na realidade, trazido do ordenamento português com inspiração na figura da enfiteuse, a propriedade direta da terra mantinha-se com o rei de Portugal, mas a propriedade útil era entregue a quem estivesse disposto a cultivá-la — e que, se nisso falhasse, a devolvia ao primeiro proprietário (BALDEZ, 1997). No entanto, diferentemente da aplicação em território português, onde se prestava a terra concedida à produção de alimentos locais, no Brasil, o propósito da concessão era a conquista e a reafirmação da posse das terras em nome da Coroa para a produção de bens que seriam exportados (SOUZA FILHO, 2021). Na síntese de Raymundo Faoro (2012, p. 150):

A realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias.

E não só por concessão da própria Coroa que os contornos latifundiários continuam, ainda sob o sistema sesmarial, a ser delineados no Brasil. Afinal, quando restou estabelecido o poder português, a concessão de sesmarias — promovida não só pelo Rei, mas autorizada também aos nomeados sesmeiros do Rei — transformou-se em meio de conquista interna, de modo a representar o exercício e a consolidação do poder da elite através da distribuição da terra entre ela mesma (SOUZA FILHO, 2021):

O belo ideal de 1375 [Lei de Sesmarias de D. Fernando de Borgonha] de fazer da terra fonte de produção não foi implantado no Brasil, as sesmarias geraram terras de especulação do poder local, e originaram uma estrutura fundiária assentada no latifúndio, injusta e opressiva. (SOUZA FILHO, 2021, p. 74)

frequentemente ignoradas, uma vez que a produção tratava de abastecer o mercantilismo, não servia à subsistência (SOUZA FILHO, 2021). Foi assim que “as concessões continuaram desobedecendo ao critério e nos séculos XVII e XVIII acabaram por constituir-se em fonte de criação de latifúndios” (SOUZA FILHO, 2021, p. 73).

Com efeito, os escravos trazidos do continente africano, que sustentavam a produção em território brasileiro à época, por serem qualificados juridicamente enquanto coisas, e não sujeitos, não possuíam acesso à propriedade da terra (BALDEZ, 1997). Marés de Souza Filho (2021, pp. 70-71) aponta que o sistema sesmarial no Brasil está intimamente ligado ao escravismo: em Portugal estava diretamente vinculado ao trabalho livre, mas “os ideais de liberdade do mercantilismo perdiam força ao atravessar o oceano [...]. Aqui a propriedade e a liberdade não formaram um casal, ao contrário se excluía, como a água ao óleo”.

Em 1822, ainda antes da independência, a concessão de sesmarias foi, no entanto, proibida por uma Resolução do Príncipe Regente, que reconhecia, porém, a legitimidade das outorgas que tivessem sido dadas em conformidade com a lei e (se ocupadas, demarcadas e produzidas as terras) confirmadas, o que significava atribuir a elas a qualidade de propriedade privada (SOUZA FILHO, 2021).

A extinção do instituto se dava porque, se resistira enquanto se tratava de conceder “terras vagas”³, já não mais sustentava a evidente incompatibilidade com o sistema jurídico que emergia na virada do século XVIII para o século XIX (SOUZA FILHO, 2021). Fundado na garantia dos direitos individuais frente ao Estado e na proteção da propriedade plena e absoluta, o direito foi tomado por uma concepção que se concentrava em vedar a intervenção estatal garantindo ao proprietário, inclusive, o poder de não usar a terra se assim o quisesse, o que entrava em confronto direto com a lógica das sesmarias (SOUZA FILHO, 2021). De fato, a Constituição do Império, de 1824, garantia a plenitude do direito de

³ “Em Portugal, nos séculos XVII e XVIII as sesmarias já estavam em desuso porque a propriedade privada já começava a ser respeitada como direito absoluto. No Brasil continuava a ter plena vigência porque se tratava de conceder terras consideradas vagas, isto é, não era uma ameaça ao caráter absoluto da propriedade.” (SOUZA FILHO, 2021, p. 74)

propriedade e condicionava o emprego do bem privado pelo Estado à indenização (BRASIL, 1824).⁴

O fim das sesmarias, no entanto, não levou consigo todos os seus vestígios e, ainda atualmente, estrutura a questão fundiária brasileira. De acordo com Marés de Souza Filho (2021, p. 75),

Com a independência e com a Constituição Imperial de 1824, ficou definitivamente sepultado o uso do instituto, mas suas consequências na ideologia da terra como concessão do poder político, da supremacia do título de propriedade sobre o trabalho, se mantiveram até nossos dias, fazendo com que a lei insista, até hoje, em considerar o documento da terra mais importante que seu produto ou sua função.

Findo o regime sesmarial, não havia mais, no Brasil, uma lei que dispusesse sobre a aquisição originária da terra e por anos não existia amparo jurídico para a transmissão de terras públicas desocupadas a particulares (SOUZA FILHO, 2021). As terras que não haviam sido apropriadas pela confirmação da sesmaria não podiam se tornar propriedade privada e a ocupação configurou-se, assim, como modo usual de aquisição de posse (BALDEZ, 1997; SOUZA FILHO, 2021). Dadas a possibilidade de apossamento e a escravidão, a situação era cômoda para o senhoriato rural (SILVA, L. O., 2008). Marés de Souza Filho (2021) relata que, sob o fundamento de que não havia lei regulamentadora de concessão, a atuação do Estado e das milícias particulares não deixou, porém, de reprimir as ocupações, tidas por ilegítimas e clandestinas — principalmente as dos pequenos posseiros. Os que ocupavam e produziam continuavam, em sua maioria, isolados da propriedade, embora a coexistência dos princípios liberais e da farta disponibilidade de terras com o bloqueio do acesso a essas terras estabelecesse um paradoxo que começou a pressionar por uma lei que cuidasse da aquisição (SOUZA FILHO, 2021). De toda forma,

⁴ “Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. [...] XXII. E'garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação.” (BRASIL, 1824)

impedidos os trabalhadores de adquirir a terra, não havia ainda uma preocupação mais contundente de distinguir posse de propriedade ou de reforçar um sistema de proteção possessória (BALDEZ, 1997).

O cenário mudou, no entanto, em 1850, quando a Lei Eusébio de Queiróz proibiu o tráfico negreiro e despertou a necessidade de uma reformulação do sistema que cercava a terra. A tendência de substituição da mão de obra escrava pela livre e assalariada, sob o impulso da Revolução Industrial⁵, e a permeabilidade do campo a apossamentos — que se avolumavam — fizeram urgir a delimitação da propriedade nos termos até então desenhados, quais sejam os latifúndios originários da concessão de sesmarias ou das ocupações (BALDEZ, 1997; SOUZA FILHO, 2021).

No mesmo ano, para dar conta dessa tarefa, surge a Lei nº 601, conhecida por Lei de Terras. Segundo Baldez (1997), foi esse o diploma que definiu formalmente qual seria então a estrutura da propriedade privada da terra no Brasil. A lei proibiu as aquisições e ocupações de terras devolutas por outro título que não o de compra, instituindo a compra e venda como o principal meio de aquisição da propriedade entre-vivos. Para Martins (2018), como o uso da terra até esse momento dependia de uma cessão de uso da propriedade que, na realidade, era da Coroa, é possível afirmar inclusive que a propriedade fundiária não existia propriamente até 1850 — só como exceção — tendo se formalizado apenas com a Lei nº 601.

⁵ No cenário brasileiro, “a contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter” (MARTINS, 2018, p. 31).

O diploma cuidou de classificar como terras devolutas⁶ aquelas que não haviam sido adquiridas legalmente até seu surgimento, ou seja, as terras sem direito de propriedade definido, ainda que ocupadas⁷ (SOUZA FILHO, 2021).

A definição jurídica de terras devolutas e o estabelecimento da compra como modalidade para a concessão da propriedade da terra impediam que os pobres a acessassem enquanto inflavam os latifúndios (SOUZA FILHO, 2021).

Além disso, a Lei autorizou o governo a “importar” anualmente, às custas do Tesouro Nacional, certo número de colonos livres para serem empregados no país (BRASIL, 1850; BALDEZ, 1997). E, de fato, estabeleceu-se à época “[...] uma política de imigração de colonos estrangeiros, sobretudo europeus, que produzisse uma oferta de trabalhadores livres nas épocas de maior demanda de força de trabalho por parte das fazendas de café [...]” (MARTINS, 2018, p. 44).

Ora, a vasta área de terras devolutas não poderia atrapalhar a libertação dos escravos nem o ingresso dos trabalhadores livres estrangeiros: como aponta Martins (2018), se o regime de sesmarias garantia, com base em critérios estamentais, a concessão de terras aos brancos, puros de fé e senhores de escravos, era preciso uma nova legislação fundiária que mantivesse a terra a salvo da ocupação indiscriminada. Livres os homens, era preciso que a terra fosse aprisionada: “*Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa*” (MARTINS, 2018, p. 47, grifo do autor) e, assim, “a impossibilidade de ocupação legítima, sem pagamento, das terras devolutas, recriava as condições de sujeição do trabalho que desapareciam com o fim do cativo” (MARTINS, 2018, p. 45).

⁶ Devolutas porque, a partir da independência, foram devolvidas ao Estado brasileiro “todas as terras que não estavam sob o domínio privado ou não estavam afetadas a um fim público, que eram senhorio do rei de Portugal [...]” (SOUZA FILHO, 2021, p. 86).

⁷ Registra-se, ainda, a partir da Lei nº 601, de 1850, a possibilidade de legitimação das posses de 1822 a 1850, desde que houvesse investimento produtivo na ocupação, ou seja, desde que a produção estivesse voltada para o mercado, não bastando a de subsistência (SOUZA FILHO, 2021).

O império do latifúndio não se desfez com a Proclamação da República (SOUZA FILHO, 2021). Com a ampliação do sufrágio no novo regime, antecedido pela abolição formal da escravatura, a manutenção da concentração fundiária passou a sustentar, nos municípios rurais ou predominantemente rurais, onde o poder público era rarefeito ou ausente, o fenômeno do “coronelismo” — fenômeno local, mas de reflexos nacionais (LEAL, 2012). De acordo com Victor Nunes Leal (2012), a República manteve a inadequada estrutura social e econômica, mas fez crescer o peso do voto dos trabalhadores rurais ao incorporar formas, por outro lado, desenvolvidas de regime representativo. A dependência desses trabalhadores em relação aos donos de terras assentou a influência política dos latifundiários, que, em compromisso firmado com o poder público progressivamente fortalecido, mas necessitado de contingente eleitoral, tinham “[...] mãos livres para consolidarem a sua dominação no município” (LEAL, 2012, p. 233). Era o poder privado resistindo à emergente *res publica*: o chefe local, de decadente poder político, mas de privilegiada condição econômica e social, por ser dono de terras, conduzia os “votos de cabresto” nas eleições estaduais e federais para os candidatos governistas e conservava, então, os resquícios de sua incursão no domínio público sobre a igualmente decadente estrutura agrária — responsável direta pela dependência dos trabalhadores rurais, cuja pobreza permite a ascendência do proprietário da terra (LEAL, 2012).

No campo do direito, a Lei nº 601, de 1850, não foi a única ou última responsável por garantir que o acesso à terra restasse impedido. Baldez (1997) pontua que várias outras leis vieram para proteger a propriedade e consolidar, em torno da terra, o que chama de uma “cerca jurídica”. A Lei de Terras e a legislação que a sucedeu “[...] codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, 2018, p. 50).

O próprio Código Civil de 1916, primeiro Código Civil brasileiro e o único a anteceder o atual, cuida de proteger a inviolabilidade da propriedade, reforçando — pode-se dizer — essa cerca jurídica da terra. O diploma não só confirma um direito de propriedade privada como real, absoluto, exclusivo, amplo e perpétuo⁸, mas também, adotando a citada teoria de Ihering, conceitua a posse enquanto exteriorização da propriedade, vinculando aquela a esta⁹ (STAUT JÚNIOR, 2012). A sistemática protege essencial e principalmente a posse do proprietário. E, embora exista espaço no Código para a proteção da posse do não-proprietário, o diploma contempla a chamada “exceção de domínio”, em sede da tutela possessória, aproximando-a ainda mais da proteção da propriedade (STAUT JÚNIOR, 2012). Nas palavras de Beviláqua (2003, p. 83), comentando o antigo Código Civil, o titular do domínio é quem tem a melhor posse:

[...] se, quando a posse disputada é duvidosa, se atende á melhor (Código Civil, art. 505), considerando-se melhor posse, em primeiro lugar, a que se fundar em justo título, não ha que extranhar que, no litígio possessorio, allegando ambos os litigantes o seu *jus possidendi*, succumba aquelle a quem, evidentemente, não pertence o domínio.¹⁰

A par do desenvolvimento da legislação, a concentração fundiária continua a aumentar. Um marco importante desse processo foi a entrada, durante a ditadura militar, do capital no campo, com a formação de grandes empresas rurais (BALDEZ, 1997), pelo que foi chamado de “Revolução Verde” (SOUZA FILHO, 2021).

O fenômeno convivía com o Estatuto da Terra, lei de 30 de novembro de 1964, que veicula um projeto de reforma agrária, mas que já nascera sem a intenção de ser aplicada (FERNANDES, 2000; SOUZA FILHO, 2021). A lei

⁸ Determina o *caput* do artigo 524 do diploma: “A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reaver-los do poder de quem quer que injustamente os possua” (BRASIL, 1916).

⁹ “Art. 485. Considera-se possuidor todo aquele, que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade.” (BRASIL, 1916)

¹⁰ “Art. 505. Não obsta a manutenção, ou reintegração na posse, a alegação de domínio, ou de outro direito sobre a coisa. Não se deve, entretanto, julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio.” (BRASIL, 1916)

ainda mantinha a supremacia da proteção à propriedade privada sobre o acesso à terra, mas abria uma possibilidade de reforma ao introduzir a função social da propriedade, criar um imposto progressivo (Imposto Territorial Rural – ITR) sobre a terra improdutiva¹¹ e prever hipóteses de desapropriação (SOUZA FILHO, 2021). Contudo,

A introdução do capitalismo no campo com a indevidamente chamada “revolução verde” fez que os instrumentos de desapropriação e de imposto progressivo fossem abandonados na prática com a afirmação de que a Reforma Agrária estava cumprida. De fato, a expulsão de camponeses, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais para a formação de grandes unidades produtoras de *commodities* e consumidoras de maquinários movidos a combustível fóssil, agrotóxicos em quantidades absurdas e sementes que não podem ser guardadas para replantio, mudou o campo e a produção agrícola, criando uma legião de trabalhadores rurais sem terra que não encontram nem como trabalhar nem como se alimentar na periferia das grandes cidades inchadas e inviáveis. (SOUZA FILHO, 2021, p. 183)

Fica nítido que, ao lado da concentração, andam a exclusão, a expulsão e a expropriação dos trabalhadores rurais.

O ingresso da terra no ordenamento jurídico nacional, portanto, serviu, com todas as peculiaridades, para formar a tal cerca jurídica, denunciada por Baldez (1997), consolidando as fronteiras dos latifúndios que ainda compõem o campo brasileiro: concentra-se a terra e sela-se a propriedade no direito.

A redemocratização e, em seu bojo, a Constituição Federal de 1988 renovaram as perspectivas de alcançar essa terra. Embora sobrevivam traços de uma arraigada proteção à propriedade privada, alinhada ao processo histórico de formação do instituto no país, surgem dispositivos que prometem mudar o cenário estabelecido. O dualismo composto por elementos potencialmente restritivos e elementos potencialmente ampliativos do acesso à terra passa a caracterizar a disputa jurídica decorrente do ingresso da terra no domínio do direito.

¹¹ Para Marés de Souza Filho (2021, p. 181), aqui que se “[...] revela a verdadeira intenção da lei: integrar o latifúndio ao capitalismo, fazendo com que a reserva de valor, que continua sendo a terra, produza e consuma produtos da indústria como maquinários, insumos químicos, adubos e defensivos e, mais recentemente, sementes e mudas proprietárias”.

2.1.2. Propriedade e posse no direito positivo a partir da Constituição Federal de 1988

O atual tratamento da propriedade e da posse pelo direito positivo brasileiro, destacadamente à luz da Constituição Federal de 1988 e das transformações por ela trazidas, aponta algumas notas de continuidade e de descontinuidade com relação ao observado no Código Civil de 1916. Afinal, apesar de ainda serem detectados vestígios conservadores do descrito processo da formação da propriedade no país, a trajetória dos institutos no sistema jurídico nacional não é caracterizada pela incolumidade.

A Constituição, nesse sentido, é um importante marco porque trouxe mudanças significativas na disciplina da propriedade, no bojo de uma profunda reforma da ordem econômica e social (TEPEDINO, 2004), confrontando a plenitude desse direito (SOUZA FILHO, 2021).

De fato, a Constituição prevê no inciso XXII do artigo 5º que “é garantido o direito de propriedade” (BRASIL, 1988), o que o mantém como direito fundamental. No entanto, inúmeras restrições e obrigações são impostas ao proprietário ao longo do texto constitucional, o que instaura uma mudança na concepção do instituto. De acordo com Marés de Souza Filho (2021), a tutela assegurada à natureza, à biodiversidade e aos povos determina uma alteração especial no tocante à propriedade da terra. É o que se exemplifica através do artigo 125, quando este determina que todos têm o dever de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado; da seção referente à cultura, que também impõe a todos a proteção do patrimônio cultural brasileiro¹²; ou até do capítulo relativo aos povos indígenas, ao excluir a terra por eles ocupada da incidência do direito de propriedade privada, firmando, sobre este, a preponderância do uso da terra pelos povos originários¹³ (SOUZA FILHO, 2021).

¹² Seção II do Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) do Título VIII (Da Ordem Social) (BRASIL, 1988).

¹³ Capítulo VIII do Título VIII (Da Ordem Social) (BRASIL, 1988).

Mas mais do que isso: a Constituição prevê explicitamente no inciso XXIII do citado artigo 5º, logo em seguida à garantia da propriedade, que essa “propriedade atenderá a sua função social”¹⁴ (BRASIL, 1988).

Como lembra Melo (2019, p. 95, grifo do autor),

A origem do preceito constitucional da função social da propriedade remonta à Encíclica Papal *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891, que, ao apontar direções para a solução dos conflitos sociais à época, decorrentes dos *progressos incessantes da indústria*, da *alteração das relações entre operários e patrões* e da *influência da riqueza nas mãos dum pequeno número, ao lado da indigência da multidão*, afirmou a legitimidade da propriedade como instituto do direito natural, mas que a terra, mesmo partilhada em propriedades particulares, *não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente dos produtos dos campos*.

É na Constituição de 1988, porém, que, pela primeira vez, a matéria aparece enquanto direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro¹⁵, fazendo desaparecer no sistema constitucional a propriedade conforme contemplada pelo Código Civil de 1916 (TEPEDINO, 2004). Não há mais que se falar em um direito absoluto, de rígida estrutura e caráter meramente patrimonialista.

Para Gustavo Tepedino (2004, pp. 315-316), a relativização dessa noção proprietária é “[...] conquista inderrogável de um processo evolutivo secular, cujo itinerário [...] corrobora a rejeição, há muito intuitivamente proclamada, da propriedade como noção abstrata”. Assiste-se a uma profunda mudança da concepção de um direito real pleno, construído na dualidade sujeito-objeto e na atribuição de poderes tendentes ao absoluto, cujos eventuais limites são traçados apenas externamente: agora, a determinação do conteúdo intrínseco da

¹⁴ Já é comum encontrar a referência à função *socioambiental* da propriedade, conceito que, de fato, melhor engloba toda a extensão desse princípio e que em muito dialoga com a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, mas manteve-se aqui, ao longo do trabalho, a literalidade do texto constitucional.

¹⁵ “A rigor, foi a norma constitucional de 1946 que expressou, pela primeira vez, a preocupação com a função social da propriedade, na esteira de copiosa legislação intervencionista que caracterizou os primeiros passos do Estado assistencialista e da socialização do direito civil” (TEPEDINO, 2004, p. 306). “A Constituição de 1967 também revelava a preocupação do ordenamento brasileiro com a função social, disciplinada no art 160, III. Mas, o que provavelmente distingue o preceito pré-vigente do atual ditado constitucional é a inserção da matéria no âmbito dos direitos e garantias fundamentais [...]” (TEPEDINO, 2004, p. 307).

propriedade, ou seja, de seus traços internos, procede à compatibilização de vários centros de interesses constitucionalmente protegidos, inclusive os extraproprietários (TEPEDINO, 2004), e fixa limitações não só negativas, mas positivas à atuação proprietária (FARIAS; ROSENVALD, 2022). De acordo com Tepedino (2004), pode-se dizer que é relativamente consensual essa capacidade que a função social possui de modificar a própria estrutura do domínio, na medida em que se impõe como medida de valoração do exercício do direito de propriedade privada, que passa a ter que considerar outras situações jurídicas tuteladas. Para o autor, a conclusão que disso deriva é a de que a propriedade que não cumpre função social não possui proteção jurídica (TEPEDINO, 2004). O direito — antes absoluto — é relativizado e seus contornos — antes abstratos — começam a depender da situação concreta:

A disciplina da propriedade constitucional, a rigor, apresenta-se dirigida precisamente à compatibilidade da situação jurídica de propriedade com situações não-proprietárias. De tal compatibilidade deriva (não já o conteúdo mínimo mas) o preciso conteúdo da (situação jurídica de) propriedade, inserida na relação concreta. (TEPEDINO, 2004, p. 323)

Isto é, a faculdade de usar, fruir ou gozar, dispor e reivindicar que garantia ao proprietário, sob a luz voluntarista do direito da modernidade, a liberdade de inclusive não usar ou até destruir o bem não mais a sustenta. Essa faculdade agora amarra-se à necessidade de funcionalizar a propriedade, conferindo-lhe uma finalidade social, e essa necessidade, por sua vez, imposta no mesmo rol que garante o direito, condiciona sua extensão e, conseqüentemente, sua tutela jurídica.

A Constituição de 1988 preocupou-se, inclusive, em traçar critérios para a aferição do cumprimento da função social da propriedade rural, especificamente. É o que se observa quando dispõe:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Acrescenta-se, ainda, um aspecto topográfico. José Afonso da Silva (2019) ressalta que a inserção do tratamento à propriedade rural no Título VII da Constituição, que cuida da ordem econômica, configura sua preordenação a cumprir a finalidade de assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social¹⁶ (BRASIL, 1988). Além disso, recupera a terra — é sobre a terra que se centra a propriedade agrária — para destacar que a disposição especial por parte da Constituição de 1988, inclusive a especificidade do conteúdo da função social no caso, se deve ao fato de que sua utilidade natural é produzir bens essenciais à sobrevivência humana (SILVA, J. A., 2019). Alerta, porém, que, embora a produtividade realmente componha a função social da propriedade rural, ela não é elemento suficiente para cumprir o mandamento (SILVA, J. A., 2019).

O citado artigo 186 bem ilustra a compatibilização de interesses constatada por Tepedino (2004, p. 309), já que “[...] condiciona a fruição individual do proprietário ao atendimento dos múltiplos interesses não proprietários” desenhados pelos incisos: a preservação do meio ambiente e o respeito às proteções e garantias conferidas às relações de trabalho, inclusive o bem-estar dos trabalhadores, também recebem proteção da Constituição e integram, agora, o conteúdo funcional da situação jurídica proprietária (TEPEDINO, 2004). Segundo o autor, esses requisitos, à luz dos princípios constitucionais e dos fundamentos e objetivos da República (artigos 1º e 3º da Constituição), “[...] oferecem ao legislador [...] e ao intérprete o conteúdo constitucional da disciplina da propriedade: um estatuto proprietário somente será merecedor de tutela se atender à função social preestabelecida na Constituição, sistematicamente interpretada” (TEPEDINO, 2004, p. 310).

¹⁶ Determina o *caput* do artigo 170 da Constituição: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]” (BRASIL, 1988).

A positivação da função social da propriedade enquanto direito fundamental e as determinações específicas, inclusive, quanto à propriedade agrária não deixam de sinalizar um reconhecimento de que a terra, no Brasil, merece atenção. Quanto a essa presença da terra na Constituição brasileira de 1988, cabe recuperar a lição de Marés de Souza Filho (2021), para quem seria mais correto falar não em função social da propriedade, mas em função social da terra. É ela (o bem e seu uso) — independentemente de um título jurídico — que, na verdade, cumpre função social, não o conceito abstrato de direito de propriedade (SOUZA FILHO, 2021). Vislumbra-se com essa tese um tímido retorno da terra que ingressou blindada como propriedade no ordenamento jurídico.

De qualquer forma, a previsão da função social — ainda que da propriedade — como direito fundamental vem sendo mobilizada pelos movimentos sociais para questionar a desigualdade e a concentração fundiária identificadas no país (ROCHA, R. A. M., 2016). Entre esses movimentos, está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que tem nas ocupações, atuação que será trabalhada no capítulo seguinte, uma forma de denunciar o descumprimento do princípio¹⁷. De acordo com José de Albuquerque Rocha (2002), as ocupações são manifestações públicas que materializam a função social da propriedade, reagindo aos óbices impostos à concretização de direitos fundamentais. Assim, para o autor, a conduta (em caracterizado estado de necessidade) não se desnatura pela violação de normas jurídicas do direito civil incompatíveis com a Constituição, não apenas pela hierarquia entre os diplomas, mas igualmente pela sistemática inobservância do princípio da função social pelo Poder Público.

¹⁷ É o que se exemplifica da publicação do MST que defende que “propriedade que não cumpre função social deve ser ocupada” (MST, 2006), mobilizando o conceito jurídico para legitimar a atuação do movimento (Propriedade que não cumpre função social deve ser ocupada. MST. MST, 2006. Disponível em: <<https://mst.org.br/2006/10/06/propriedade-que-nao-cumpre-funcao-social-deve-ser-ocupada/>>. Acesso em: 02 jun. 2022).

Ao mesmo tempo, a Constituição também é central para tratar da disciplina da propriedade e da posse no atual ordenamento jurídico porque, dada – justamente – sua hierarquia, influencia os instrumentos normativos infraconstitucionais subsequentes. É possível, assim, perceber uma nova perspectiva de propriedade privada no avançar da legislação, inclusive no diploma legal que, por excelência, regula as relações privadas: o Código Civil. Afinal,

Há um paradoxo histórico com o direito de propriedade privada. Embora tendo sido declarada, no início do constitucionalismo moderno, direito fundamental da pessoa humana e garantia “inviolável e sagrada” da liberdade individual, sem a qual “não há constituição”, a propriedade passou a ser analisada e discutida na teoria jurídica, a partir do movimento de codificação civil do século passado, exclusivamente como um instituto de direito privado, estranho, portanto, à organização política do Estado. (COMPARATO, 2000, pp. 130-131)

O Código Civil de 1916, que antecedeu o atual, não fazia qualquer referência à função social da propriedade, que se mostrava, então, completamente estranha ao estatuto proprietário brasileiro (TEPEDINO, 2004). O Código Civil de 2002, no entanto, já introduz relevantes transformações ao tratamento da propriedade privada, instaurando o convívio de duas perspectivas sobre esse direito.

De fato, o diploma preserva ainda, em grande medida, marcada proteção ao interesse proprietário egoístico e tendencialmente absoluto (TEPEDINO, 2004) ao dispor no *caput* do artigo 1.228 que “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (BRASIL, 2002)¹⁸.

No entanto, os parágrafos do referido artigo apressam-se em apresentar um contorno funcional à propriedade privada assegurada no *caput*. Dispõe o § 1º que

¹⁸ Para Tepedino (2004, p. 305), desde o *caput* é possível notar importante alteração em relação ao Código anterior, já que o novo Código Civil, “[...] ao tratar da estrutura dos poderes do proprietário, substitui a locução ‘a lei assegura ao proprietário’, de matriz nitidamente jusnaturalista, em que a norma legal se limita a reconhecer o poder a ela pré-existente, pela expressão ‘o proprietário tem a faculdade’, mais técnica e consentânea com a concepção positivista da propriedade privada”.

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas. (BRASIL, 2002)

Introduz-se uma visão que parte não apenas do proprietário, mas da sociedade, superando o exercício do direito pautado exclusivamente em interesses individuais para transportá-lo para a esfera de interesses coletivos. Não à toa, o Código trata a função social como preceito de ordem pública¹⁹ (DIDIER JÚNIOR, 2008). De acordo com Tepedino (2004, pp. 305-306), tal vinculação finalística tem por objetivo perseguir o mandamento constitucional da função social da propriedade, “[...] reclamando uma interpretação que, para além da mera admissão de eventuais e contingentes restrições legais ao domínio, possa efetivamente dar um conteúdo jurídico ao aspecto funcional das situações proprietárias”.

Nessa direção, o § 2º do mesmo artigo determina que “são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem” (BRASIL, 2002). Segundo Melo (2019), o parágrafo aponta uma expressão específica do abuso de direito²⁰ e leva à conclusão de que o ordenamento jurídico brasileiro adotou uma teoria mista para esse instituto: são abusivos os atos que se servem da propriedade para prejuízo de terceiro, mas também o são os que contrariam a função social.

O instituto jurídico que, por sua vez, opera a funcionalização da propriedade em concreto é a posse: “[...] é por meio da posse que a propriedade se funcionaliza sob o ponto de vista da observância do mandamento

¹⁹ O parágrafo único do art. 2.035 do Código Civil dispõe: “Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos.” (BRASIL, 2002).

²⁰ A disposição genérica, por sua vez, encontra-se no artigo 187 do Código Civil, que dispõe: “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.” (BRASIL, 2002).

constitucional e passa a merecer a tutela do ordenamento jurídico” (MELO, 2019, p. 100).

Quanto à posse, o Código Civil de 2002 continua a adotar a teoria objetiva de Ihering, o que se evidencia ao conceituar o instituto da mesma forma que o Código anterior (FARIAS; ROSENVALD, 2022). Com efeito, dispõe o artigo 1.196 do diploma que se considera “[...] possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade” (BRASIL, 2002). Entretanto, na nova sistemática, a posse não mais corresponde unicamente ao exercício (de ao menos uma das expressões) do direito de propriedade. É direito autônomo, que “[...] representa o efetivo aproveitamento econômico dos bens para o alcance de interesses sociais e existenciais merecedores de tutela” (FARIAS; ROSENVALD, 2022, p. 72) e que pode ser exercido inclusive contra o dono da coisa (FARIAS; ROSENVALD, 2022). De acordo com Farias e Rosenvald (2022, p. 68):

Apesar de o Código Civil conceituar a posse de forma abstrata e unitária, com sujeição à propriedade, ameniza-se a concepção patrimonialista e utilitarista no restante do tratamento da matéria, conferindo-se à posse um tratamento sistemático aperfeiçoado em comparação ao Código de 1916, com relevantes manifestações de uma intenção de dotá-la de autonomia com relação ao direito de propriedade.

A autonomia da posse em relação ao direito de propriedade observa-se, por exemplo, na disciplina do § 2º do artigo 1.210 do Código Civil de 2002, reproduzido no parágrafo único do artigo 557 do Código de Processo Civil de 2015²¹. O dispositivo reforça a independência dos institutos a partir da vedação à exceção de domínio, ao dispor que “não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa” (BRASIL, 2002). Em outras palavras, enquanto direito autônomo, a posse, ainda que não

²¹ O Código de Processo Civil de 1973 previa: “Art. 923. Na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.” (BRASIL, 1973). Já o Código de Processo Civil de 2015 prevê: “Art. 557. Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa. Parágrafo único. Não obsta à manutenção ou à reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.” (BRASIL, 2015).

do proprietário, merece tutela e, no embate entre posses, não necessariamente vence a de quem tem título de propriedade, mas, sim, quem tem a melhor posse.

O parágrafo remete ao juízo possessório, ponto de grande relevo, uma vez que um dos principais efeitos da posse é justamente a sua própria tutela ou, mais especificamente, a possibilidade de o possuidor valer-se das ações possessórias (ou interditos possessórios) — meios judiciais de que se dispõe, no ordenamento pátrio, para a defesa da posse contra agressão de terceiros (MELO, 2019). A disputa possessória também se destaca por compor em caráter recorrente a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. As ocupações coletivas por eles promovidas, tema que será explorado à frente, frequentemente reivindicam o acesso à terra apossando-se de imóveis que não cumprem função social. Nesse sentido, é relevante a autonomização dos institutos da propriedade e da posse, já que é esta (exercida pelos movimentos), e não aquela (da qual os sem terra estão excluídos), o veículo da funcionalização.

No juízo possessório, a causa de pedir remota, ou seja, o fato constitutivo do direito do autor, é a própria posse, a existência de posse; e a variedade na causa de pedir próxima, ou seja, no fato constitutivo do interesse processual, determina a classificação do pleito entre as ações possessórias típicas (MELO, 2019). Assim, se a lesão possessória for a turbação (moléstia à posse, impedindo o exercício pleno deste direito), caberá ação de manutenção de posse; se for o esbulho (perda da posse por ato violento, clandestino ou precário, ou seja, perda injusta da posse), caberá ação de reintegração de posse; e, por fim, se houver ameaça de turbação ou esbulho, caberá ação de interdito proibitório, na forma do disposto pelo artigo 1.210, *caput*, do Código Civil²² (MELO, 2019).

É nesse ponto que o juízo possessório se difere essencialmente do chamado juízo petitário. Em ambos, pleiteia-se a posse, porém, por fundamentos

²² O *caput* do artigo determina: “Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.” (BRASIL, 2002)

distintos: no caso da ação petitória, “[...] a proteção da posse decorre do direito de propriedade ou de outro direito dela derivado. Busca-se a posse com fundamento na titularidade formal” (FARIAS; ROSENVALD, 2022, p. 205)²³, sendo permitida, inclusive, nessa lógica, a referida exceção de domínio (MELO, 2019).

As ações possessórias já existiam à época do Código de Processo Civil anterior, de 1973, e continuam disciplinadas pelo atual CPC, de 2015²⁴. O procedimento possessório é aplicado somente para as ações possessórias de força nova, que são as propostas dentro de ano e dia da data da lesão possessória, nos termos do artigo 924 do Código de Processo Civil de 1973 e do artigo 558 do Código de Processo Civil de 2015, que trazem a mesma regra. Em tese, a posse de força nova ainda não teria se consolidado, enquanto a posse de velha, teria (WOLKART, 2016).

De acordo com Farias e Rosenvald (2022, p. 241), a única diferença do rito especial da ação possessória para o procedimento comum “[...] é a necessidade de imprimir celeridade à fase inicial, em que o autor pede a reposição da posse. Provada a efetiva prática de atos possessórios por parte do autor e a ofensa pelo réu, concede-se a liminar [...]”. Com efeito, o procedimento especial possessório prevê que, “estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração [...]” (BRASIL, 1973; BRASIL, 2002), conforme dita o *caput* do artigo 928 do Código de Processo Civil de 1973 ou, de idêntica redação, o *caput* do artigo 562 do Código de Processo Civil de 2015. Ou seja, a medida liminar pode ser deferida sem a necessidade de demonstrar os requisitos da tutela provisória. Como explica Melo (2019, p. 81), buscando aumentar a efetividade

²³ A ideia é confirmada pelo Enunciado 79 do Conselho da Justiça Federal – “Art. 1.210: A exceptio proprietatis, como defesa oponível às ações possessórias típicas, foi abolida pelo Código Civil de 2002, que estabeleceu a absoluta separação entre os juízos possessório e petitório.” (BRASIL, 2002).

²⁴ São esses os Códigos de Processo Civil cuja vigência está contida no período determinado para o levantamento dos pronunciamentos judiciais que serão tratados no Capítulo 4.

da proteção à posse, o rito especial “conta com o expediente da antecipação da tutela desatrelado da prova de perigo de dano, que é requisito das chamadas tutelas de urgência [...] ou do abuso do direito de defesa do réu, que é requisito da tutela de evidência [...]”. Assim, provando-se que a posse do réu é nova e preenchendo a petição inicial possessória adequadamente, além dos requisitos genéricos da petição inicial, os requisitos constantes do artigo 561 do Código de Processo Civil de 2015, que reproduz o artigo 927 do Código de Processo Civil de 1973²⁵, será expedido mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse.

Essas regras específicas mostram a intensidade da proteção possessória, além da relevância da definição de posse. Afinal, basta provar a posse, a existência de lesão à posse e a data da lesão à posse para que a medida liminar seja deferida²⁶. Apesar de abolida a exceção de domínio, enfatiza-se que o Código Civil de 2002 ainda adota uma conceituação de possuidor que vincula a posse à propriedade e estende essa condição ao proprietário, automaticamente.

O *caput* do artigo 928 do Código de Processo Civil de 1973 e o *caput* do artigo 562 do Código de Processo Civil de 2015 continuam: indeferida a liminar, o juiz “[...] determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada” (BRASIL, 1973; BRASIL, 2015). Trata-se da audiência de justificação, oportunidade que o autor terá para convencer o magistrado do preenchimento dos requisitos para o deferimento da liminar, enquanto “[...] o réu é citado apenas para comparecer, não podendo apresentar testemunhas, fazer perguntas, contraditar, uma vez que a sua defesa

²⁵ “Incumbe ao autor provar: I - a sua posse; II - a turbacão ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbacão ou do esbulho; IV - a continuacão da posse, embora turbada, na açao de manutençao, ou a perda da posse, na açao de reintegracão.” (BRASIL, 1973; BRASIL, 2015)

²⁶ O recurso cabível contra a decisao liminar é o agravo de instrumento (e, por isso, resultado recorrente do levantamento processual que compôs a pesquisa empírica descrita mais adiante). Isso porque, mesmo tratando-se de procedimento especial, não deixa de ser uma tutela provisória (FARIAS; ROSENVALD, 2022) – sem a necessidade de demonstrar todos os seus requisitos, como apontado. Extrai-se do artigo 1.015 do atual Código de Processo Civil: “Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias.” (BRASIL, 2015).

se protraí para quinze dias depois do resultado deste ato processual [...]” (MELO, 2019, p. 81), quando apresentará contestação — ponto disciplinado pelo artigo 930 do Código Civil de 1973 e pelo artigo 564 do Código Civil de 2015.

A preocupação com essa assimetria aparece, ilustrativamente, em Melo (2019, p. 81): “O efeito processual de uma liminar que tenha por objeto a desocupação de um bem imóvel é algo notavelmente grave para que a justiça se contente com a versão trazida apenas por uma das partes”.

Fato é que, por outro lado, atentando à consolidação da posse coletiva, o Código de Processo Civil de 2015 já trouxe regras especiais “[...] para as ações possessórias de força velha em que haja pedido de liminar e para as ações — de força nova ou velha — que tenham liminar concedida e não implementada a mais de ano e dia da data em que distribuída a ação” (WOLKART, 2016, p. 902), quando o litígio for coletivo (BRASIL, 2015). Segundo Melo (2019, p. 82),

[...] há um grande desafio à justiça que vem a ser o de conseguir, no âmbito da necessária legalidade constitucional, assegurar a proteção ao possuidor esbulhado ou turbado, sem descuidar da dimensão social do litígio. Ademais, ocupações coletivas exigem grande dose de sensibilidade do julgador que deverá envidar esforços para evitar atos de violência de consequências inestimáveis.

Entre as particularidades trazidas pelo diploma, encontra-se, por exemplo, a designação de audiência de mediação, de que serão intimados para participar o Ministério Público estadual, para atuar como fiscal da lei, a Defensoria Pública, caso estejam envolvidas pessoas economicamente hipossuficientes na ocupação, e os órgãos responsáveis pela política agrária ou urbana da área em disputa²⁷ (MELO, 2019). Isso porque “uma posse coletiva

²⁷ “Art. 565. No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbacão afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §§ 2º e 4º. § 1º Concedida a liminar, se essa não for executada no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de distribuição, caberá ao juiz designar audiência de mediação, nos termos dos §§ 2º a 4º deste artigo. § 2º O Ministério Público será intimado para comparecer à audiência, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça. § 3º O juiz poderá comparecer à área objeto do litígio quando sua presença se fizer necessária à efetivação da tutela jurisdicional. § 4º Os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de

consolidada no tempo há de exigir a participação de atores políticos que tenham a sua existência vinculada com o caso que se apresente para solução judicial” (MELO, 2019, p. 83).

Ainda que entremeados pela Constituição de 1988, o CPC/73 e o CPC/15 têm disposição praticamente idêntica quanto às ações possessórias. No entanto, a literalidade não exclui necessariamente a constitucionalização do processo civil. Levando em conta a apontada elevação da função social da propriedade à categoria de direito fundamental e a posse como concretizadora dessa função social, ainda quanto à tutela possessória, indaga-se se a funcionalização deveria iluminar o exame da proteção à posse. De fato, existem autores que sustentam que a função social da propriedade precisa ser analisada nas ações possessórias.

Dessa opinião é Fredie Didier Jr. (2008), por exemplo, para quem, por se tratar de cláusula geral de eficácia direta e imediata, o cumprimento da função social da propriedade tornou-se, desde a Constituição de 1988, pressuposto implícito para a tutela processual possessória. De acordo com o autor, se um dos principais fundamentos para a vigorosa e detalhada tutela jurídica da posse é justamente tutelar o titular do domínio, sendo este domínio incompatível com o “modelo constitucional do direito de propriedade” e — portanto — não merecendo proteção pelo direito, também a posse — realizadora do direito de propriedade — não merecerá tutela (DIDIER JR., 2008). O autor cita outros nomes da doutrina que manifestam o mesmo entendimento, como Luiz Edson Fachin (2007), Sérgio Sérulo da Cunha (2000) e Laércio Becker (1997; 2000) (apud DIDIER JR., 2008). É nesse sentido que seria possível falar em uma função social da posse, que consagra a autonomia deste instituto frente à propriedade e, mais uma vez, não aparece somente em Didier Jr. (2008), mas

Estado ou do Distrito Federal e de Município onde se situe a área objeto do litígio poderão ser intimados para a audiência, a fim de se manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório. § 5º Aplica-se o disposto neste artigo ao litígio sobre propriedade de imóvel.” (BRASIL, 2015).

também em diversos outros autores, a exemplo de Albuquerque (2002), Alfonsin (2006), Dantas (2015) e Farias e Rosenvald (2022).

Nota-se que a previsão constitucional da função social da propriedade opera uma reformulação do instituto que se irradia pelo ordenamento jurídico brasileiro e que instaura algumas permeabilidades ao direito de propriedade concebido como absoluto.

Em um esforço de síntese, no que se refere ao direito positivado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002 (centrais para a solução do conflito possessório), destacam-se como elementos potencialmente restritivos do acesso à terra a garantia do direito de propriedade como direito fundamental (abrindo espaço para a enraizada defesa de poderes plenos ao proprietário) e resquícios da vinculação da posse à propriedade. Já como elementos potencialmente ampliativos do acesso à terra, enfatizam-se a função social da propriedade enquanto direito fundamental e um movimento no sentido da autonomização da posse em relação à propriedade.

2.2. Reforma e contrarreforma agrária

A Constituição Federal de 1988 não se limitou a traçar os requisitos para que a propriedade rural cumprisse função social e tratou também da distribuição de terras — ainda que de maneira muito tímida e conservadora — ao dispor sobre a reforma agrária (SILVA, J. A., 2019). De fato, a disciplina da propriedade não é concebida isoladamente, mas, sim, no âmbito de uma política fundiária, também trazida pelo texto constitucional (TEPEDINO, 2004).²⁸ Não se deixa aqui de se entrever um reconhecimento por parte da Constituição da concentração de terras consolidada ao longo da história do país.

²⁸ A Constituição acaba valendo-se também de instrumentos de regularização fundiária que podem ser enxergados como ampliadores do acesso à terra, a exemplo da usucapião especial rural (artigo 191) (BRASIL, 1988).

No entanto, fruto de marcada disputa na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, que opôs as pressões populares a uma mobilização dos grandes proprietários de terra, associados na União Democrática Ruralista – UDR (SILVA, J. G., 1989), a disposição constitucional transparece a influência de uma força conservadora da estrutura agrária, merecendo alguns destaques.

O *caput* do artigo 184 da Constituição determina que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]” (BRASIL, 1988), condicionando a proteção da propriedade privada à destinação da terra a uma finalidade extra-individual²⁹. Nota-se, no entanto, que as condições não terminam na tutela do proprietário e atingem notadamente a efetividade da própria reforma agrária, cujo alcance acaba bastante restrito.

O artigo 185 da Constituição, por exemplo, prevê que não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária nem a pequena ou média propriedade rural (“assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra”) nem a propriedade produtiva (BRASIL, 1988).

De acordo com Baldez (1997), a impossibilidade de desapropriação de propriedades produtivas se deve à imprescindibilidade do atrelamento da produção agrícola a um projeto produtivo de agroexportação: quem deve produzir no campo são as empresas rurais. Observa-se realmente que a previsão exclui os latifúndios produtivos da incidência da política de reforma agrária, já

²⁹ A caracterização desse dispositivo como verdadeiro condicionamento da proteção da propriedade privada ao cumprimento da função social encontra questionamentos. Afinal, mesmo sem cumprir a função social, a propriedade do particular é desapropriada (com justa e prévia indenização, não em dinheiro, mas ainda assim indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real) (BRASIL, 1988) e não expropriada (sem indenização), o que não deixa de diluir o caráter sancionatório da medida (em verdade, “compensatória”). Para Dantas (2017), a disposição mostra que, na verdade, a Constituição não vincula a tutela jurídica da propriedade ao cumprimento da função social, revelando o que se pode apontar como uma insuficiência constitucional. Já para Souza Filho (2021), a vinculação existe e é a disposição que, ainda assim, protege o proprietário, retirando-lhe a propriedade, mas mantendo seu patrimônio, o que também denota um traço conservador componente da Constituição. Contudo, fato é que se assiste a uma intervenção do Estado que resulta na perda do bem.

que a propriedade que atende aos índices de produtividade estabelecidos em lei está protegida, independentemente de sua extensão (LERRER *et al.*, 2012).

A disposição torna-se ainda mais restritiva da reforma agrária quando aliada a interpretação que vincula a tutela jurídica da propriedade unicamente à produtividade, entendendo a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação mesmo sem cumprir, de fato, função social (SOUZA FILHO, 2021).

Segundo Marés de Souza Filho (2021, pp. 196-197),

as regras infraconstitucionais passaram a descrever esta produtividade como econômica, sinônimo de rentabilidade ou lucratividade, de uma maneira puramente economicista, desvinculando a produtividade da função social que deve ter a propriedade, em evidente afronta à determinação constitucional da função da propriedade. Produtividade na Constituição somente pode se dar quando cumprir a função social.

Com efeito, de acordo com José Afonso da Silva (2019, p. 838), “[...] a Constituição, por certo, amparou mais a política agrícola do que a reforma agrária. Enquanto a esta se opuseram inúmeros obstáculos, àquela tudo corre liso e natural, porque aí o beneficiário é a classe dominante [...]”.³⁰

Outra limitação à amplitude da reforma agrária se nota quando a Constituição reserva para a União essa modalidade desapropriatória, em seus termos específicos. O dispositivo é defendido pela tese de “[...] que a matéria rural abrange todo o território brasileiro e ostenta interesse de caráter nacional” (CARVALHO FILHO, 2020, p. 963). No entanto, para Baldez (1997), a não-ampliação da possibilidade aos Estados tem “[...] evidente propósito de impedir

³⁰ Os efeitos dessa escolha (que se atualiza) são sentidos até hoje: em pesquisa recente, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo discute que “[...] a desigualdade da distribuição da terra no Brasil nunca foi enfrentada, sendo que os governos têm priorizado a política agrícola (de produção) em detrimento da agrária (de terras), favorecendo o crescimento econômico e a desigualdade ao invés do desenvolvimento, da inclusão e da conservação. Priorizaram assentamentos em terras públicas em detrimento de terras privadas que não cumprem seu papel social, o que tem alimentado a grilagem e o desmatamento.” (PINTO *et al.*, 2020, p. 2).

que Governos Estaduais democráticos eventualmente realizassem reformas regionais” (BALDEZ, 1997, p. 111)³¹.

Além disso, assim como fez quanto aos critérios e graus de exigência para o atendimento da função social da propriedade rural no artigo 186, o texto da Constituição continua a espalhar leis reguladoras pelo Capítulo. Constata-se um “vírus da ineficácia”, apontado por Souza Filho (2021)³².

Foram promulgadas, só em 1993, cinco anos depois da promulgação da Constituição Federal, a Lei de Reforma Agrária (Lei nº 8.629/1993) e a Lei Complementar nº 76/1993³³, alterada pela Lei Complementar nº 88, de 1996, regulamentando os dispositivos constitucionais relativos à política.

A primeira traz as regras do processo administrativo da desapropriação para fins de reforma agrária (BRASIL, 1993a). A lei determina “a realização de vistoria no processo administrativo interno ao INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], notificação do proprietário de forma prévia à vistoria (bandeiras defendidas pelos conservadores na ANC)” (LERRER *et al.*, 2012, p. 25), além de definir pequena e média propriedade, propriedade produtiva e os critérios de cumprimento da função social — cuja fiscalização ficou a cargo do INCRA, na forma do § 2º do artigo 2º dessa lei.

A segunda já regula o “procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação” (BRASIL, 1993b;

³¹ Nessa linha, destaca-se, como exemplo, o programa de reforma agrária promovido pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1962) no início da década de 1960 (HARRES, 2011). A Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, acrescentou à Constituição brasileira de 1946 disposição estabelecendo a competência exclusiva da União para a desapropriação da propriedade territorial rural (BRASIL, 1964) — competência essa que se repete na Constituição de 1967 (BRASIL, 1967) e na Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (BRASIL, 1969).

³² “A primeira providência dos latifundiários foi introduzir o vírus da ineficácia em cada afirmação. Assim, onde a Constituição diz como se cumpre a função social, se lhe acrescenta que haverá de ter uma lei (outra lei, inferior) que estabeleça ‘graus e exigências’, com isso, dizem os Tribunais, já não se pode aplicar a Constituição sem uma lei menor que comande a sua execução” (SOUZA FILHO, 2021, p. 194).

³³ “[...] o rito sumário ficou submisso, por dispositivo constitucional expresse, ao tratamento especial de Lei Complementar, significando isso, para eventuais modificações em períodos democráticos mais favoráveis, a imposição de quórum mais elevado” (BALDEZ, 1997, p. 108). Também para Carvalho Filho (2020) não se justifica a exigência constitucional de lei complementar para regular a matéria, uma vez que a desapropriação, tanto material quanto processual, tem sido regulada por lei ordinária ou diploma semelhante.

BRASIL, 1996), conforme determinação do § 3º do artigo 184 da Constituição Federal (BRASIL, 1988)³⁴. Para a propositura da ação, a lei estabeleceu o prazo de dois anos, contado da publicação do decreto declaratório de interesse social, para fins da reforma agrária³⁵. Nota-se aqui a possibilidade, portanto, de intervenção do Poder Judiciário no processo de desapropriação, e, por isso, os destaques da lei serão tratados no quarto capítulo, que analisa mais detidamente o papel judicial na questão agrária.

O que se percebe é que o direito positivo condensa continuidades e rupturas não só quanto à concepção do direito de propriedade privada, mas também quanto à política de distribuição de terras no país.

Para Baldez (1997, p. 109), “com os obstáculos institucionalmente criados, primeiro pela Constituição Federal e depois pela regulamentação legal, a reforma agrária acabou, enquanto emenda representativa da vontade popular, juridicamente congelada no texto constitucional”. Por outro lado, os movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST, não deixam de mobilizar o disposto pela Constituição para fazer avançar a tentativa de desconcentração fundiária, aproveitando-se das permeabilidades criadas no direito positivo à inviolabilidade da propriedade privada enquanto direito absoluto.³⁶

Posto o direito de reforma agrária, mesmo que marcado por componentes conservadores da propriedade, existe ainda forte resistência à concretização da tímida proposta constitucional de distribuição de terras, de modo que é possível a alguns autores identificar um movimento de contrarreforma agrária em curso no país.

³⁴ “Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação” (BRASIL, 1988).

³⁵ “Art. 3º A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contado da publicação do decreto declaratório.” (BRASIL, 1993b)

³⁶ Ilustrativamente, é com base no texto constitucional, listando alguns dos artigos mais representativos para a questão agrária, que Jacques Távora Alfonsin (2015), em texto publicado pela página do MST, fundamenta a legitimidade popular para cobrar o cumprimento da função social da propriedade e a reforma agrária.

Enquanto a reforma agrária veicula a democratização do acesso à terra, distribuindo-a e promovendo a desconcentração da riqueza e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, a contrarreforma agrária já se observa quando, em sentido oposto, a política aplicada ao campo reforça a concentração fundiária e a expropriação dos camponeses (ALENTEJANO, 2022) — processo esse que se aprofundou nos últimos anos no Brasil (BORGES *et al.*, 2021; ALENTEJANO, 2020; 2022).

A contrarreforma enxerga-se atualmente na redução orçamentária da pasta, no incentivo à emancipação dos assentamentos rurais sem a infraestrutura necessária (BORGES *et al.*, 2021), na resistência em criar assentamentos, na titulação privada das terras dos assentamentos existentes, na paralisação das desapropriações e no crescimento da grilagem de terras (ALENTEJANO, 2022). O fenômeno se denuncia ilustrativamente pelo número de famílias assentadas, que já vinha se enfraquecendo e hoje se revela ínfimo (ALENTEJANO, 2022).³⁷

Para Alentejano (2020), embora seja possível identificar no governo do presidente Jair Bolsonaro uma aceleração da contrarreforma agrária e especial encorajamento à violência contra os movimentos sociais de luta pela terra rural, a priorização do agronegócio e o estímulo à grilagem de terras, por exemplo, que também caracterizam a gestão, são, na verdade, notas de continuidade em relação aos governos anteriores, inclusive petistas³⁸. De acordo com o autor, o agronegócio é priorizado pelo menos desde o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), o que se manteve durante os governos

³⁷ Organizando os dados do INCRA, Alentejano (2022) mostra que foram assentadas 58.317 famílias até 1994, 540.704 famílias nos governos FHC, 614.088 famílias nos governos Lula, 135.375 famílias nos governos Dilma, 4.210 famílias no governo Temer e 233 no governo Bolsonaro (até 2020).

³⁸ Para o autor, “não há dúvidas de que os governos petistas foram muito mais abertos ao diálogo com os movimentos sociais e povos do campo, atendendo a um conjunto de reivindicações, criando ou ampliando políticas públicas importantes, como o próprio Pronaf, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), etc... Mas, apesar da importância destas políticas, nenhuma tinha amplitude para promover mudanças estruturais no campo [...]” (ALENTEJANO, 2020, p. 389). Além disso, “a violência contra os movimentos sociais e povos do campo já vinha crescendo em governos anteriores, embora seja verdade que Bolsonaro foi pioneiro em estimular abertamente tais práticas e buscar mecanismos de sua legitimação” (ALENTEJANO, 2020, p. 389).

subsequentes, e um impulso à grilagem é observado desde o segundo governo Lula (2007-2010), a partir de diversas legislações, agravadas no governo Temer (2016-2018) (ALENTEJANO, 2020).

É nesse contexto que se insere, por exemplo, a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, originada da Medida Provisória nº 759, de 2016. Além de ter incentivado a titulação definitiva dos assentados, a lei alterou os critérios e as condições para a seleção das famílias beneficiárias da política, que passa a ser realizada por meio de edital público municipal e sistema de pontuação, não mais considerando as famílias ocupantes da terra (BORGES *et al.*, 2021; BRASIL, 2017). Sauer e Leite (2017, p. 32) pontuam que o instrumento normativo promove

[...] uma ampla desregulamentação do domínio, posse e uso das terras no país, afastando os critérios constitucionais da função social, [...] [e,] além de colocar massivamente um enorme quantitativo de terras no mercado, apontam para um esvaziamento na política de reforma agrária no Brasil, priorizando destinações para as terras públicas que enfraquecem a criação de projetos de assentamento [...].

E o processo continua: tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 2.633 de 2020, apresentado pelo Deputado Federal Zé Silva, filiado ao partido Solidariedade (BRASIL, 2020), mesmo relator da Medida Provisória nº 910, de 2019 (BRASIL, 2019), que ficou conhecida como “MP da Grilagem”. O projeto tem recebido críticas por, dentre as mudanças relativas à regularização fundiária que prevê, aumentar a possibilidade de que esta se dê por autodeclaração, além de anistiar criminosos ambientais, que tenham invadido e desmatado terra pública, representando um estímulo à grilagem de terras (FASOLO, 2021; WWF-Brasil, 2021). Recente pesquisa do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imafloa conclui

[...] que medidas de regularização fundiária (como a MP 910) não estão ancoradas em dados que privilegiem os grupos vulneráveis e excluídos da agricultura brasileira. Portanto, esforços para uma política agrária (de terras) deveriam enfatizar a distribuição estrutural de imóveis privados com uso ilegal ou irresponsável ao invés de medidas oportunistas e recorrentes que alteram acordos estabelecidos e alimentam um ciclo predatório, excludente e violento de ataque a diversas categorias de terras públicas e grupos sociais vulneráveis. (PINTO *et al.*, 2020, p. 2)

A desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil é uma das mais acentuadas do mundo, sendo associada a processos históricos de grilagem, conflitos sociais e impactos ambientais. A recente revisão de regulações que tratam da situação fundiária de áreas protegidas e de terras não destinadas e as de regularização fundiária pode acentuar este quadro. (PINTO *et al.*, 2020, p. 1)³⁹

Assim, o que se nota é que a frente conservadora da estrutura fundiária não se limitou a disputar o processo constituinte: continua, ainda hoje, buscando garantir que a distribuição de terras seja medida excepcional.⁴⁰

De fato, as contradições contidas nos diplomas constitucional e legais no tocante ao acesso à terra, além da paralisação da política de reforma agrária observada na atuação concreta do Poder Público, mostram enorme resistência ao necessário enfrentamento da concepção do direito proprietário como absoluto — com todas as proteções que a acompanham — e da concentração fundiária no país.

Embora não se constituam como objeto direto de análise do presente trabalho, as questões relacionadas à reforma e à contrarreforma agrárias completam o cenário nacional de disputa pela terra, no qual a pesquisa se insere.

Compondo-o, também, além do direito positivo, estão os movimentos sociais de luta pela terra, resistindo e empenhados em manter vivo o combate ao *status* fundiário, através, destacadamente, das ocupações coletivas de terras, ponto que será trabalhado a seguir.

³⁹ A mesma pesquisa (PINTO *et al.*, 2020) mostra que a distribuição de terras no Brasil recebeu o índice de Gini de 0,73, o que indica alta desigualdade. Ainda de acordo com o estudo, “um quarto (25%) de toda a terra agrícola do Brasil é ocupada pelos 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis) [...]” (PINTO *et al.*, 2020, p. 1) e, mesmo entre os países que lideram o agronegócio mundial, o Brasil tem a maior desigualdade de distribuição (PINTO *et al.*, 2020).

⁴⁰ “As desapropriações realizadas e os assentamentos rurais criados ao longo desses 32 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, representam ‘a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios’, como pontuam Bergamasco e Norder (1996)” (BORGES *et al.*, 2021, p. 112).

3. AS OCUPAÇÕES COLETIVAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

Embora o repertório da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra não se limite à ocupação, é possível destacá-la enquanto meio que devolve a centralidade de se estar na terra, rompendo o invólucro ditado pelo ordenamento jurídico. Tal potência, enxergada com nitidez na ação do MST, está em consonância com a história marcadamente territorial dessa luta no Brasil.

3.1. Breve histórico da luta pela terra no Brasil: os antecedentes do MST

É possível fincar o princípio da luta pela terra no Brasil junto ao começo da história nacional. As lutas contra o cativo e contra o cativo da terra ocorrem desde o início da colonização portuguesa em território brasileiro e delas — sejam as lutas dos povos originários, sejam as dos escravizados trazidos do continente africano, sejam as dos trabalhadores livres, mais tarde — que floresceram as lutas dos camponeses pela terra (FERNANDES, 2000).

O quilombo, por exemplo, é território de resistência ao cativo e aponta para uma dimensão territorial dessa luta que já se afirmava. As comunidades eram constituídas a partir de diversas formas de acesso à terra – como doações pelos senhores, pela Igreja ou em troca de serviços prestados, ou até ocupações de fazendas abandonadas por causa do fim de algum ciclo econômico – embora, de fato, a fuga de escravos seja a mais conhecida (ÁGUAS, 2012).

Como visto, encontramos, porém, um marco importante a partir da segunda metade do século XIX, quando os que eram vendidos como mercadoria passaram a, “libertos”, vender sua força de trabalho e os que chegavam ao território brasileiro para vender sua força de trabalho também estavam apartados do meio de produção: a terra. Afinal, esta já se encontrava aprisionada sob a forma de propriedade. A partir daí, a luta pela liberdade se desdobrou na luta pela terra (FERNANDES, 2000). Ou, na perspectiva trazida por Baldez (1998,

p. 156): “desde cedo a luta pela terra foi o núcleo de ação política do trabalhador”.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2000), a grilagem então promovida pelos ex-senhores de escravos — agora, senhores da terra, fazendeiros-capitalistas — passou a engolir tanto os territórios indígenas quanto as terras dos posseiros camponeses. Estes se valiam da migração para sobreviver e resistir, ao que eram respondidos com uma violência responsável por incontáveis massacres e, simultaneamente, por desenhar as extensões históricas dos latifúndios brasileiros: “Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária” (FERNANDES, 2000, p. 19).

A formação de uma classe camponesa, portanto, é um processo que começa a se esboçar no século XIX e que é marcado pela migração e pela peregrinação em busca da conquista da terra (FERNANDES, 2000). A insubmissão ao coronelismo e à ordem latifundiária que lhe é inerente, porém, fez armar-se uma guerra contra os camponeses (FERNANDES, 2000) despontando nas primeiras formas de lutas camponesas já no começo da República, formadas caracteristicamente pelos movimentos messiânicos e pelo banditismo social (MARTINS, 1981).

De fato, a organização em Canudos bem ilustra a resistência camponesa no país, como pontua Fernandes (2000). A Guerra, ocorrida em 1896 e 1897, no interior do estado da Bahia, contou com a participação de militares de quase todo o Brasil e foi uma reação ao acampamento estabelecido, em 1893, por um movimento social messiânico, que se fundava no trabalho cooperado e no acesso de todos à terra. O combate aos camponeses, no entanto, não se restringiu ao século XIX e avançou pelo século seguinte: quando a resistência camponesa se organizou na fronteira do Paraná com Santa Catarina, a Guerra do Contestado, em que precisou enfrentar a Polícia, o Exército e os jagunços, levou milhares de camponeses à morte (FERNANDES, 2000).

Canudos e Contestado são exemplos que encarnam o embate entre a força política dos movimentos populares de oposição à miséria, ao latifúndio e aos coronéis e a reação tanto do governo quanto dos senhores de terra, através das forças militares, em invocada defesa da ordem (FERNANDES, 2000). Ambos os movimentos messiânicos foram apresentados como tentativas de restaurar a Monarquia e, por isso, brutalmente reprimidos, mas, na verdade, combatiam a república dos coronéis, especificamente – a monarquia era apenas um oposto (MARTINS, 1981). Da mesma maneira, “não era a monarquia que os militares combatiam, como disse se deram conta muitos e muito depressa. Era a insurreição, a subversão dos pobres do campo” (MARTINS, 1981, p. 62).

Também o cangaço, ainda nas primeiras décadas do século XX, no Nordeste, representa uma forma de resistência de camponeses expropriados ou expulsos em luta pela terra e contra a submissão, questionando o poder dos coronéis (MARTINS, 1981; FERNANDES, 2000).

Nesse momento, os modos de resistência, manifestados sob variadas formas, verificavam-se em praticamente todo o país, apesar de ainda comporem revoltas e enfrentamentos localizados (FERNANDES, 2000). Conforme sustenta Fernandes (2000), sempre houve oposição aos latifundiários e ao Estado que os representava e o que se observa é que as ações de resistência camponesa se transformaram ao longo de seu movimento.

É nessa linha que começaram a surgir, por volta da metade do século XX, novos formatos para a organização da resistência no campo, como os sindicatos dos trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas (FERNANDES, 2000; BALDEZ, 2002). Criadas em quase todos os Estados do Brasil, estas surgiram em torno de 1945 e formavam uma organização política para resistir ao assalariamento e à expulsão dos camponeses da terra (FERNANDES, 2000). De acordo com Fernandes (2000), apesar de violentamente contidas com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro – PCB em 1947, do qual tinham apoio, elas ressurgiram em 1954 com a atuação dedicada à reforma

agrária radical, em uma luta pelo fim do monopólio de classe sobre a terra, passando, inclusive, a realizar ocupações.

A reforma agrária invade a pauta política conforme cresce a luta pela terra, fazendo com que sua representação começasse a ser disputada por inúmeros setores, a exemplo da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – Ultab (criada pelo PCB em 1954), da Igreja Católica e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master (FERNANDES, 2000). Este último surgiu ao fim da década de 1950, reunindo assalariados, parceiros e pequenos proprietários, e recebeu o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do então governador Leonel Brizola⁴¹. O movimento ficou restrito ao Rio Grande do Sul, mas é um importante marco para a territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária na região, até porque, segundo Fernandes (2000), no ano de 1962, os integrantes sem-terra passaram a organizar acampamentos.

Embora as lutas pela terra tenham sido, de fato, numerosas de 1940 até 1964, difundindo-se por inúmeros pontos do território nacional, todos esses movimentos foram dizimados com o golpe militar (FERNANDES, 2000). Como visto, assistimos durante a ditadura a um aumento da concentração fundiária e da mecanização e industrialização do campo, ambos fatores responsáveis por um intenso êxodo rural. Acompanharam esse fenômeno a expropriação e a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, o que acarretou, por sua vez, o aumento do trabalho assalariado — e, inclusive, a introdução do boia-fria enquanto uma nova personagem na luta pela terra (FERNANDES, 2000; MEDEIROS, 2021). De acordo com Medeiros (2021), desde a década de 1950, o campo brasileiro vem sofrendo profundas modificações, mas estas foram intensificadas especialmente durante o regime militar. A modernização tecnológica e a aceleração da ocupação agropecuária sobre novas áreas, inclusive com a

⁴¹ Diferentemente do apoio indicado por Fernandes (2000), para Martins (1981), “o trabalhismo havia tentado criar o seu próprio movimento camponês no Rio Grande do Sul, pelas mãos do então governador [...]” (MARTINS, 1981, p. 91), Brizola, que teria fundado o Master.

mecanização do processo produtivo e o uso de insumos químicos, provocaram a expropriação de diversos grupos do meio rural e o surgimento dessa categoria de trabalhadores que se dividem em ocupações precárias nas áreas rurais e nas áreas urbanas (MEDEIROS, 2021).

Segundo Fernandes (2000), na tentativa de controlar as lutas camponesas e os conflitos fundiários que explodiam da metade da década de 1960 até o fim da década de 1970, o problema da terra foi militarizado pelo governo, o que promoveu inúmeras formas de violência contra os trabalhadores — formas estas frequentemente combinadas: força privada e força pública (peão e polícia) muitas vezes se amparavam em defesa dos interesses latifundiários. O projeto econômico da ditadura empresarial-militar passava por uma reforma no campo que não condizia com a presença política da luta camponesa. Por isso, mostrou-se essencial investir na desmobilização de qualquer organização de trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000). Além da repressão brutal, buscou-se, também com esse objetivo, ostentar um pretenso projeto de reforma agrária — o Estatuto da Terra, nunca implementado, mas elemento estratégico para a criação do vácuo político (FERNANDES, 2000). De acordo com Martins (1981, p. 31),

[...] através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: o Estatuto abre a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade da reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim, a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar.

Modernização tecnológica do campo e estrutura fundiária intocada: o governo militar atingira sua meta valorizando a propriedade da burguesia agrária e, além disso, criando reserva de força de trabalho (FERNANDES, 2000).

Contudo, ainda durante a ditadura militar, nos anos 1960, a organização dos trabalhadores rurais encontra um importante espaço de socialização política

no interior da Igreja Católica (FERNANDES, 2000). Segundo Fernandes (2000), apesar de alguns setores da Igreja terem apoiado e participado do golpe de 1964, a expectativa de que os militares implementariam uma reforma agrária foi por eles abandonada ao perceberem que se instaurou no campo a acumulação, na forma da grande empresa capitalista. As Comunidades Eclesiais de Base – CEB haviam nascido no começo da década de 1960 e já existiam por todo o Brasil pela metade dos anos 1970, representando um ponto de partida para a luta organizada e oferecendo condições para que a resistência à política de desenvolvimento agropecuário acontecesse (FERNANDES, 2000). A Igreja Católica também criou, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, responsável por articular os novos movimentos do campo, surgidos durante a ditadura militar, oferecendo um ambiente para debater “[...] a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra” (FERNANDES, 2000, p. 41). Afinal, a modernização tecnológica e a aceleração da ocupação agropecuária sobre novas áreas provocaram a migração de diversos grupos do meio rural para as cidades, mas também, ao constituírem um significativo número de trabalhadores que não tinham acesso à terra, fomentaram a organização desses sujeitos, com o apoio justamente da CPT, em regra (MEDEIROS, 2021).

As ocupações de terra se acentuaram em vários lugares do país desde o fim da década de 1970, momento em que surgem diversos movimentos sociais no campo, contando, na maioria de suas lutas, com o apoio tanto da Igreja Católica, como apontado, quanto do novo sindicalismo e dos recém-legalizados partidos de oposição (FERNANDES, 2000). Nesse contexto, as ocupações e os acampamentos são recuperados enquanto meios de luta (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010; MEDEIROS, 2021) e “[...] assumir a identidade de ‘sem terra’ não era apenas não ter terra, mas se colocar politicamente como demandante de acesso a ela, pressionando o Estado” (MEDEIROS, 2021, p. 4).

Findo o regime militar, assiste-se, realmente, a uma reemergência do movimento camponês. A resistência social à política fundiária de então se depara

com uma realidade cheia de discrepâncias e que desafia as instituições quando da abertura política: o Estado, os partidos, os sindicatos se veem com o encargo de responder à violência que marca a questão agrária (FERNANDES, 2000). Ao mesmo tempo, as ocupações passam a ser a forma mais visível de pleitear o acesso à terra a partir do começo dos anos 1980, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, mas expandindo-se em seguida para todo o território nacional (MEDEIROS, 2021).

Foi a partir desse contexto e das mudanças políticas emergentes da luta pela implantação da democracia, inclusive o crescimento das organizações de trabalhadores (como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e a Central Única dos Trabalhadores – CUT), que, em meados da década de 1980, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Junto a ele, essas organizações, a Igreja Católica e vários partidos políticos e entidades se articulavam para reivindicar um projeto de reforma agrária (FERNANDES, 2000).

3.2. “Ocupar, resistir e produzir”: a ação do MST

O MST surgiu, então, como parte de um processo histórico de luta camponesa no país e do enfrentamento à política de desenvolvimento implementada pelo regime militar, que pautava a modernização da agricultura enquanto fomentava a concentração fundiária e a miséria (FERNANDES, 2000).

Fernandes (2000) mostra que os registros históricos de sua origem são as ocupações de terras, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul.

Foi, contudo, no ano de 1984, no Município de Cascavel, que aconteceu o Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, que é tido como o marco da fundação do movimento, fruto das diversas ocupações por todo o Brasil, do

decisivo trabalho pastoral da CPT e da ampliação das formas de organização no período (FERNANDES, 2000).

A reunião reflete a gênese do movimento enquanto percepção de que, mais do que combates apartados, seria preciso montar uma união que cobrisse todo o território brasileiro para enfrentar a questão agrária. De acordo com Fernandes (2000), esse encontro inaugurou, assim, a organização de um movimento nacional de trabalhadores sem-terra, partindo exatamente da experiência de que as dificuldades enfrentadas pelas lutas localizadas exigiam uma articulação que superasse o isolamento para que a autonomia política fosse conquistada.

Cabe também pontuar que as lutas não se restringem ao campo: é de muita relevância o envolvimento das cidades nesse processo. De acordo com João Pedro Stedile, foi também a luta que, nos centros urbanos, enfrentava a ditadura que possibilitou o surgimento do MST, não sendo possível confinar a origem do movimento meramente à vontade dos camponeses (STEDILE; FERNANDES, 2005). É nesse sentido que, para Fernandes (2000), foram de extrema importância, por exemplo, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista que, das cidades, impulsionaram a organização dos trabalhadores e a redemocratização (FERNANDES, 2000).

Fato é que as lutas pela terra no campo continuam se ampliando (FERNANDES, 2000), pressionando o Poder Público e pautando os rumos da reforma agrária no Brasil. Prova disso é que, embora as deliberações do Primeiro Congresso do movimento, realizado em 1985, convivessem com as diretrizes de um Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA⁴², foram as ocupações – e não o programa governamental – o principal motor da implementação da política de redistribuição de terras no país (FERNANDES, 2000).

⁴² De acordo com Fernandes (2000), o PNRA, aprovado pelo Decreto 91.766, de 1985, e assinado pelo presidente José Sarney, teve sua proposta inicial – vinda do grupo coordenado pelo engenheiro agrônomo empenhado na reforma agrária, José Gomes da Silva, presidente do INCRA à época – totalmente desfigurada pelo jogo de força das lideranças políticas, de modo a tornar o projeto inviável.

E a ação continua. Iniciada sua estruturação nos anos 1980, atualmente o MST já está organizado em quase todos os Estados do Brasil (MST, c2002).

Alinhadas aos princípios do movimento, sua direção é coletiva e as instâncias decisórias são executadas por comissões, não havendo cargos individuais de presidentes, tesoureiros etc. (FERNANDES, 2000).

Com efeito, o MST continua a apresentar enquanto objetivos basilares lutar pela terra, lutar pela reforma agrária⁴³ e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna (MST, c2022) e ainda tem as ocupações como principal forma de atuação.

Ora, “da ocupação da terra nasceu o MST” (FERNANDES, 2000, p. 53).

Essa síntese de Fernandes (2000) aponta, de fato, para a origem do movimento, mas não deixa de indicar igualmente sua essência: as ocupações coletivas de terras (STEDILE; FERNANDES, 2005).

O autor qualifica o MST enquanto um movimento socioterritorial, sendo esse o seu ponto de distinção entre os movimentos sociais que buscam o acesso à terra (FERNANDES, 2000). Diferentemente das lutas localizadas, que se interrompem quando a terra é conquistada, para o MST, a luta não termina com essa aquisição (FERNANDES, 2000). A territorialização não se configura com uma conquista isolada, portanto, mas é, sim, um processo que compõe um conjunto de conquistas: cada assentamento fruto da luta é uma parcela do território que será trabalhada pelos sem-terra, mas, conquistada essa fração do território, funda-se a expectativa de um novo assentamento e uma nova ocupação é, então, organizada para que alcancem outra fração (FERNANDES, 2000). O

⁴³ Para Fernandes (2000), é essencial diferenciar a luta pela reforma agrária da luta pela terra: “Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores, e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições” (FERNANDES, 2000, p. 16). Ainda: “A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária” (FERNANDES, 2000, p. 17).

que se observa é que a atuação atende a uma lógica dinâmica, de irradiação, bastante diferente da operada por uma resistência situada e circunscrita.

O instrumento e a condição da territorialização, por sua vez, são justamente as ocupações de terras (FERNANDES, 2000).

As ocupações não nasceram com o MST. Sigaud, Ernandez e Rosa (2010) mostram que, embora sejam comumente associadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, essas mobilizações pela implementação da reforma agrária datam da década de 1960, havendo notícias de invasões — nome pelo qual as ações eram chamadas à época — antes mesmo do golpe de 1964. No entanto, para o MST, as ocupações são centrais e, embora o movimento possua inúmeras formas de atuação⁴⁴, são elas as que mais se destacam e que têm maior repercussão.

A efetividade da reforma agrária no Brasil está intrinsecamente atrelada às ocupações. São elas as responsáveis pela criação de significativa parcela dos assentamentos rurais no país (HEREDIA *et al.*, 2002; BORGES *et al.*, 2021), sendo possível afirmar que o governo centra a política de reforma agrária nas regiões que vivenciam conflitos possessórios delas advindos (QUINTANS, 2005).

A histórica concentração fundiária, acompanhada da exclusão do acesso à terra, obrigou os movimentos sociais a recorrerem às brechas da situação agrária para forçar a intervenção do INCRA (BORGES *et al.*, 2021). De acordo com Fernandes (2000), apesar de haver disposição constitucional e legal quanto à reforma agrária, a política só é cumprida em função da intensificação das ocupações. A prática, que foi muito desenvolvida e fortalecida pelo MST e que acabou se difundindo entre os demais movimentos sociais de luta pela terra, dá “[...] o tom e o tempo ao Incra, na realização de uma política de assentamentos” (FERNANDES, 2000, p. 82), tornando-se o meio mais eficaz de pressão nesse

⁴⁴ O MST conta com diversos instrumentos de luta além da ocupação de terras, como marchas, jejuns e greves de fome, ocupações de prédios públicos, manifestações e vigílias (MST, c2022).

sentido. Para o autor, com a “[...] ocupação, os sem-terra, sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação” (FERNANDES, 2000, p. 45). Com efeito, segundo o próprio MST, “a ocupação gera o fato político, que demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil” (MST, c2022) e possibilita a denúncia de terras griladas ou improdutivas pelo movimento. Para Stedile, ela é a iniciativa social que mostra que a lei está do lado dos sem terra e deve ser aplicada; por isso impulsiona as desapropriações (STEDILE; FERNANDES, 2005): “O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas quererem terra, para depois se aplicar a lei” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 115).

A escolha da terra objeto da ocupação, portanto, não é aleatória. O MST observa se a propriedade cumpre ou não função social, em um estudo prévio da área, que normalmente já se encontra destinada à reforma agrária ou é limítrofe de área destinada à política⁴⁵, com o objetivo de pressionar o governo federal a acelerar o processo de desapropriação, que transformará o acampamento em um assentamento rural (QUINTANS, 2005). Como lembra Quintans (2005), a ocupação pode também ter por finalidade a denúncia de alguma situação irregular ou prática ilegal, a exemplo de depredação do meio ambiente ou uso de mão-de-obra escrava.

Além disso, a ocupação não é etapa única. “Ocupar, resistir e produzir”: o lema cunhado no Segundo Congresso Nacional do MST, em 1990 (MST, c2022), indica que o apossamento é um passo inaugural. Depois que o acampamento é montado, a luta pela terra tem continuidade em uma fase de resistência, de que faz parte a repressão não só pelo proprietário, mas também pelos aparelhos de Estado (QUINTANS, 2005). Segundo Quintans (2005), é

⁴⁵ Segundo Quintans (2005, p. 78), “durante os últimos anos do Governo do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, devido à edição da Medida Provisória n. 2.027/2000, que impedia a vistoria por dois anos das propriedades que fossem ‘invadidas’, o MST mudou sua tática política, passando a acampar em beiras de estradas ou ocupar propriedades que não estivessem incluídas no programa de Reforma Agrária, mas as que fossem limítrofes daquelas”.

comum que o proprietário ajuíze uma ação de reintegração de posse com pedido de tutela antecipada logo após a ocupação, o que instaura uma disputa pela permanência das famílias no imóvel já no Poder Judiciário. Se concedida a medida liminar reintegratória⁴⁶, começa a articulação dos sem terra para resistirem ao despejo (QUINTANS, 2005). Não é rara a eclosão de conflitos nesse momento, já que o comum é que o Oficial de Justiça cumpra a ordem judicial de reintegração acompanhado por força policial (QUINTANS, 2005).

Também compõe esse processo de luta a etapa da produção. O MST organiza a produção nos assentamentos sob diversos modelos — agricultura familiar em lotes individuais, agricultura socializada e coletiva etc. (QUINTANS, 2005) — garantindo um relevante meio de subsistência às famílias assentadas. O que se nota, contudo, é que o acesso à terra aumenta a oferta de alimentos não apenas para os assentados, mas para a população brasileira em geral (BORGES *et al.*, 2021)⁴⁷.

Todos esses contornos e especificidades mostram a relevância de distinguir a ocupação coletiva de uma invasão de terras.

Como ensina o agrarista José Gomes da Silva (1997, p. 112-113 apud QUINTANS, 2005, p. 78):

existem profundas diferenças éticas, jurídicas e pragmáticas entre “invadir” e “ocupar”. (...) “invadir” significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém, “ocupar” diz respeito, simplesmente a preencher um vazio – no caso, terras que não cumprem sua função social.

De fato, a distinção tem bastante relevância para o direito. De acordo com a doutrina civilista contemporânea, ilustrada aqui pela lição de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2022, p. 111), os termos merecem tratamento jurídico distinto:

A invasão é o esbulho possessório pelo ilícito recurso à força como forma de acesso a bens jurídicos. [...] Já a ocupação é um ato-fato de ingresso em bens abandonados pelo

⁴⁶ Como será visto no próximo capítulo, a concessão da medida liminar foi a regra nas ações possessórias ajuizadas em face do MST de 2003 até fevereiro de 2022 no Estado do Rio de Janeiro.

⁴⁷ Quanto a este ponto, Borges *et al.* (2021) lembram a marcada relevância da agricultura familiar para enfrentar as desigualdades sociais, econômicas e ambientais que historicamente afligem o país.

proprietário e, portanto, privados de qualquer função social, eis que desprovido de significado por parte de quem o titularizaria.

Assim, enquanto a invasão se constitui como um ilícito, que, como tal, deverá ser combatido pelo sistema jurídico, a ocupação já é ato admitido pelo ordenamento. A diferença inaugura, então, uma disputa: de um lado, o MST reivindica uma qualificação que legitime as ocupações, posto que, como defende, estão amparadas pelo direito⁴⁸; de outro lado, a oposição que se monta ao movimento procura classificá-lo de modo a afastar qualquer defesa ou validade jurídicas, como será trabalhado à frente. O fato é que essa estratégia caracteriza destacadamente a ação do MST e se difunde por todo o país.

Passa-se, agora, então, a uma breve exposição sobre a atuação do movimento no Estado do Rio de Janeiro, também fundada nas ocupações de terras.

3.2.1. O MST e as ocupações no Estado do Rio de Janeiro

Os conflitos agrários encobertos pelo regime militar também irromperam no Rio de Janeiro com a redemocratização. Junto a eles, conquistou a cena política do Estado a reivindicação, por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, de mecanismos aptos a modificar a lógica fundiária construída até o momento (BORGES *et al.*, 2021). Afinal,

[...] apesar de ter sido promovido um processo de invisibilização de marcos legais e políticas públicas voltadas para a zona rural, principalmente em razão da urbanização do estado, é certo dizer que não houve um esgotamento da demanda por terras na agenda política. (BORGES *et al.*, 2021, p. 110)

As primeiras ocupações do MST no Rio de Janeiro aconteceram em 1985, nos Municípios de Paracambi e de Valença. Foi também nesse ano que uma delegação fluminense participou de uma reunião do movimento, seu Primeiro Congresso, do qual a representação saiu com a incumbência de montar uma

⁴⁸ A denominação dessa estratégia de luta por “ocupação” consolidou-se justamente por impulso do MST (HEREDIA *et al.*, 2002).

frente no Estado (QUINTANS, 2005). O mesmo não ocorrera no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que fundou o MST no ano anterior, mas não contava ainda com qualquer participante fluminense (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

Foi, então, na década de 1980 que se assistiu a uma primeira tentativa de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Rio. O movimento, no entanto, acabou se desorganizando na região (QUINTANS, 2005; ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022). Nesses anos, as ocupações se deram principalmente na Região Metropolitana, porém, além das dificuldades relativas à articulação de trabalhadores que, em um Estado bastante urbanizado, não tinham a mesma identidade com a terra, observaram-se crescentes desentendimentos entre as lideranças estaduais e nacionais (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

O movimento, contudo, retornou ao território fluminense para, na década seguinte, impulsionar as ocupações de terras. Foi nos anos 1990 que houve uma significativa interiorização da luta por acesso à terra no Estado — alcançando principalmente o Norte fluminense — e que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, que em princípio criticara essa estratégia de atuação, passou não só a apoiar, mas também a organizar apossamentos (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

De acordo com Alentejano, Amaro Junior e Silva (2022), essas ocupações predominaram em áreas de usinas de açúcar e álcool recém-falidas, em função da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e da diminuição dos subsídios a esse segmento. O MST começou a organizar os trabalhadores que perderam seus empregos com a falência, para que pudessem ocupar os canaviais abandonados, minimizando o prejuízo da dispensa (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022). Também houve ocupação das antigas fazendas cafeeiras, transformadas em áreas de pecuária extensiva ou de plantio de eucalipto, que, como parte da estratégia do MST de procurar terras no interior,

levaram-no igualmente para o Sul fluminense (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

Esse intenso processo de luta resultou, só na década de 1990, em 27 assentamentos espalhados por 16 Municípios do Estado e capazes de abrigar 3.862 famílias (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

O movimento se manteve objetivando a interiorização nos anos 2000. A década, no entanto, não foi apenas marcada pela continuação das ocupações de antigas usinas e fazendas de café — a maioria delas promovida pelo MST, mas também pela FETAG. Chamou igualmente a atenção pelos despejos violentos ocorridos no período, como o das famílias que há décadas acampavam na Usina Cambahyba (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022). É também nessa época que começam a aparecer registros de litígios referentes a quilombos e aldeamentos indígenas na Região Metropolitana e à implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como a criação do Complexo Industrial e Portuário do Açú, no Norte fluminense (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022).

A avaliação que Alentejano, Amaro Junior e Silva (2022) fazem da política de reforma agrária de então é a de que esta se caracterizava por ser reativa e demorada: os assentamentos só eram criados por pressão das ocupações e, ainda assim, muitos anos separavam o início do apossamento da efetiva implantação da política.

Nos anos 2010, os conflitos agrários concentraram-se também no Norte e Sul fluminenses. Foi em Campos dos Goytacazes, em 2013, que Cícero Guedes, uma liderança do MST, foi assassinado em área da Usina Cambahyba, no Acampamento Luís Maranhão, o que se configurou como um dos eventos mais brutais da história recente dos conflitos fundiários no Estado (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022). Nessa década, somente seis assentamentos, com capacidade de abrigar 264 famílias, foram criados e não foi promovido qualquer apoio à manutenção e ao desenvolvimento dos

conjuntos já instalados, o que corresponde, praticamente, à paralisia da reforma agrária na região (ALENTEJANO; AMARO JUNIOR; SILVA, 2022). A conjuntura aponta no sentido da contrarreforma agrária (BORGES *et al.*, 2021), examinada no capítulo anterior.

Contudo, as ocupações no Rio de Janeiro persistem. O relatório de 2021 da CPT aponta que, no Estado, 971 famílias estão em áreas em conflito (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2022, p. 14), resistindo.

3.2.2. Qual o direito das ocupações?

Os contornos do direito positivo no que se refere a propriedade, posse e reforma agrária foram desenhados no capítulo anterior.

A luta organizada dos trabalhadores rurais, no entanto, não se restringe à busca por conquistas no Congresso Nacional ou, pontualmente, na Assembleia Constituinte. A produção de direitos pelos movimentos sociais de luta pela terra assume um caráter muito mais amplo e não necessariamente é sinônimo de positivação de direitos.

É com isso em mente que se passa a tratar do aspecto produtivo — e protagonista — das ocupações, aptas a romper os limites do direito positivo.

De acordo com Baldez (1989), a intensificação da luta de classes no campo evidencia-se nos conflitos pela posse da terra. Dessa intensificação, porém, nascem conjunturas aptas a criar o que o autor designa por uma “práxis renovada”. O fenômeno jurídico passa a ser concebido como um instrumento que pode servir à libertação dos trabalhadores e é possível, então, que o direito seja reformulado de modo a não mais se restringir à “[...] estrutura do positivismo jurídico, em cujas demarcações classificatórias se estabelece, na sociedade burguesa, o principal sistema ideológico-repressivo de dominação de classe” (BALDEZ, 1989, p. 1).

As ações coletivas de ocupação vêm dessa prática organizada das lutas por acesso à terra e vão se transformando, segundo Baldez (1989), no mais

relevante meio de ruptura com esse fechado sistema positivista. Foi partindo da premissa de que a reforma agrária não viria a se concretizar somente pelo direito positivo, sem a luta pela conquista e pela democratização do acesso à terra⁴⁹, que o MST começou a se valer da estratégia de apossamento de áreas abandonadas, ocupando-as (BALDEZ, 2002).

A característica mais importante das ocupações é que são necessariamente um ato coletivo, que supera o padrão individualista imposto pelo direito moderno: o sujeito nas ocupações é impreterivelmente um sujeito coletivo (BALDEZ, 1989; 2002). Até porque ocupar pressupõe uma ação conjunta e solidária para enfrentar a preparação, a entrada e a permanência na terra, tanto no que diz respeito aos riscos inerentes à ocupação quanto à — não raramente violenta — ação repressiva (BALDEZ, 1989). Nas palavras de Stedile: “[...] a ocupação é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 113). O caráter coletivo, contudo, não é só condição para que se dê a ocupação, mas também consequência desse modo de luta. Também de acordo com Stedile, ela mesma gera um sentido de unidade e um sentimento de comunidade e de aliança, que conduzem à busca de um mesmo fim (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Confrontando o modo de aquisição da compra e venda, velado pelo direito burguês desde a introdução do preço pela Lei de Terras, o movimento, em sua atuação política, inventa um meio coletivo de aquisição da posse a partir da prática do trabalhador rural (BALDEZ, 1989). O esforço empregado pelo direito positivo para fazer do elemento concreto posse um conteúdo do elemento abstrato propriedade desmancha-se na ocupação: o MST utiliza a posse para corrigir a propriedade injusta (BALDEZ, 1989). Não aguarda o título proprietário — que cativa a terra — para que possa exercer poder de fato — e usar a terra.

⁴⁹ Nas palavras de João Pedro Stedile: “Nenhuma reforma agrária do mundo foi feita com cadastro. Nem as capitalistas nem as socialistas.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 115).

No entendimento de Baldez (1989, p. 17), mais do que uma convivência entre os institutos, as ocupações coletivas poderiam até mesmo romper o vínculo jurídico proprietário, “[...] fazendo da posse em si a propriedade”. Passa a ser possível derrubar a cerca da terra.

De fato, as ocupações contêm uma dimensão disruptiva. Tanto é assim que é característica da atuação a ruptura do conceito de propriedade privada e até mesmo do próprio contratualismo, quando se instaura esse seu novo modo de aquisição (BALDEZ, 2002). Mas nota-se que ultrapassam esse aspecto negativo e desconstrutivo e são constituídas igualmente por uma dimensão positiva e produtiva, ao criar direito.

É inclusive característica das ocupações coletivas o que o autor chama de uma “recriação extensiva do conceito de posse”. O objeto da ocupação coletiva não é a terra, simplesmente, mas a conquista da terra e de meios que garantam a produção e a comercialização dos bens produzidos (BALDEZ, 1989). Na mesma linha, o movimento apresenta-se como continuado e ininterrupto, já que não se contenta com a mera aquisição da terra, sendo, na realidade, uma batalha contra o modo de produção capitalista (BALDEZ, 1989).

É nessa prática política que as ocupações são capazes de construir um novo direito — “[...] um direito no movimento, alternativo e insurgente [...]” (BALDEZ, 1989, p. 18) — que é apto, então, a romper com a enclausurada estrutura do direito positivo e ultrapassar a ordem burguesa, contestando-a.

A ocupação conforma-se, assim, como um ato político-jurídico: político porque entende a luta pela terra e pela reforma agrária como “[...] uma luta de classes contra o latifúndio e contra o Estado que o representa” (FERNANDES, 2000, p. 58); e jurídico já que cria um direito novo, elaborado pelas classes oprimidas para além da fonte estatal de produção legislativa (BALDEZ, 1989).

Um importante alerta feito por Baldez (1989) é o de que essa ação essencialmente política das ocupações frequentemente se reveste da forma

jurídico-processual. É o que acontece quando o proprietário recorre às ações possessórias para se opor às ocupações de terras.

A outra face desse alerta é que não se pode perder de vista, ao encarar o embate jurídico, que esse confronto no Judiciário, por sua vez, tem evidente natureza política:

[...] a uma, porque não será com o advogado da outra parte (como sugere o pseudo neutralismo processual) o embate do posseiro, e sim contra o Estado, mediador dos interesses da classe dominante, e configurado, na ação judiciária, na pessoa do juiz; a duas, porque o processo judicial é uma contradição subalterna na contradição maior, que se exprime na luta pela conquista da terra. (BALDEZ, 1989, p. 17)

O caráter produtivo das ocupações, se serve para que sejam eleitas enquanto forma essencial de luta pela terra, também é responsável por suscitar uma resposta conservadora por parte de uma frente que não está interessada na criação de um novo direito. É o que será abordado a seguir.

3.3. Reação às ocupações do MST

João Pedro Stedile destaca que a ocupação é um modo de luta contundente porque “[...] não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 113). E, de fato, esses setores se posicionam.

Um dos posicionamentos que mais se sobressai quanto ao MST e suas ocupações talvez seja o da mídia tradicional.

Para Fernando Antonio da Costa Vieira (2007), a mídia nacional tem se empenhado em desqualificar o movimento, inclusive criminalizando a sua atuação. Avaliando reportagens e editoriais da revista *Veja* e dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, o autor identifica as principais abordagens das matérias que tratam do MST como sendo referentes a emprego de violência, desrespeito às leis, defesa do socialismo, pregação revolucionária ou denúncias de corrupção, de abandono de terras assentadas ou de financiamento externo ao movimento (VIEIRA, F. A. C., 2007). Vieira (2007) pontua, além disso, o emprego do termo “invasão” como

forma de enfatizar a qualificação dos integrantes enquanto criminosos, ofuscando as reivindicações e as propostas do MST.

Figueiredo e Calbino (2018) destacam oito estratégias narrativas utilizadas pela grande mídia para marginalizar o movimento. São elas as de que o MST (i) prega a violência, (ii) depreda o patrimônio privado, (iii) depreda o patrimônio público, (iv) é composto por bandidos, (v) utiliza armas, (vi) propaga táticas terroristas, (vii) instaura uma revolução socialista disfarçando-se sob a bandeira da reforma agrária, além da narrativa de que (viii) os assentados vendem suas terras. Para os autores, o discurso midiático seleciona episódios que passam uma imagem negativa do MST ou até imputa ações inexistentes ou infundadas ao movimento.

Também Quintans (2005) pontua que é comum que os jornais de grande circulação publiquem matérias que se opõem à atuação do MST, enquadrando as ocupações como violação ao direito de propriedade e justificando os massacres enquanto resposta à inércia do Estado em reprimir os supostos atos criminosos dos integrantes do movimento. Um exemplo nesse sentido é uma matéria da Revista VEJA, intitulada “Stedile declara guerra”, segundo a qual:

O governo federal precisa sair de seu estado de delírio e parar de tratar o MST como um movimento social. Está cada vez mais claro que eles integram um movimento baderneiro que prega a violência e se alimenta de um combustível que mistura os excluídos no campo e na cidade, o complexo de culpa de elite e de classe média e a falta de firmeza das autoridades contra as ilegalidades praticadas. (REVISTA VEJA, 2003, p. 44 apud QUINTANS, 2005, p. 89)

A criminalização do movimento, no entanto, pode, ainda, ser explorada sob outros contornos.

Fernanda Maria Costa Vieira (2006) trabalha a hipótese de que, a partir do endurecimento penal instituído pelo neoliberalismo, o rol de categorias perigosas foi ampliado e passou a conter os movimentos sociais que se valem da desobediência civil para produzir direitos, ou seja, que rompem com a ordem da lei em seu exercício reivindicatório. Para a autora, sob essa lógica, as ocupações coletivas de terras são enquadradas enquanto atos que atentam contra o próprio

Estado e, portanto, encontram reação oposta na mídia, no Poder Judiciário etc., que exigem repressão ao movimento (VIEIRA, F. M. C., 2006). Esse cenário, por sua vez, permite que se instaure um processo de criminalização das resistências que lutam pela reforma agrária, o que transparece, por exemplo, no aumento do número de prisões preventivas decretadas contra dirigentes do MST e no uso de força e violência nos casos de reintegração de posse (VIEIRA, F. M. C., 2006).

A autora trabalha os discursos dos promotores e magistrados nas ações em que, de 1992 a 2002, as ocupações coletivas da região do Pontal do Paranapanema (que é marcada por um elevado número de conflitos possessórios) são tipificadas como crime de formação de quadrilha. Foram analisadas desde as denúncias oferecidas pelo Ministério Público até as decisões em 2ª instância, incluindo os *habeas corpus* impetrados. A conclusão de Vieira (2006, p. 96) é que, de maneira geral, as falas tanto do Ministério Público quanto dos juízes e dos desembargadores “[...] remetem para uma penalização do MST, como organização social. Trata-se de construir a imagem de organização criminosa, como força, o que requereria medidas mais repressivas por parte do Judiciário”.

Pela penalização do movimento, a autora designa a contribuição de uma parcela do Poder Judiciário e do Ministério Público para que uma série de estereótipos de periculosidade seja criada em torno dos integrantes e do grupo, de modo a apresentá-los enquanto ameaça pública. Objetiva-se consolidar a imagem de que se trata de uma organização criminosa em afronta à lei e ao Estado de direito; são baderneiros, desordeiros, anárquicos. Segundo Vieira (2006), as associações pejorativas ao movimento, mesmo no caso de decisões absolutórias, justificam-se por alimentar esse imaginário, assentando as bases para uma repressão que não só é efetiva como também busca apoio da sociedade — no que é ajudada pela mídia, que ao massificar a imagem de caos e ameaça atribuída ao movimento, contribui para a legitimação do discurso da ordem.

Isso quando os órgãos não procedem, de fato e tecnicamente, à própria criminalização, tipificando penalmente a atuação do MST (VIEIRA, F. M. C., 2006). Afinal, dentre as medidas mais repressivas que passam a ser exigidas dos órgãos do sistema penal para sufocar a desordem social incorporada pelo MST, está justamente a tipificação das condutas enquanto crime — o que legitima a decretação de prisão dos integrantes. Além do endurecimento penal, contudo, a autora identifica outra causa para o processo de criminalização do movimento: o direito de propriedade precisa ser mantido intocado pelo Judiciário. Tanto é assim que Vieira (2006, p. 92) afirma que a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra vem se transformando no principal instrumento para “[...] amortecer as ocupações coletivas. Cresce o número de prisões, cresce o número de ações criminais, fazendo do sistema penal a ponta de lança na luta pela terra”.

Sejam as ocupações penalizadas, sejam as ocupações criminalizadas, a publicização da questão agrária, do conflito fundiário e da necessidade de implementação da reforma agrária que o MST busca através dessa atuação coletiva é encoberta (VIEIRA, F. M. C., 2006).

Nesse sentido, Vieira (2006) identifica, ainda, uma reorientação no que se refere às ações penais contra o MST, tanto por parte do Ministério Público e dos agentes policiais quanto por parte do Judiciário: para fomentar a visão de um movimento perigoso, passa-se não só a utilizar frequentemente termos como bando ou quadrilha, mas também a alterar a própria tipificação penal no tocante às ocupações coletivas. Se, antes, as ações do movimento acabavam tipificadas predominantemente enquanto esbulho possessório, começa-se a criminalizá-las valendo-se dos próprios tipos penais de formação de quadrilha ou bando. De acordo com Vieira (2006, p. 115), isso se dá porque o delito de esbulho possessório possibilita que se construa uma relação que opõe o proprietário-latifundiário ao MST, já que o tipo penal prevê o patrimônio como bem jurídico tutelado:

A narrativa do fato, no caso de esbulho possessório, é composta de uma determinada ação de ocupação em um determinado imóvel, permitindo, dessa forma, que se trave, por dentro dos autos, uma discussão acerca da função social da propriedade, da legitimidade das ocupações como mecanismo de pressão exercido pelos movimentos sociais, o que em muitos casos redundou no arquivamento da ação penal.

Já o crime de quadrilha ou bando comporta duas estratégias, conforme aponta Vieira (2006). A primeira é a possibilidade de uma só denúncia reunir várias ocupações diferentes dentro de um determinado espaço de tempo, uma vez que o tipo penal em questão é crime permanente. A reunião permite que se eleve a pena condenatória e que se relembram o delito de esbulho possessório e as discussões por ele levantadas, removendo-se o caráter político-social da atuação do movimento (VIEIRA, F. M. C., 2006). A segunda estratégia é a de aproveitar a imagem de intensa periculosidade que o crime de formação de quadrilha ou bando carrega — conforme construída penalmente, mas também pela mídia e pela sociedade em geral — para legitimar uma repressão mais contundente sobre o MST (VIEIRA, F. M. C., 2006).

É preciso, por fim, pontuar que não é apenas o Poder Judiciário que é agente nessa frente de contenção. Também os Poderes Executivo e Legislativo freiam as ocupações e a pauta da reforma agrária — ponto este abordado no capítulo anterior. Um exemplo é a famosa inclusão pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001 (BRASIL, 2001), do § 6º ao artigo 2º da Lei nº 8.629, de 1993, dispondo que

o **imóvel rural** de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou **invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação**, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (BRASIL, 1993a, grifo nosso)

Trata-se de uma medida que nasce como reação clara e direta às ocupações, no sentido de desestimular e conter essa estratégia dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra. E, de fato, é essa a finalidade reconhecida pelo

Supremo Tribunal Federal⁵⁰ e reiterada pela doutrina civilista contemporânea, como se lê, mais uma vez, ilustrativamente, em Farias e Rosenvald (2022), que inclusive associam a medida à atuação do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “[...] com o objetivo definido de coibir reiteradas invasões de propriedades alheias pelo MST e congêneres, restou declarada a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.183-56/2001 [...]” (FARIAS; ROSENVALD, 2022, p. 108). Para os autores, o ato normativo e a consequente invalidade de um decreto expropriatório que se fundamente em ocupação justificam-se pelo fato de que o conflito coletivo poderia desvirtuar o coeficiente de produtividade e a conclusão da vistoria no âmbito da desapropriação para fins de reforma agrária. O Superior Tribunal de Justiça, no entanto, “[...] vai além, sancionando o esbulho possessório mesmo no período posterior ao ato da vistoria *in loco* que reputou o imóvel como improdutivo” (FARIAS; ROSENVALD, 2022, p. 109), uma vez que entende, na dicção do enunciado nº 354 da Súmula do Tribunal, que “a invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária” (STJ, Súmula nº 354, Brasília, DJe 08 set. 2008).

⁵⁰ “RECONHECIMENTO, EM JUÍZO DE DELIBAÇÃO, DA **LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA MP Nº 2.027-38/2000, REEDITADA, PELA ÚLTIMA VEZ, COMO MP Nº 2.183-56/2001.** - **Não é lícito ao Estado aceitar, passivamente, a imposição, por qualquer entidade ou movimento social organizado, de uma agenda político-social, quando caracterizada por práticas ilegítimas de invasão de propriedades rurais, em desafio inaceitável à integridade e à autoridade da ordem jurídica.** - O Supremo Tribunal Federal não pode validar comportamentos ilícitos. Não deve chancelar, jurisdicionalmente, agressões inconstitucionais ao direito de propriedade e à posse de terceiros. Não pode considerar, nem deve reconhecer, por isso mesmo, invasões ilegais da propriedade alheia ou atos de esbulho possessório como instrumentos de legitimação da expropriação estatal de bens particulares, cuja submissão, a qualquer programa de reforma agrária, supõe, para regularmente efetivar-se, o estrito cumprimento das formas e dos requisitos previstos nas leis e na Constituição da República. - **As prescrições constantes da MP 2.027-38/2000, reeditada, pela última vez, como MP nº 2.183-56/2001, precisamente porque têm por finalidade neutralizar abusos e atos de violação possessória, praticados contra proprietários de imóveis rurais, não se mostram eivadas de inconstitucionalidade** (ao menos em juízo de estrita delibação), pois visam, em última análise, a resguardar a integridade de valores protegidos pela própria Constituição da República. O sistema constitucional não tolera a prática de atos, que, concretizadores de invasões fundiárias, culminam por gerar - considerada a própria ilicitude dessa conduta - grave situação de insegurança jurídica, de intranquilidade social e de instabilidade da ordem pública” (STF, ADI 2213 MC, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, Brasília, julgado em 04/04/2002, DJ 23-04-2004 PP-00006 EMENT VOL-02148-02 PP-00296, grifo nosso).

Dessa visão geral das reações tipicamente identificadas quanto às ocupações, o que se nota é uma tentativa insistente tanto de desestímulo quanto de ofuscamento do conflito que realmente discute a questão agrária e as reivindicações do MST.

O capítulo seguinte busca, então, recentrar essa discussão em torno do direito de propriedade, do conflito possessório e da função social da terra, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

4. COMO O JUDICIÁRIO DECIDE OS CONFLITOS AGRÁRIOS?

O Poder Judiciário aparece como arena que recebe duas dimensões, aqui trabalhadas, do conflito oriundo do choque entre a força disruptiva e produtiva das ocupações e a força conservadora da estrutura fundiária: a disputa que se extrai da abstração do direito positivo e a disputa emergente da concretude dos conflitos possessórios. Dele, aguarda-se a síntese.

4.1. O Poder Judiciário e a questão agrária no Brasil

A centralidade do Poder Judiciário na agenda política da América Latina é fenômeno relativamente recente. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2011), o protagonismo do sistema judicial na região data do fim da década de 1980 e relaciona-se com o desmantelamento do Estado desenvolvimentista nos países periféricos.

A convivência das Constituições programáticas com a falência dos Estados intervencionistas levou ao Judiciário a esperança de que os direitos prometidos por essas normativas fossem efetivados. O caso brasileiro não é diferente. A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente o rol de direitos e garantias fundamentais e aumentou a expectativa dos cidadãos em vê-los concretizados, de forma que a deficiência (ou inexistência) das políticas públicas correspondentes passou a representar possíveis provocações do Poder Judiciário (SANTOS, 2011). Isso sem falar dos novos meios e instituições capazes de promover essa invocação — também trazidos pelas então vigentes normas constitucionais — e no aumento da credibilidade da via judicial para efetivar direitos, desde a redemocratização (SANTOS, 2011; BARROSO, 2018).

O funcionamento — ainda que normal — dos tribunais passou a influenciar substancialmente as condições tanto da ação política quanto de efetivação das políticas públicas: a exiguidade dos demais Poderes em responder aos litígios e demandas sociais transformou o sistema judicial em um meio

estratégico para impulsionar ou frear a agenda governamental ou dos grupos majoritários, acarretando a politização do Judiciário — agora mais permeável — e um confronto também político, portanto, entre os Poderes (SANTOS, 2011).

De fato, ao tratar da constitucionalização do direito, operada a partir da centralidade e da força normativa reconhecidas à Constituição, Luís Roberto Barroso (2018) identifica o que designa por uma ascensão institucional do Judiciário nos anos mais recentes. As garantias democráticas, inclusive em relação à magistratura, permitem que esta abandone a condição de uma repartição técnica e especializada e assuma um papel político, disputando espaço com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo (BARROSO, 2018). Esse fator, ao lado da própria constitucionalização e do crescimento da demanda por justiça, é, para Barroso (2018), causa de uma significativa judicialização tanto das questões políticas quanto das questões sociais. O Judiciário adquire uma importância simbólica no imaginário coletivo e se torna a última instância decisória dessas causas (BARROSO, 2018).

O autor, portanto, utiliza o termo “judicialização” para retratar o protagonismo do Judiciário a partir da Constituição de 1988, mesmo sentido empregado pelo reconhecido trabalho-pesquisa de Vianna *et al.* (1999) (MACIEL; KOERNER, 2002). Para estes, o fenômeno, que alcança a política e as relações sociais, já foi completamente incorporado pela sociedade brasileira e revela os tribunais como significativa personagem da vida republicana nacional e como importante vetor para aprofundar a democracia no país (VIANNA *et al.*, 1999). Os pesquisadores, contudo, destacam a agência não do Judiciário, mas, sim, da sociedade como causa do movimento:

Na experiência brasileira, [...] o que se chama judicialização política não é o resultado de um protagonismo institucional exercido pelo Poder Judiciário. Ela deriva, diversamente, de novas práticas de resistência da sociedade civil, particularmente dos partidos que compõem a minoria parlamentar e das associações de interesses dos setores subalternos, que vêm encontrando na comunidade dos intérpretes um caminho para reforçar a sua representação. De igual modo, no que, aliás, reitera a experiência universal, a judicialização das relações sociais [...] é mais a expressão de demandas

igualitárias por parte de uma sociedade que tem excedido a capacidade de incorporação do sistema político e da vida associativa em geral, do que do exercício de um papel salvífico por parte do Judiciário. (VIANNA *et al.*, 1999, p. 259)

O contexto de judicialização enquanto manifestação do protagonismo e intervencionismo judiciais, porém, abriga duas faces. Por um lado, realmente assistimos a grupos e classes socialmente oprimidos fazendo uso da máquina judiciária e de seus instrumentos hegemônicos para finalidades contra-hegemônicas e emancipatórias, em um movimento que Santos (2011) chama de uma legalidade cosmopolita ou subalterna. Por outro lado, é possível identificar uma tentativa de neutralizar, através da via judicial, muitas das conquistas democráticas alcançadas pela via política nas últimas décadas, configurando-se uma espécie de ativismo judiciário conservador, de “contrarrevolução jurídica” (SANTOS, 2011)⁵¹. Afinal, não se pode esquecer que, embora os movimentos sociais estejam se utilizando dos aparatos hegemônicos como instrumento de oposição, o protagonismo contemporâneo do Poder Judiciário não desponta somente da precarização dos direitos econômicos, sociais e culturais. Também é causa dessa proeminência o fato de que o modelo de desenvolvimento neoliberal, em função de sua forte dependência dos mercados e do setor privado, precisa de uma instância que garanta a segurança e a estabilidade jurídicas, a proteção ao direito de propriedade, o cumprimento das obrigações contratuais etc. (SANTOS, 2011).

De qualquer forma, a atualização da dinâmica do Poder Judiciário é visível, sendo igualmente evidente que o seu papel se coloca em disputa. É possível observar essa dicotomia contida pela centralidade que o Poder Judiciário assume em um exemplo trazido por Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 36) para ilustrar a legalidade subalterna a partir, justamente, da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

⁵¹ Embora Santos (2011, p. 110) não conclua categoricamente pela consolidação dessa “contrarrevolução jurídica” no Brasil, sustenta que “[...] as ocorrências de reações criminalizadoras e repressivas por parte dos tribunais e de outras instituições do sistema de justiça em face da atuação dos movimentos sociais apontam para um movimento reverso à expansão garantista do poder judicial”.

No caso do MST, por exemplo, a partir de determinada altura, houve uma mudança de atitude [...]. A criminalização dos seus integrantes e o envolvimento dos tribunais nos conflitos de terra, através sobretudo das ações de reintegração de posse, foram a porta de entrada para a qualificação jurídica do movimento que, em contrapartida, passou a se valer das funções instrumentais, políticas e simbólicas do direito e dos tribunais também a seu favor. Começaram a surgir processos judiciais em que o MST saiu vencedor e o próprio movimento passou a resignificar a sua luta a partir do vocabulário do campo jurídico, propugnando uma hermenêutica crítica e contra-hegemônica dos institutos jurídicos, apropriando-se de conceitos como o de função social da propriedade ou denunciando as violações de direitos humanos subjacentes aos conflitos fundiários.

De fato, nesse contexto de protagonismo dos tribunais, o Poder Judiciário é basilar para um diagnóstico da questão agrária no Brasil, especialmente quanto aos conflitos possessórios e a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra.

Motta (1998) identifica a própria Lei de Terras — trabalhada a partir de brechas e interpretações alternativas — como um veículo de acesso de homens livres e pobres aos tribunais para, desde o século XIX, defenderem sua posse (apud LERRER *et al.*, 2012). Na mesma linha, Medeiros (1989) reconhece o recurso ao Judiciário enquanto uma estratégia das organizações de trabalhadores rurais também para a defesa possessória, especialmente durante a ditadura, com base já no Estatuto da Terra (apud LERRER *et al.*, 2012).

Contudo, é na década de 1980 que a discussão se insere no movimento apontado por Vianna *et al.* (1999), Santos (2011) e Barroso (2018).

Na direção do identificado pelos autores, a promulgação da Constituição Federal de 1988 também teve impacto na judicialização da questão agrária nacional, passando o Poder Judiciário a figurar como componente fundamental para a compreensão de seus desdobramentos políticos (MEDEIROS, 2002 apud BORGES *et al.*, 2021).

Como já foi apontado em capítulo anterior, a Constituição determina, no § 2º do artigo 184, a possibilidade de a União propor ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (BRASIL, 1988), tendo a Lei Complementar nº 76, de 1993, estabelecido o procedimento especial para o referente processo. A LC não só regula os procedimentos que levarão o

magistrado a fixar prévia e justa indenização ao proprietário, mas também, a partir da norma contida no § 1º do artigo 9º, autoriza o juiz, depois de recebida a contestação, a determinar a realização de prova pericial em relação a pontos impugnados do laudo de vistoria administrativa produzido pelo INCRA (BRASIL, 1993b). Assim, de acordo com Lerrer *et al.* (2012), permitiu-se discutir, além do valor a ser indenizado (questão característica de qualquer modalidade de desapropriação), a própria produtividade do imóvel. Ao Judiciário, foi delegada a decisão sobre a legalidade do laudo agrônômico que, em última análise, é apto a determinar quais imóveis são passíveis de desapropriação para que seja implementada a reforma agrária (LERRER *et al.*, 2012).

Aqui, já identificamos uma primeira oportunidade de intervenção do Poder Judiciário na política de terras, portanto. Embora a competência para desapropriar o imóvel rural que não cumpre função social da propriedade seja privativa da União (ou seja, do Executivo federal) conforme o *caput* do artigo 184 da Constituição de 1988, reproduzido pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 76, de 1993 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993b), será um magistrado a arbitrar o valor da indenização e a, eventualmente, afastar o imóvel do programa de reforma agrária acatando contestação ao laudo administrativo elaborado pelo INCRA.

Além disso, o inciso I do artigo 6º da mesma Lei Complementar nº 76, com redação dada pela Lei Complementar nº 88, de 1996, determina que, ao despachar a petição inicial, o juiz mandará imitar a autarquia federal na posse do imóvel, imediatamente ou no prazo máximo de 48 horas (BRASIL, 1973b; BRASIL, 1996). A intenção do dispositivo é permitir que o INCRA comece a criar os Projetos de Assentamento sem que tenha que aguardar o final da ação de desapropriação, que é, em regra, demorada (LERRER *et al.*, 2012)⁵². A

⁵² Lerrer *et al.* (2012) lembram que uma das bandeiras da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e da Campanha Nacional de Reforma Agrária – CNRA na Assembleia Nacional

morosidade nessa etapa do processo, por sua vez, aumenta a insegurança da posse dos beneficiários da reforma agrária e atravanca as políticas relativas à sustentabilidade — tanto econômica quanto social — dos ocupantes, já que é a imissão que possibilita não só a construção oficial do assentamento como também a liberação dos investimentos necessários à efetivação do programa (BORGES *et al.*, 2021).

É possível, ainda, observar a interferência do Judiciário no próprio processo administrativo de desapropriação. Até porque é permitido ao magistrado o controle de legalidade desse processo⁵³ e não são raras as tentativas de suspendê-lo ou anulá-lo pela via judicial: o INCRA identifica inúmeras ações com esse objetivo e qualifica-as como óbices judiciais à reforma agrária (LERRER *et al.*, 2012), já que sua atuação administrativa “[...] vem sendo interrompida em qualquer de suas fases de tramitação por decisões judiciais proferidas em ações movidas por proprietários rurais que, habilmente, questionam a legalidade das desapropriações” (CUNHA FILHO, 2007, p. 137).

Para Rodrigues e Mitidiero Junior (2012), a possibilidade de defender a propriedade da intervenção do poder público através de mandados de segurança e ações declaratórias de nulidade do processo administrativo de desapropriação para fins de reforma agrária aumenta o intervencionismo judicial nas disputas territoriais e reduz o poder desapropriatório do INCRA. Essa redução foi apontada por Cunha Filho (2007, p. 170), para quem

a principal consequência do atual marco normativo referente às desapropriações para fins de reforma agrária – formado pela Constituição de 1988, lei nº 8.629/93 e lei

Constituinte de 1987/88 era a imissão automática da União na posse quando do processo de desapropriação para fins de reforma agrária, porém a disposição não foi aprovada.

⁵³ Cunha Filho (2007) ressalta que, apesar de a maioria dos juízes e tribunais, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, entenderem que cabe questionar a legalidade das desapropriações propostas pelo INCRA por via das ações de rito ordinário e de cautelares, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é o de não se pode alegar ilegalidade através de mandado de segurança ou ação de rito ordinário; a matéria deve ser discutida na ação de desapropriação para fins de reforma agrária, já que esta possui amplo caráter cognitivo.

complementar nº 76/93 – foi a diminuição da capacidade expropriatória do Poder Executivo.⁵⁴

A possibilidade de atuação do Poder Judiciário, contudo, ultrapassa os processos (administrativo e judicial) de desapropriação: está também nas mãos dos magistrados a solução dos conflitos possessórios. Afinal, não é incomum os proprietários ajuizarem ações possessórias na tentativa de expulsarem famílias ocupantes, inclusive no curso dos processos de desapropriação — valendo-se da via judicial, neste caso, para gerar uma confusão processual que frequentemente faz conviverem ação de desapropriação na Justiça Federal e ação de reintegração de posse na Justiça Estadual, com decisões conflitantes em relação à permanência dos integrantes dos movimentos nas terras em disputa (BORGES *et al.*, 2021).

O que se vê, então, é um Judiciário que pode desde arbitrar o valor das indenizações pela desapropriação até determinar despejos (MEDEIROS, 2002 *apud* BORGES *et al.*, 2021) pronto para sentenciar conflitos agrários que chegam até ele por vários meios.

A todas essas possibilidades de intervenção judicial, somam-se as insuficiências e os retrocessos identificados na atuação do Poder Executivo e do Poder Legislativo no que se refere à democratização do acesso à terra — tanto que é possível reconhecer, inclusive, um processo de contrarreforma agrária no contexto nacional, como foi abordado em capítulo anterior. A par das especificidades da estratégia das ocupações coletivas enquanto um modo de produção de direitos, esse quadro impulsiona a judicialização ao construir um cenário em que os movimentos sociais precisam buscar o Judiciário na tentativa de concretizar as promessas da Constituição Federal, nos moldes da lógica do

⁵⁴ Para Baldez (1997, p. 108), “com o fim da Ditadura Militar, o controle sobre a terra e o monopólio dela, historicamente constituído em benefício das classes dominantes, transferiu-se da área militar para o campo jurídico. Como o Exército deveria voltar para os quartéis era fundamental tornar a Constituição e as Leis reguladoras da reforma agrária mais duras e excludentes”. Cunha Filho (2007, p. 170) aponta que, de fato, a capacidade expropriatória do Poder Executivo era maior “no modelo anterior, composto pela Constituição de 1967 – em sua redação determinada pela Emenda Constitucional nº 01/69 –, pelo Estatuto da Terra e pelo Decreto-lei nº 554/69 [...]”.

protagonismo dos tribunais apontada por Vianna *et al.* (1999), Santos (2011) e Barroso (2018).

No entanto, ao mesmo tempo que encerra esse aspecto derradeiro, o sistema judicial em si pode representar um óbice à democratização do acesso à terra.

Ao caracterizar o que designa por judiciarização da reforma agrária, Bernardo Mançano Fernandes (1997) identifica um processo que é histórico na luta pela terra, mas que só teria revelado sua face perversa mais recentemente. A denúncia do autor é a de que o fenômeno é composto por três dimensões. A primeira é a inoperância ou a conivência do Poder Judiciário com relação ao uso indevido das ações possessórias para a grilagem de terras. A segunda é a realização de violentos despejos de famílias ocupantes, privilegiando a defesa dos interesses latifundiários em detrimento da vida dos trabalhadores sem terra. Segundo Fernandes (1997), as liminares de reintegração de posse não só são concedidas em uma velocidade inacreditável como também “na calada da noite”, de modo a impossibilitar qualquer preparação. E, por fim, a terceira dimensão é o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário à compreensão do motivo do conflito, o que, para o autor, traria importante questão referente à formação filosófico-política dos magistrados, em geral incapazes de conceber uma interpretação não-positivista da lei e uma postura não-inerte do Judiciário. Isso sem falar nas desapropriações fraudulentas, no descaso do Estado em resolver os problemas dos acampados, na própria criminalização das ocupações coletivas e na falta de apuração dos assassinatos dos trabalhadores rurais — impunidade que permite, mais do que mortes juradas, massacres anunciados (FERNANDES, 1997).

O autor não é o único a retratar o Poder Judiciário enquanto uma força conservadora no que se refere à concentração fundiária e à exclusão do acesso à terra no Brasil. Diversas publicações identificam atualmente um empecilho judicial à efetivação da reforma agrária no país, sendo possível estabelecer, no

tocante à questão da terra, um paralelo à contrarrevolução jurídica identificada por Santos (2011).

Côrtes (2017), por exemplo, analisa a atuação do Poder Judiciário da Bahia quanto aos conflitos por terra pós-1988 e identifica um espaço desfavorável aos camponeses, qualificando o processo de desapropriação para fins de reforma agrária como “*in dubio pro proprietário*” e concluindo por uma contribuição dos magistrados à injustiça agrária no Estado.

A relação do Poder Judiciário com os movimentos sociais de luta pela terra também revela essa face conservadora — e não só através da criminalização, abordada em capítulo anterior. Ao explorar qual a resposta político-institucional a esses movimentos, Spinieli (2019) qualifica o Poder Judiciário enquanto repressor das manifestações das resistências pela reforma agrária. De acordo com o autor, é a atuação judicial que, no Brasil, representa a maior trava para os movimentos rurais militantes exercitarem livremente o direito de manifestação. Além disso, aponta um afunilamento do acesso à justiça colocado à disposição do pleito pela reforma agrária: o Judiciário antirreformista “nega-se a dialogar com os movimentos sociais, tratando suas pautas e reivindicações como ‘casos de polícia’” (ZOCCAL; VOLPE FILHO, 2016, p. 252 apud SPINIELI, 2019, p. 125) e vale-se de um discurso que insistentemente repete a invocação de direitos de cunho individual.

Constata-se, assim, que são depositadas sobre o Poder Judiciário tanto as expectativas de um Estado social, preocupado com a concretização dos direitos fundamentais, quanto as expectativas de um Estado protetor da propriedade, braço de apoio do neoliberalismo. A dualidade posta e a relevância do Poder Judiciário para o desenrolar da questão agrária nacional levam à necessidade de um constante diagnóstico de sua atuação.

4.2. Judiciário fluminense e o conflito entre propriedade e acesso à terra

O histórico e a manutenção da concentração fundiária no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a forte atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado, pontos trabalhados nos capítulos anteriores, respaldam a relevância e a necessidade do estudo da postura do Poder Judiciário fluminense em relação às ocupações coletivas.

4.2.1. O Judiciário e as ações de desapropriação para fins de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro desde a Constituição Federal de 1988

Algumas pesquisas avaliam a atuação do Poder Judiciário nas ações de desapropriação para fins de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro.

Tavares *et al.* (2019), por exemplo, estudam a luta pela desapropriação do Complexo da Usina Cambahyba, no norte fluminense, e identificam, nas decisões judiciais no curso do processo desapropriatório, uma concepção privatista e individualista da propriedade, a partir das referências do século XVIII, ao invés da tomada da função social como diretriz valorativa e como comando constitucional.

Já Borges *et al.* (2021) analisaram as ações de desapropriação referentes aos assentamentos rurais criados após 1988 no Estado do Rio de Janeiro. Os autores inserem a atuação do Judiciário fluminense no cenário de contrarreforma agrária ao concluírem pelo que chamam de uma ideologia proprietária dos magistrados, que, ao interpretarem e aplicarem a Constituição Federal e as leis, restringem os avanços da política no Estado do Rio.

Uma das faces desse olhar patrimonialista é a morosidade na constituição dos assentamentos a partir da judicialização: decorrem, em média, 585 dias entre a distribuição da ação de desapropriação e a criação do Projeto de Assentamento (BORGES *et al.*, 2021). A demora se dá tanto em relação à imissão na posse do INCRA no imóvel desapropriado — que não respeita o prazo de 48 horas

estabelecido pela Lei Complementar nº 76, de 1993 — quanto em relação à edição pelo próprio INCRA das portarias que criam os assentamentos (BORGES *et al.*, 2021). Enquanto não são formal e regularmente assentados, os ocupantes não são beneficiários da reforma agrária, propriamente, e não têm qualquer política pública assegurada pela autarquia federal (BORGES *et al.*, 2021). Além da vulnerabilidade das famílias nessas circunstâncias, Borges *et al.* (2021, p. 118) chamam a atenção para “[...] um cenário de adensamento dos conflitos internos diante de interesses econômicos e políticos sobre os territórios da reforma agrária”, gerado pela morosidade.

Segundo os autores, a ideologia proprietária aparece, ainda, na demora para o trânsito em julgado das ações de desapropriação no Estado, outro indicativo do entrave judiciário ao andamento dos processos de reforma agrária (BORGES *et al.*, 2021). Das 24 ações de desapropriação que foram ajuizadas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que originaram assentamentos rurais, somente quatro haviam transitado em julgado até o fim de 2019, conforme apontam Borges *et al.* (2021). A causa identificada pelos autores para a demora é o “[...] temor e receio em seguir em frente com um processo visto como ‘traumático’ para quem perde sua propriedade [...]” (BORGES *et al.*, 2021, p. 119).

Além disso, nota-se que as terras de propriedade de pessoas jurídicas — embora estas figurem como rés somente em 11 das 24 ações de desapropriação investigadas pelos autores — recebem quase 80% das famílias ocupantes e representam a maior parte das áreas de Projetos de Assentamento, o que indica o predomínio da concentração fundiária em indústrias e empresas (BORGES *et al.*, 2021). Isso revela a evolução do capitalismo agrário no que a acompanha a dinamicidade da luta pelo acesso à terra, como foi apontado em capítulo anterior.

Por outro lado, a análise das ações de desapropriação no Estado mostra a importância das ocupações coletivas. Entre os 24 assentamentos estudados por Borges *et al.* (2021), 14 são resultantes da atuação do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, oito são resultantes da atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG e um é resultante de atuação conjunta dos dois movimentos. Isso sem falar que as 10 ações mais céleres também contaram com a participação do MST ou da FETAG (BORGES *et al.*, 2021). Para os autores, essas informações evidenciam a relevância da pressão exercida pela luta por acesso à terra para a intervenção do Poder Público sobre a estrutura fundiária fluminense (BORGES *et al.*, 2021).

A conclusão aponta na mesma direção do diagnóstico de Quintans *et al.* (2019) sobre a atuação do Judiciário fluminense também quanto às ações de desapropriação para fins de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. Os pesquisadores pontuam alguns indícios que denotam significativa cautela por parte dos magistrados ao guiar esse processo que incorre na perda da propriedade. Entre os exemplos apresentados estão: (i) a flexibilização do prazo de que trata o já referido art. 6º da Lei Complementar nº 76, de 1993, tendo uma decisão dos processos analisados pelos autores determinado, inclusive, que o réu-proprietário fosse citado antes de o juiz proceder à apreciação do pedido de imissão do INCRA na posse; (ii) o entendimento de que a ação de nulidade tem preferência à ação de desapropriação; e (iii) a verificação de que a área ocupada não pode ser desapropriada por dois anos (previsão do art. 6º já da Lei nº 8.629, de 1993) como requisito extra para a apreciação da liminar (QUINTANS *et al.*, 2019). Também para Quintans *et al.* (2019), a atuação do Judiciário fluminense nas ações de desapropriação enquadra-se, predominantemente, enquanto um obstáculo à reforma agrária.

4.2.2. As ações possessórias ajuizadas contra o MST no Estado do Rio de Janeiro de 2003 a fevereiro de 2022: como o Judiciário fluminense decide os conflitos possessórios em que figura o movimento?

Não são apenas as ações de desapropriação que interessam a um retrato da relação do Poder Judiciário com a questão agrária no Brasil. Também as ações

possessórias figuram nessa tela. Afinal, como já foi mencionado, não é incomum que os proprietários de imóveis objeto das ações de desapropriação proponham interditos possessórios contra os ocupantes que aguardam a desfecho do julgamento (BORGES *et al.*, 2021). Isso sem contar as ações ajuizadas independentemente da manifestação do interesse do INCRA sobre o imóvel em disputa.

Assim, dada a dimensão do papel do Judiciário para a questão agrária no Brasil e, não diferente, no Rio de Janeiro, buscou-se investigar como o Poder Judiciário fluminense se posiciona diante das ocupações do MST, que pleiteiam o acesso à terra e confrontam o direito de propriedade absoluto.

Optou-se, então, por uma pesquisa qualitativa, no que se refere à forma como os dados obtidos foram abordados, e de finalidade, por sua vez, descritiva (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2009), para que fosse possível ilustrar, retratar e caracterizar a interpretação e a posição do Poder Judiciário.

Para isso, empreendeu-se uma pesquisa também empírica, em que foram analisados os pronunciamentos judiciais nas ações possessórias ajuizadas contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 2003, ano em que o Código Civil de 2002 entrou em vigor, até fevereiro de 2022, quando foi concluído o levantamento dos processos para fins da presente monografia. Os pronunciamentos foram extraídos tanto da tramitação em primeira instância, na vara de origem, como da segunda instância, no caso de eventuais apelações. Também foram analisados os pronunciamentos judiciais em 15 agravos de instrumento e uma exceção de incompetência, referentes ao universo de ações possessórias construído.

A consulta aos processos foi realizada por meio do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como será detalhado na descrição do método utilizado, à frente, o que enquadra a pesquisa, quantos aos meios, como telematizada, uma vez que as informações foram buscadas por meio da *internet* (VERGARA, 1998). A busca foi realizada a partir do conteúdo

que estava publicizado, não tendo sido usada nenhuma chave de acesso a ambiente restrito.

É preciso destacar que o MST não possui personalidade jurídica. Contudo, é bastante comum encontrarmos a tese de que se trata de sociedade, comunidade ou associação de fato, o que conferiria personalidade judiciária ao movimento e, conseqüentemente, o reconhecimento de capacidade processual⁵⁵, sendo viável pensar a pesquisa a partir de sua alocação em um dos polos das demandas levantadas.

Inicialmente, pretendia-se explorar os pronunciamentos no âmbito tanto das ações possessórias quanto das ações petitórias, uma vez que são essas as ações que, em nosso ordenamento, tutelam a posse (FARIAS; ROSENVALD, 2022) — discussão que se abre a partir das ocupações. Contudo, não foi encontrada qualquer ação petitória no levantamento.

Reitera-se, ainda, que o marco inicial se justifica pela entrada em vigor do Código Civil de 2002. Isso porque, como visto, a lei carrega as dualidades anteriormente destacadas no âmbito do direito positivo: notam-se resquícios de uma concepção de propriedade como direito absoluto, que inclusive subordina a posse, mas já se observam traços da propriedade funcionalizada e da autonomia entre os institutos⁵⁶.

⁵⁵ É possível encontrar inclusive entendimento do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido: “Ainda que não possua personalidade jurídica, a Corte Especial **possui personalidade judiciária** - isto é, **a aptidão para, hipoteticamente, ser sujeito de relação jurídica processual**, tal como ocorre, por exemplo, com a Massa Falida, a Câmara dos Deputados, **o MST**, etc.” (STJ, AgRg no MS 21.371/DF, Corte Especial, Rel. Ministro Herman Benjamin, Brasília, julgado em 04 mar. 2015, DJe 27 abr. 2015, grifo nosso).

⁵⁶ Embora a Constituição Federal de 1988 seja grande destaque para o regime da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro, o que a alça a interessante marco para pesquisa, o atual Código Civil leva para o âmbito da regência das relações privadas dispositivos específicos — como os trabalhados no capítulo 2 — que explicitam a dualidade constatada não só quanto ao instituto da propriedade, mas também quanto ao instituto da posse — elemento central para a discussão travada em sede de ações possessórias. Assim, o recorte temporal do presente trabalho é apto a contemplar a concomitância do regime da propriedade trazido pela Constituição de 1988 com um Código Civil que também incorpora inovações relevantes para o tratamento das reivindicações e dos conflitos emergentes da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra.

Optou-se por restringir a pesquisa ao âmbito de um tribunal, de modo a cuidar de processos sob mesma competência. A escolha pela Justiça Estadual permitiu observar os pronunciamentos judiciais decorrentes das disputas possessórias que emergiram das ocupações do movimento independentemente de manifestação de interesse do INCRA — apesar de não ser rara tal manifestação, com consequente declínio de competência para a Justiça Federal. Embora a análise não tenha se estendido ao desenvolvimento dos processos nesta esfera nos eventuais casos de declínio de competência, foi possível, de toda forma, concentrar-se no aspecto inicial da discussão nascente da reação proprietária às ocupações, por meio das ações possessórias ajuizadas no Tribunal de Justiça do Estado.

É importante, ainda, pontuar que esta pesquisa foi antecedida pelo trabalho de Quintans (2005), que também teve como objeto de investigação as ações possessórias em face do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Rio de Janeiro⁵⁷. Quintans (2005) procurou analisar o discurso da magistratura fluminense a partir de trechos das decisões judiciais proferidas nesses processos. O recorte temporal da autora tem, como marco inicial, o ano de 1996, momento em que o movimento se reestrutura no Estado, e, como marco final, 2005, ano em que foi publicada a dissertação. A hipótese levantada pela autora, e que se confirma em conclusão, foi a de que o discurso jurídico hegemônico seria conservador e protetor do direito de propriedade e dos interesses latifundiários, criminalizando, consequentemente, as ocupações do MST.

A maior diferença entre esse trabalho e a presente pesquisa no que se refere à delimitação do objeto é o período das ações sob análise. Aqui, objetiva-se uma investigação que se inicia já da vigência do atual Código Civil e que avança, ainda, quase duas décadas, contribuindo para uma atualização desse

⁵⁷ A autora não limitou a pesquisa ao âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, tendo abarcado também a Justiça Federal.

retrato, em alguma dimensão. Somam-se a essa distinção, evidentemente, todas as relativas às diferentes reflexões e aportes teóricos trazidos.

4.2.2.1. Exposição do método: coleta e tratamento dos dados

A coleta das decisões judiciais foi realizada através do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio da seção de “Consultas”. Para construir o universo de ações possessórias para análise, a pesquisa valeu-se tanto do filtro “Nome da parte” na aba de consulta de processos judiciais como do campo de “pesquisa livre” na aba de consulta de jurisprudência.

A conjugação dos mecanismos se deu porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não tem personalidade jurídica, o que eventualmente poderia excluir dos resultados da busca inúmeras ações em que o movimento não figura enquanto parte, propriamente, mas das quais seus componentes integrem algum dos polos — apesar de o entendimento prevalecente ser o de que o MST possui, sim, capacidade processual, como anotado.

Foi feita, ainda, a delimitação por ano inicial (no caso, 2003) e final (2022, tendo sido o levantamento concluído em fevereiro deste ano, reitera-se) em ambas as abas de consulta da plataforma.

Para a busca entre os processos judiciais do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foram acessadas a seção de “Consultas” e, em seguida, as abas “Processos”, “Judiciais” e “Por Nome”, sucessivamente.

Nesse caso, o preenchimento do formulário de consulta se deu nos seguintes termos:

- a. Origem: “1ª Instância”
- b. Comarca/Regional: “Todas as Comarcas”
- c. Competência: “Cível”

- d. Nome da parte: os termos buscados no campo foram (i) “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA”; (ii) “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA”; (iii) “MOVIMENTO DOS SEM TERRA”; (iv) “MOVIMENTO SEM TERRA”; (v) “SEM-TERRA”; (vi) “SEM-TERRAS”; (vii) “MST MOVIMENTO”; e (viii) “MOVIMENTO MST”.
- e. Nome social: campo vazio
- f. Ano Inicial: “2003”
- g. Ano Final: “2022”
- h. Não foi marcada a caixa de seleção para “Exibir somente Processos em Andamento”.

Cumprir observar que não foi possível pesquisar pela abreviatura “MST” nem através do campo “Nome da parte” nem através do campo “Nome social”, uma vez que a plataforma exige que a submissão em ambos os casos contenha mais que 3 (três) caracteres.

Além disso, cabe um comentário sobre o campo “Nome social”. Aparentemente é possível cadastrar um nome com 3 (três) caracteres. Afinal, existem processos em que o nome social cadastrado é “MST”, a exemplo do processo nº 0322072-65.2021.8.19.0001. De qualquer maneira, a busca nesses moldes é impossibilitada, sendo o usuário da plataforma avisado de que “O nome social pesquisado deve conter mais que 3 caracteres”, conforme apontado.

A busca nesses termos retornou o total de 35 processos diferentes, que, conforme as informações constantes no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, podem ser tabelados da seguinte maneira:

Tabela 1 – Processos no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em consulta a processos judiciais por nome da parte – 2003-fev. 2022

Processo	Comarca	Vara	Classe
0011408-39.2003.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	3ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0023655-52.2003.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	3ª Vara Cível	Interdito Proibitório
0000333-18.2004.8.19.0030	Comarca de Mangaratiba	Vara Única	Reintegração/manutenção de posse
0001531-11.2004.8.19.0024	Comarca de Itaguaí	2ª Vara Cível	Carta Precatória
0004880-10.2004.8.19.0028	Comarca de Macaé	3ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0000926-84.2005.8.19.0071	Comarca de Porto Real - Quatis	Vara Única	Interdito Proibitório
0000968-57.2005.8.19.0064	Comarca de Valença	1ª Vara	Interdito Proibitório
0022717-86.2005.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	2ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0023299-86.2005.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0023300-71.2005.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Exceção de Incompetência
0001547-68.2005.8.19.0043	Comarca de Pirai	Vara Única	Interdito Proibitório
0001220-40.2005.8.19.0006	Comarca de Barra do Pirai	1ª Vara	Interdito Proibitório
0004873-89.2006.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0043349-90.2007.8.19.0038	Comarca de Nova Iguaçu	5ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0094227-33.2007.8.19.0001	Comarca da Capital	39ª Vara Cível	Carta Precatória
0008911-76.2008.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Interdito Proibitório
0014519-55.2008.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	4ª Vara Cível	Interdito proibitório
0063023-34.2008.8.19.0001	Comarca da Capital	41ª Vara Cível	Procedimento Comum
0063025-04.2008.8.19.0001	Comarca da Capital	41ª Vara Cível	Impugnação ao Valor da Causa
0421047-79.2008.8.19.0001	Comarca da Capital	17ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse

Processo	Comarca	Vara	Classe
0020947-71.2008.8.19.0008	Comarca de Belford Roxo	1ª Vara Cível	Interdito Proibitório
0016241-32.2009.8.19.0001	Comarca da Capital	48ª Vara Cível	Carta Precatória
0166062-42.2011.8.19.0001	Comarca da Capital	41ª Vara Cível	Impugnação de Assistência Judiciária - gratuidade de justiça
0010038-02.2011.8.19.0028	Comarca de Macaé	3ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0051265-77.2012.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0002069-05.2014.8.19.0068	Comarca de Rio das Ostras	2ª Vara	Reintegração/manutenção de posse
0013506-74.2015.8.19.0014	Comarca de Campos dos Goytacazes	1ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0008975-92.2018.8.19.0028	Comarca de Macaé	3ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0009860-15.2018.8.19.0026	Comarca de Itaperuna	1ª Vara	Reintegração/manutenção de posse
0005010-34.2018.8.19.0052	Comarca de Rio das Ostras	2ª Vara	Reintegração/manutenção de posse
0001665-52.2021.8.19.0053	Comarca de São João da Barra	1ª Vara	Interdito Proibitório
0322072-65.2021.8.19.0001	Comarca de Campos dos Goytacazes	4ª Vara Cível	Reintegração/manutenção de posse
0322216-39.2021.8.19.0001	Comarca da Capital	Cartório do Plantão Judiciário 9 - Campos e Adj	Reintegração/manutenção de posse
0322766-34.2021.8.19.0001	Comarca da Capital	Cartório do Plantão Judiciário 9 - Campos e Adj	Reintegração/manutenção de posse
0001103-09.2022.8.19.0053	Comarca de São João da Barra	2ª Vara	Reintegração/manutenção de posse

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2022).

Já para a busca a partir da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foram acessadas a seção de “Consultas” do sítio eletrônico e, em seguida, as abas “Jurisprudência” e “Consulta Jurisprudência”, sucessivamente.

O preenchimento do formulário de consulta referente se deu nos seguintes moldes:

- a. Pesquisa livre: os termos buscados no campo foram (i) “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA”; (ii) “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA”; (iii) “MOVIMENTO DOS SEM TERRA”; (iv) “MOVIMENTO SEM TERRA”; (v) “SEM-TERRA”; (vi) “SEM-TERRAS”; (vii) “MST”; (viii) “MST ou MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ou MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA ou MOVIMENTO DOS SEM TERRA ou MOVIMENTO SEM TERRA”; (ix) “MST MOVIMENTO”; e (x) “MOVIMENTO MST”.
- b. Pesquisa por campos específicos
 - i. Origem: “Tribunal de Justica do Rio de Janeiro 2a Instância”
 - ii. Julgados a partir do ano de: “2003”
 - iii. Até o ano de: “2022”
 - iv. Competência: “Cível”
 - v. Ramo do direito: campo vazio
 - vi. Magistrado: campo vazio
 - vii. Órgão Julgador: campo vazio
 - viii. Núm. única/Núm. Antiga: campo vazio
 - ix. Foram marcadas as caixas de seleção de “Acórdão (ementa)” e “Decisão Monocrática (ementa)”, mas não “Ementário”.

A busca nessas condições retornou o total de 11 processos diferentes entre si e que, de fato, versam sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo sido excluídos os resultados que até continham algum dos termos buscados, mas que correspondiam a ações que, na realidade, tratam de outro

assunto — como deslizamento de terras, por exemplo. Os 11 processos foram os seguintes:

Tabela 2 – Processos no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em consulta à jurisprudência – 2003-fev. 2022

Processo	Classe	Órgão julgador
0023655-52.2003.8.19.0014	Apelação (Interdito Proibitório na origem)	TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
0001467-73.2004.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível	DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL
0007861-62.2005.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível	TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
0014997-13.2005.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível	DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL
0001178-45.2007.8.19.0030	Apelação (Ação Civil Pública na origem)	DÉCIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
0036451-61.2007.8.19.0038	Apelação (Manutenção de posse na origem)	VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL
0005873-03.2008.8.19.0064	Apelação (Reintegração de posse na origem)	TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
0026025-70.2008.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível	SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
0173791-90.2009.8.19.0001	Apelação (Procedimento Comum na origem)	VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL
0050493-93.2011.8.19.0000	Conflito de Competência	DÉCIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
0024936-89.2020.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível	VIGÉSIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2022).

Considerando a reincidência do processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014, que também apareceu na consulta a processos judiciais, obteve-se o total de 45 processos distintos.

Como adiantado, a conjugação da consulta aos processos judiciais com a consulta à jurisprudência teve por objetivo capturar ações possessórias que estariam excluídas da pesquisa processual pela eventualidade de o movimento não figurar enquanto parte.

Isso foi possível porque o sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro disponibiliza, na página de consulta de cada processo, a listagem dos feitos relativos ao processo sob consulta (processos originários, apensos etc.), se houver. Seguindo esse caminho, e desconsiderando os processos encontrados pelas buscas originais, posto que reincidentes e já

listados, as cinco apelações, os cinco agravos de instrumento e o conflito de competência resultantes da busca em jurisprudência retornaram ações possessórias ou ações de procedimento comum como processos correlatos; e os processos resultantes da busca propriamente processual retornaram, em sua maioria, agravos de instrumento enquanto processos correlatos, ressalvada uma ação possessória, feito principal da exceção de incompetência elencada. É possível tabelá-los da seguinte maneira conforme as informações extraídas do sítio eletrônico:

Tabela 3 – Processos correlatos aos encontrados na etapa anterior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – 2003-fev. 2022

Processo	Classe
0012490-16.2004.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0001113-77.2004.8.19.0055	Reintegração/manutenção de posse
0029091-63.2005.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0000726-77.2005.8.19.0071	Interdito Proibitório
0022247-55.2005.8.19.0014	Reintegração/manutenção de posse
0007962-94.2008.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0024975-09.2008.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0036078-13.2008.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0004238-14.2010.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0003475-15.2010.8.19.0064	Procedimento Comum
0052988-13.2011.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0054544-50.2011.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0001101-19.2013.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0021897-55.2018.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0008578-45.2019.8.19.0045	Procedimento Comum
0025058-05.2020.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0039577-82.2020.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível
0096873-28.2021.8.19.0000	Agravo de Instrumento - Cível

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2022).

Nota-se, da Tabela 3, que dois processos são ações classificadas enquanto de procedimento comum no sítio eletrônico, quais sejam: (1) Processo nº 0003475-15.2010.8.19.0064; e (2) Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045. Contudo, importa destacar que, apesar da informação constante no campo “Classe” no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045 é, na realidade, uma ação possessória — ação de manutenção de posse combinada com interdito proibitório, especificamente,

conforme se extrai de decisão de 10/09/2021 no bojo do agravo de instrumento que nos levou ao processo de que aqui se trata (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 10 set. 2020) — e foi, assim, considerada como tal para a seleção dos dados.

Por outro lado, a ação civil pública convertida em ação possessória⁵⁸, listada na Tabela 2, foi excluída da análise, já que, apesar de versar sobre terras destinadas aos “sem-terra” (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0001178-45.2007.8.19.0030, Décima Primeira Câmara Cível, Rel. Des. Marilene Melo Alves, Rio de Janeiro, 26 jan. 2012, registrada em 06 fev. 2012), a discussão, tanto na primeira quanto na segunda instância, acabou praticamente restrita à legitimidade do Ministério Público para mover uma ação civil pública que acabou recebida como ação possessória, justamente. O debate merece, no mínimo, análise apartada, e optou-se, então, pela exclusão do processo do exame de que aqui se trata.

Além desse, e embora se trate de uma ação de reintegração de posse, foi igualmente excluído o processo nº 0005873-03.2008.8.19.0064, também relacionado na Tabela 2, já que nele o MST aparece somente na discussão de fundo da relação jurídica que realmente protagoniza a controvérsia levada a juízo.

Essas etapas trilhadas permitiram a definição do universo de ações possessórias que realmente representavam objeto de interesse para fins do presente estudo. Delimitado esse universo, a investigação se voltou aos pronunciamentos judiciais não somente no curso dessas ações possessórias, em primeira e segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mas também nos recursos e exceções referentes — 15 agravos de instrumento e uma exceção de incompetência, conforme já apontado.

⁵⁸ Processo nº 0001178-45.2007.8.19.0030.

Os pronunciamentos, então, foram lidos sob a luz da literatura e da doutrina apresentadas e confrontados tanto com os elementos apontados como potencialmente restritivos ou ampliativos do acesso à terra quanto com as sinalizadas reações às ocupações, de modo a indicar destaques, convergências e outros aspectos emergentes.

4.2.2.2. Dificuldades e limitações do método

No que se refere às dificuldades encontradas no curso da pesquisa, cumpre pontuar que não é possível ler a fundamentação completa de todos os pronunciamentos — algumas sentenças, mais antigas, só têm a parte dispositiva disponível e algumas decisões aparentemente se encontram resumidas, com trechos recortados.

Nessa linha, já quanto às limitações do método, é importante apontar que, a partir do percurso descrito, não é possível acessar as decisões que não estejam digitalizadas e disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — ou que eventualmente estivessem protegidas por segredo de justiça, o que não ocorreu no caso.

Além disso, mesmo com a referida conjugação dos mecanismos de busca, o método descrito não cobre os processos cuja decisão não faça qualquer menção direta ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apesar de envolverem seus integrantes. De qualquer forma, o que interessa para a presente pesquisa é o tratamento do Judiciário ao movimento social e à propriedade como questionada por ele.

4.2.2.3. Interpretação e criação judiciais no aplicar da lei

O abandono da noção de que o juiz é simplesmente “o boca da lei” não serve somente como causa da judicialização das relações sociais e da política. A superação também revela a percepção de que julgar é, em si, uma atividade política. Não à toa, Barroso (2018, p. 429) reconhece que “os métodos de

atuação e de argumentação dos órgãos judiciais são, como se sabe, jurídicos, mas a natureza de sua função é inegavelmente política [...]”.

Entre a lei e a aplicação da lei pelo juiz está um processo interpretativo, que, em última análise, é o que justifica a presente pesquisa. Debruçar-se sobre os pronunciamentos judiciais não teria o mesmo sentido se a atuação dos magistrados se resumisse a uma mera subsunção preestabelecida do caso concreto à lei.

De fato, era essa a concepção tradicional sobre a atividade dos juízes. Para as primeiras correntes positivistas, o ofício equivalia a aplicar mecanicamente as regras aos fatos, sem a alternativa de reelaborá-las (NINO, 2010). Contudo, conforme sublinham “[...] Alchourrón e Bulygin, não é que os juízes não realizem um raciocínio dedutivo ao fundamentar uma decisão, mas sim que a escolha das premissas e das regras de inferência de seu raciocínio exige um verdadeiro trabalho criativo” (NINO, 2010, p. 350).

A complexidade do estudo da interpretação judicial já foi percebida há muito, por muitos. O interesse dos teóricos do direito sobre o discurso e as decisões judiciais aparece em outros clássicos, como Hans Kelsen, Herbert L. A. Hart e Alf Ross. Adeptos de uma postura que se pode chamar de positivismo metodológico, os três autores concordam com a tese de que a conceituação do direito não deve se valer de propriedades valorativas, mas, sim, descritivas, e de que os enunciados do direito podem ser verificados a partir de fatos observáveis empiricamente (NINO, 2010).

Ross (2000), por exemplo, afirma que o problema da interpretação judicial é um problema analítico-descritivo, já que o que se deve buscar é expor como a tarefa interpretativa acontece na prática. Para ele, a decisão do juiz sobre se vai ou não utilizar força contra o demandado baseia-se em processos cognitivos, pois serve-se de conhecimento (dos fatos, das normas, entre outras coisas), mas não deixa de ser uma decisão, um ato de vontade (ROSS, 2000). A deliberação do juiz é composta por um motivo que direciona a atividade no

sentido de um objetivo e por concepções operativas, elementos de cognição acerca dos meios e instrumentos capazes de alcançá-lo (ROSS, 2000). O autor rechaça a ideia de que o juiz seria um autômato, que não determinaria sua postura frente a uma situação que exija a escolha de uma dentre várias possibilidades interpretativas: na verdade, “[...] esta escolha terá sua origem, qualquer que seja seu conteúdo, numa valoração” (ROSS, 2000, p. 167). Assim, a interpretação judicial da lei é uma atividade construtiva e que, inclusive, nem sempre respeita absolutamente a lei, já que o juiz tem consciência de sua tarefa social e busca decidir a partir do que sente ser correto, justo e socialmente desejável (ROSS, 2000). A dimensão criativa transparece quando Ross (2000) utiliza a expressão “política jurídica” para nomear a atuação criadora de direito tanto por parte do legislador quanto por parte do próprio juiz.

Assim, para o autor, as decisões judiciais são produtos “de toda uma série de circunstâncias de ordem política, social, econômica, que cercaram tanto a sanção das normas jurídicas como a produção do fato proposto para a análise do juiz” (NINO, 2010, p. 351). De acordo com Ross (2000), embora a atividade seja ampla e crítica, o emprego do termo “interpretação” para designar o processo que resulta na decisão do magistrado oculta essa função criativa e faz aparentar que este é apenas um “porta-voz da lei”, enquanto, na prática, as funções cognoscitiva e valorativa dessa atuação são indissociáveis.

Portanto, na investigação sobre a postura do Poder Judiciário frente às ocupações do MST, partindo de seus pronunciamentos, interessa carregar a ideia de que não há um sentido único para o texto normativo e de que o ofício judicial precisa, então, ser caracterizado enquanto atividade política (QUINTANS, 2005). O processo é de escolha e de uma escolha atravessada por fatores econômicos, sociais, culturais e de poder.

4.2.2.4. Apresentação e análise dos dados obtidos

Parte-se, em um primeiro momento, para a análise das ações possessórias encontradas diretamente pelo método de busca por nome da parte ou palavras-chave, conforme descrito na seção 4.2.2.1. Dos 45 processos levantados nessa primeira etapa, 30 são ações de interdito proibitório, ações de manutenção de posse ou ações de reintegração de posse, ou seja, dois terços dos processos são ações possessórias típicas.⁵⁹

O MST é réu em todas essas ações, com exceção do processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038, em que integrantes do movimento, e não este propriamente, figuram como personagens, também no polo passivo.

No que se refere à tramitação desses processos na primeira instância, é possível organizá-los da seguinte forma:

Tabela 4 – Tramitação das ações possessórias da primeira etapa na primeira instância

Processo	Medida liminar	Sentença
0011408-39.2003.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Julgada procedente a reintegração de posse.
0023655-52.2003.8.19.0014	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Julgado procedente o interdito proibitório. ⁶⁰
0000333-18.2004.8.19.0030	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Julgada procedente a reintegração de posse.
0004880-10.2004.8.19.0028	Indeferida a liminar de manutenção de posse.	Julgada procedente a manutenção de posse.
0000926-84.2005.8.19.0071	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Julgado procedente o interdito proibitório. ⁶¹
0000968-57.2005.8.19.0064	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0022717-86.2005.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Homologada transação.

⁵⁹ Cabe lembrar que o processo nº 0005873-03.2008.8.19.0064 apareceu no levantamento, porém, embora se trate de uma ação possessória, compondo esse montante de 30 processos, foi excluído da análise pelos motivos já apontados.

⁶⁰ O acórdão na apelação no bojo do processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014 cuida de réu que não foi citado, dando provimento ao recurso somente para excluí-lo da relação processual (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Murilo Andrade de Carvalho, Rio de Janeiro, 21 mar. 2006, registrado em 24 abr. 2006).

⁶¹ A apelação no bojo do processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071 foi provida para anular a sentença e determinar o regular prosseguimento do feito, já que se entendeu que não era caso de cabimento de julgamento antecipado da lide (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Andre Gustavo Correa de Andrade, Rio de Janeiro, 27 jul. 2011).

Processo	Medida liminar	Sentença
0023299-86.2005.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0001547-68.2005.8.19.0043	N/A	Homologada transação.
0001220-40.2005.8.19.0006	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Julgado procedente o interdito proibitório.
0004873-89.2006.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Extinto o processo por abandono da causa pelo autor.
0036451-61.2007.8.19.0038	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Julgada procedente a manutenção de posse. ⁶²
0043349-90.2007.8.19.0038	Indeferida , mas, após decretada a revelia, deferida a liminar de manutenção de posse.	Julgada improcedente a manutenção de posse.
0008911-76.2008.8.19.0014	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Julgado procedente o interdito proibitório.
0014519-55.2008.8.19.0014	Indeferida , mas, em seguida, deferida a liminar de interdito proibitório.	Extinto o processo por ausência das condições da ação (perda superveniente de objeto).
0421047-79.2008.8.19.0001	Deferida a liminar de manutenção de posse.	Julgada procedente a manutenção de posse.
0020947-71.2008.8.19.0008	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Desistência.
0010038-02.2011.8.19.0028	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Extinto o processo, sem resolução do mérito, por ausência superveniente do interesse de agir.
0051265-77.2012.8.19.0014	Deferida e, em seguida, revogada a liminar de reintegração de posse.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0002069-05.2014.8.19.0068	Pedido não apreciado.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0013506-74.2015.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Extinto o processo, sem resolução do mérito, por ausência superveniente do interesse processual (perda do objeto).
0008975-92.2018.8.19.0028	Deferida a liminar de manutenção de posse e de reintegração de posse.	Em curso, ainda sem sentença.
0009860-15.2018.8.19.0026	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Julgada procedente a reintegração de posse. ⁶³

⁶² A apelação no bojo do processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038 discute predominantemente a ausência de provas de que um dos réus ocupava indevidamente o imóvel, tendo o relator, e em seguida a Câmara, entendido que a ação de manutenção de posse deveria ser julgada improcedente somente em relação a este (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Pereira Martins, Rio de Janeiro, 11 ago. 2014; TJRJ, Acórdão, Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Pereira Martins, Rio de Janeiro, 17 dez. 2014).

⁶³ Foi negado provimento à apelação no processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026 e mantida, na íntegra, a sentença, que julgou procedente a reintegração de posse da autora (TJRJ, Decisão monocrática,

Processo	Medida liminar	Sentença
0005010-34.2018.8.19.0052	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0001665-52.2021.8.19.0053	Indeferida a liminar de interdito proibitório.	Em curso, ainda sem sentença.
0322072-65.2021.8.19.0001	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Em curso, ainda sem sentença.
0322216-39.2021.8.19.0001	Petição inicial indeferida.	Petição inicial indeferida. Em curso, ainda sem sentença.
0322766-34.2021.8.19.0001	Indeferida a liminar de interdito proibitório.	Em curso, ainda sem sentença.
0001103-09.2022.8.19.0053	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Em curso, ainda sem sentença.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2022).

Em primeiro lugar, nota-se que, em somente um processo (processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038), o pedido foi julgado improcedente. No caso, decidiu-se nesse sentido porque

[...] o próprio preposto da autora, que seria responsável pelo local, teria tomado conhecimento, não se sabe como, de que integrantes do réu estariam remarcando parte da propriedade, mas, ao chegar ao local com integrantes da Polícia Militar, constatou que não havia qualquer integrante do MST [...]. (TJRJ, Sentença, Processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038, 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, 24 mar. 2013, grifo nosso)

A liminar de manutenção de posse já havia sido igualmente indeferida, por decisão publicada em 03/12/2008, já que não se vislumbrou qualquer demonstração do alegado pela parte autora e já que a documentação juntada mostrou que eventual turbacão estaria sendo praticada por indivíduos não integrantes do MST (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038, 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, 03 dez. 2008). Foi negado seguimento monocraticamente ao agravo de instrumento⁶⁴ interposto contra essa decisão (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. José Geraldo Antonio, Rio de Janeiro, 19 dez. 2008). A Sétima Câmara Cível, por unanimidade, negou

Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, Décima Câmara Cível, Rel. Des. Pedro Saraiva de Andrade Lemos, Rio de Janeiro, 14 ago. 2020).

⁶⁴ Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000.

provimento aos embargos de declaração opostos pela agravante, constando do pronunciamento que o documento que afirmava configurar prova da turbação fora elaborado a partir de informação da parte interessada, sendo prova precária — a liminar possessória, por sua vez, exigiria demonstração inequívoca do fato alegado (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. José Geraldo Antonio, Rio de Janeiro, 21 jan. 2009).

Continuando a leitura dos pronunciamentos judiciais, observa-se que, em 13 processos⁶⁵, o magistrado determinou que fosse, se necessário, solicitado auxílio de força policial e/ou oficiado o Batalhão da Polícia Militar para acompanhar o oficial de justiça no cumprimento dos mandados de manutenção ou reintegração de posse — ou até mesmo no ato de intimação, como foi o caso em uma das ações⁶⁶. Além do dado extraído desses processos, nota-se algo semelhante no de nº 0023299-86.2005.8.19.0014, em que foi deferida proteção policial para que a autora retirasse as canas por ela plantadas no imóvel em que o MST acampava, de modo que o conteúdo econômico do plantio não perecesse (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 11 mai. 2006).

Em pelo menos dois processos⁶⁷, um registro de ocorrência (R.O.) acompanha a petição inicial e foi utilizado pelo magistrado para caracterizar o esbulho possessório no caso.

Em nenhum dos processos, sentença condenatória criminal ou denúncia foram juntadas ou usadas para fundamentar a configuração de esbulho.

⁶⁵ (1) Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014; (2) Processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014; (3) Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028; (4) Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026; (5) Processo nº 0010038-02.2011.8.19.0028; (6) Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038; (7) Processo nº 0421047-79.2008.8.19.0001; (8) Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030; (9) Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014; (10) Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014; (11) Processo nº 0004873-89.2006.8.19.0014; (12) Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053; e (13) Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052.

⁶⁶ Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026.

⁶⁷ (1) Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014; e (2) Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014.

Em sete processos⁶⁸, existe referência à mídia em alguma das decisões. Nesses processos, de maneira geral, as reportagens jornalísticas aparecem anexadas à inicial, mas há caso de menção por iniciativa do magistrado. Essas referências são encontradas, exemplificativamente, em: “O pedido inicial se apóia em prova documental inequívoca e, além disso, ocorreu à confissão ficta em razão da revelia, acrescentando que foi divulgado em reportagem jornalística a intenção de esbulho possessório” (TJRJ, Sentença, Processo nº 0008911-76.2008.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 01 ago. 2009); “[...] o fato, hoje noticiado no sítio Globo.com, configura inegável esbulho, a justificar a proteção da posse aqui almejada” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0421047-79.2008.8.19.0001, 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, 17 dez. 2008); ou, ainda, em “as fotografias de fls. 15/28 demonstram o esbulho, conforme mencionado na inicial. Soma-se a isto a recente invasão da parte ré aos imóveis vizinhos, amplamente noticiada na mídia, o que confere a verossimilhança das alegações da autora em sua peça exordial” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053, 2ª Vara da Comarca de São João da Barra, 27 jan. 2022).

O apoio da fundamentação do magistrado em matérias jornalísticas, eventualmente tidas, inclusive, como demonstrações incontroversas, merece destaque, uma vez que, como trabalhado no capítulo anterior, é possível identificar um movimento de desqualificação e até de criminalização do MST pela mídia tradicional (VIEIRA, F. A. C., 2007; FIGUEIREDO E CALBINO, 2018; QUINTANS, 2005; VIEIRA, F. M. C., 2006). Se as reportagens são tendenciosas (no sentido de que se encontra, na literatura, a constatação de que se posicionam tipicamente contra as ocupações de terras), o uso desses meios

⁶⁸ (1) Processo nº 0322072-65.2021.8.19.0001; (2) Processo nº 0008911-76.2008.8.19.0014; (3) Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014; (4) Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038; (5) Processo nº 0421047-79.2008.8.19.0001; (6) Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014; e (7) Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053.

para embasar a configuração de um ilícito supostamente praticado pelo movimento social é pouco confiável.

Nos autos do processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, já há referência ao próprio sítio eletrônico do MST, cujas publicações são trazidas na petição inicial e utilizadas, na decisão interlocutória que defere a liminar de reintegração de posse, para fundamentar a configuração do esbulho:

O esbulho recente, a seu turno, encontra-se claramente documentado, não apenas pelas fotos apresentadas pelos autores (fls. 78-81), como pela própria divulgação do evento pelo MST em seu sítio eletrônico (fls. 83-85), contendo informações precisas sobre a data (21/04/2018) e a hora da invasão (madrugada). (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 23 abr. 2018)

Como apontado, a presente pesquisa não se valeu de qualquer material que não estivesse publicizado no andamento dos processos no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, não tendo, então, acessado os documentos juntados pelos autores. No entanto, uma pesquisa entre as notícias divulgadas na página *online* do MST mostra que se faz referência, provavelmente, a reportagem em que o movimento anuncia ocupação de fazenda improdutiva em Rio das Ostras, exigindo que seja destinada à reforma agrária (PITASSE, 2018)⁶⁹. O descompasso entre o anúncio do movimento social e o pronunciamento do juiz mostra como o modo de atuação do MST não é visto como lícito. Afinal, embora o juiz pudesse, eventualmente, identificar excessos geradores de ilícitos, no caso em questão, a ocupação em sua normalidade é tida como o ilícito.

Não é caso isolado. Em pelo menos 16 processos⁷⁰, o magistrado vale-se do termo “invasão” para se referir à atuação do movimento. Como visto, existem

⁶⁹ Trata-se de reportagem de 21 de abril de 2018, por Mariana Pitasse, do Brasil de Fato (PITASSE, 2018). Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/04/21/mst-ocupa-fazenda-improdutiva-em-rio-das-ostras-rj/>>. Acesso em 03 jun. 2022.

⁷⁰ (1) Processo nº 0322072-65.2021.8.19.0001; (2) Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071; (3) Processo nº 0001220-40.2005.8.19.0006; (4) Processo nº 0008911-76.2008.8.19.0014; (5) Processo nº 0014519-55.2008.8.19.0014; (6) Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014; (7) Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028; (8) Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026; (9) Processo nº 0010038-02.2011.8.19.0028; (10) Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038; (11) Processo nº 0000333-

diferenças significativas entre essa expressão e a “ocupação” proposta pelo MST, tanto nos campos ético e pragmático (SILVA, 1989 apud QUINTANS, 2005) como no campo jurídico (FARIAS; ROSENVALD, 2022). De toda forma, embora, entre os processos sob análise, haja pronunciamentos em que o magistrado se vale dos termos “ocupação” ou “ocupantes”⁷¹ para se referir à atuação e aos integrantes do movimento, respectivamente, não foi essa a forma de referência que predominou.

Em somente cinco processos⁷², é possível ler menção à função social da propriedade. As referências que se destacam serão trabalhadas à frente, mas a quantidade desde logo indica que, de modo geral, a discussão em volta do referido direito fundamental não caracteriza o universo de pronunciamentos analisados.

Em dois processos⁷³, foi homologado acordo entre as partes, cujo conteúdo não está publicizado.

Alguns pronunciamentos judiciais no âmbito das ações possessórias do universo dessa primeira etapa se destacam por conter os elementos indicativos tanto de permanências e rupturas da concepção da propriedade como direito absoluto quanto das reações frente às ocupações coletivas de terras, expostos nos capítulos anteriores, ou, ainda, outros aspectos emergentes que merecem ênfase. É o que se apresenta a seguir.

A decisão que deferiu a liminar de reintegração de posse no processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014, por exemplo, cujo objeto é o imóvel rural Fazenda Abadia, em Campos dos Goytacazes, traz vários pontos que chamam a atenção:

18.2004.8.19.0030; (12) Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014; (13) Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014; (14) Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014; (15) Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053; e (16) Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052.

⁷¹ É o que se vê, por exemplo, no bojo do processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014, embora tenha-se entendido pela ilegitimidade da posse dos integrantes do MST (TJRJ, Despacho, Processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 08 set. 2015).

⁷² (1) Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014; (2) Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026; (3) Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030; (4) Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014; e (5) Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052.

⁷³ (1) Processo nº 0001547-68.2005.8.19.0043; e (2) Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014.

Os documentos acostados à inicial e à peça de emenda atendem ao disposto no art. 927 da lei Adjetiva Civil, estando caracterizado o esbulho pelo R.O. de fls. 16/17 e pela invasão amplamente divulgada pelos meios de comunicação (fls. 44), bem como comprovada pelas fotografias de fls. 207/232, o que se coaduna com a confissão dos réus de fls. 199/202. Além disso, o autor também fez prova do pagamento dos impostos devidos e de que o imóvel rural ora esbulhado é de sua propriedade e produtivo, inclusive reconhecido pelo INCRA (doc. fls. 18/26, 29 e 55/143), cabendo, por conseguinte, o deferimento da liminar, nos termos do art. 928 da referida Lei Processual Civil. Se isto não bastasse, **nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, XXII, garante o direito de propriedade, devendo, portanto, ser rejeitado o comportamento dos réus como forma de se tomar a posse de seu legítimo possuidor e proprietário, pois, caso contrário, estar-se-ia afrontando a ordem pública e o estado de direito.** Por tais fundamentos, defiro a liminar na forma postulada às fls. 06 e reiterada às fls. 205, oficiando-se ao 8º Batalhão de Polícia Militar para garantir aos Oficiais de Justiça encarregados da diligência o fiel cumprimento do mandado. (TJRJ, Despacho com decisão em separado, Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014, 3ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 02 jun. 2003, grifo nosso)

A caracterização do esbulho a partir de registro de ocorrência, a utilização do termo “invasão” para se referir à atuação do movimento, o apoio no divulgado pela mídia para embasar a decisão e o ofício ao Batalhão de Polícia Militar para cumprimento do mandado são todos elementos que constam do pronunciamento e que já foram ressaltados.

Além disso, o direito de propriedade foi explicitamente convocado para fundamentar a decisão no âmbito da tutela possessória. Cabe observar que o processo é de 2003, e o atual Código Civil — carregando a lógica da propriedade funcionalizada e a explícita vedação à exceção de domínio — tinha, portanto, acabado de entrar em vigor. De qualquer forma, a Constituição Federal de 1988 já vigorava há 15 anos.

Embora não mencione a função social da propriedade, o pronunciamento alude à produtividade do imóvel. No entanto, cumpre lembrar que esse não é o único requisito para o cumprimento da função social da propriedade rural (SILVA, J. A., 2019).

Além disso, os ecos da penalização apontada por Fernanda Vieira (2006) aparecem no pronunciamento judicial quando da equiparação do apossamento do MST a uma afronta à ordem pública e ao Estado de direito.

Temos também, enquanto destaque, nos autos do processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, cujo objeto é a Fazenda Santa Justina, em Mangaratiba, pronunciamento que aborda o interesse do INCRA e a consequente competência da Justiça Federal, com o seguinte teor:

Considerando o objeto dos embargos...considerando, por derradeiro, o entendimento da Corte de Superposição de Direito Ordinário, materializado pela Súmula 150, devem estes autos, ...ser remetidos à Justiça Federal...Fica registrado, entretanto, que a esperança, tão decantada pelo Governo Federal, foi substituída pelo medo, já que a Autarquia Federal ...reconhece como legítima a invasão de terras privadas...que denota que o Governo Federal fomenta o desrespeito ao Pacto Social, com flagrante violação ao Estado Democrático de Direito. Isto posto, determino a baixa na distribuição e a remessa ao Juízo de Direito Federal territorialmente competente...Oficie-se nosso Tribunal, comunicando o Relator do Agravo de Instrumento. Oficie-se, também, a Polícia Militar, para que mantenha-se de prontidão e evite novos atos de esbulho. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 29 mar. 2004)

Ao associar a atuação do MST com o sentimento de medo, a decisão contribui para a afirmação de estereótipos de periculosidade e penaliza o movimento, como descrito por Fernanda Vieira (2006) e explorado no capítulo anterior. O pronunciamento ataca também o próprio INCRA e o governo federal, mais amplamente, que são adjetivados como fomentadores de uma desordem consistente em promover “invasão de terras privadas”.

Ainda no mesmo processo, decisão anterior, datada de 22/03/2004, vale-se somente da prova do domínio para entender pela configuração da posse do autor da ação, além de ter cumulado à multa cominatória as penalidades do crime de desobediência (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 22 mar. 2004). O magistrado também proferiu, ainda antes de determinar a remessa dos autos à Justiça Federal, a seguinte decisão:

...o suposto interesse do INCRA ...como interesse de fato, o que não é suficiente para permitir a intervenção deste...Assim, ...indefiro. Relativamente às cautelas...deverão fazer parte da diligência, o Sr. Comissário de Menores, o CBERJ, a Guarda Municipal, a S.M. de Saúde, o Conselho Tutelar...a S.M. de Ação Social.Na dicção do art. 13,§2o do CPB, **aquele que cria risco fica obrigado a evitar o resultado...pode ser ligada à responsabilidade de seus líderes. Mesmo que a propriedade não estivesse adequada a função social...nem mesmo o Estado pode fazê-lo, necessitando de provocação da Justiça...para tanto.** Desta forma, ...a Polícia Militar se prontifique a

evitar o erguimento de qualquer benfeitoria...cumpridas estas diligências, ...abra-se vista ao MP (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 23 mar. 2004, grifo nosso).

A decisão — que chega a citar o Código Penal brasileiro — explicita o entendimento pela impossibilidade da ocupação ainda que do imóvel que descumpra função social.

Cabe anotar que foi negado seguimento, monocraticamente, ao agravo de instrumento⁷⁴ interposto em face da decisão que, nesse processo originário, deferiu liminar de reintegração de posse. Do voto do relator, extrai-se:

Ademais disso, se o problema social existe — *e não de agora* — não pode ser resolvido a partir da implantação da baderna; da violação do ordenamento jurídico vigente, como se pretende, açodadamente, a partir do aceno à função social da propriedade que não se logra demonstrar, desde logo, venha sendo desrespeitada pela agravada. (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0012490-16.2004.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Mauricio Caldas Lopes, Rio de Janeiro, 05 abr. 2004)

A ocupação é qualificada como uma baderna, que viola o ordenamento jurídico. Em outras palavras, é, mais uma vez, penalizada. No caso, o pronunciamento firma a exigência de que seja provado o desrespeito à função social da propriedade para não desfazer a ocupação, mas não exige que seja demonstrado o respeito à função social para que a propriedade seja protegida. Cabe lembrar que, apesar da oportunidade dos réus-agravantes se manifestarem em defesa da ocupação no agravo de instrumento, a liminar foi concedida *inaudita altera parte*.

A desvinculação entre a função social e a tutela jurídica do direito de propriedade aparece em outros processos. É o que se observa, por exemplo, no bojo de agravo de instrumento⁷⁵ interposto contra decisão que deferiu liminar de reintegração de posse no processo nº 0010038-02.2011.8.19.0028, cujo objeto é imóvel rural situado no distrito de Córrego do Ouro, em Macaé. Foi negado seguimento monocraticamente ao agravo e o relator valeu-se, para tal, da escritura pública de compra e venda e do carnê do IPTU relativos ao imóvel, de

⁷⁴ Processo nº 0012490-16.2004.8.19.0000.

⁷⁵ Processo nº 0054544-50.2011.8.19.0000.

modo a confirmar a propriedade do agravado, sem adentrar nem a discussão possessória nem a discussão relativa à função social. Lê-se no voto apenas: “Observe-se que o direito de propriedade é garantia constitucional e, como tal, deve ser tratado e respeitado” (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0054544-50.2011.8.19.0000, Quinta Câmara Cível, Rel. Des. Claudia Telles Menezes, Rio de Janeiro, 21 out. 2011). Novamente, o direito de propriedade aparece tomado como absoluto, argumento reforçado pela disposição de *status* constitucional, esquecendo-se que, no mesmo diploma, aparece imposta a funcionalização.

No processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, cujo objeto é imóvel rural denominado Sítio Irmãos Unidos, situado no Município de Macaé, a reintegração e a manutenção da posse são igualmente fundamentadas na propriedade. É possível, no caso, observar que a vinculação da posse ao instituto proprietário constante da conceituação de possuidor do Código Civil se confirma como um possível obstáculo de acesso à terra. É o que se vê na decisão que defere liminar de reintegração e manutenção de posse:

Com efeito, a propriedade do imóvel se encontra comprovada através da certidão expedida pelo RGI. **A comprovação da propriedade, por si só, seria suficiente para a caracterização da posse, já que esta decorre naturalmente daquela, na forma do art. 1.196 do Código Civil.** (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, 3ª Vara Cível da Comarca de Macaé, 17 out. 2018, grifo nosso)

Contudo, não são todas as decisões levantadas que caminham no sentido de aceitar a simples prova do domínio para a configuração da posse, como se observa, por exemplo, na sentença do processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, em que a disputa possessória compreende a Fazenda do Ermo, a Fazenda Santa Rosa e a Fazenda Renascer. Embora entenda pela iminência de invasão, confirmando a liminar⁷⁶, o magistrado expõe que:

⁷⁶ A apelação no bojo desse processo foi provida para anular a sentença e determinar o regular prosseguimento do feito, já que se entendeu que não era caso de cabimento de julgamento antecipado da lide. No entanto, foram rejeitadas as preliminares de ausência de pressuposto processual de validade (no que se refere à capacidade processual do réu) e de nulidade da citação editalícia (que não teria observado todas as regras do Código de Processo Civil), convocando a jurisprudência do Superior Tribunal de

Em sede de ações possessórias, como é o caso, não está em discussão o domínio, não podendo o réu discutir sobre o reconhecimento do domínio do bem, havendo para tanto, a competente ação Reivindicatória. Assim, de início, estamos em sede de ações possessórias, em que se pleiteia a garantia de posse mansa e pacífica do autor em face dos réus, ante a iminência de invasão de suas propriedades por aqueles, tendo a autora ingressado com o interdito proibitório que ora é julgado. (TJRJ, Sentença, Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 23 nov. 2009)

Também é exigida a comprovação da posse no processo nº 0322766-34.2021.8.19.0001, por exemplo. No bojo da ação possessória, que tem como objeto o imóvel Fazenda Caetá, decisão de 21/12/2021 indefere liminar de interdito proibitório sob o fundamento de faltar prova da permanência da posse do autor-proprietário (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0322766-34.2021.8.19.0001, Cartório do Plantão Judiciário 9 - Campos e Adj da Comarca da Capital, 21 dez. 2021).

Algumas decisões vão além e não só confirmam a superação da exceção de domínio, como também dizem reconhecer a legitimidade da luta pela terra no país. No entanto, não escondem a crítica ao que julgam ser o modo de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que representaria um ataque ao Estado de direito e à ordem pública. A ofensa ao direito individual do proprietário de repente toma dimensão coletiva.

É o que se exemplifica através de pronunciamento no bojo do processo nº 0023300-71.2005.8.19.0014⁷⁷. Entre as informações prestadas ao desembargador relator de agravo de instrumento relativo ao feito principal extrai-se:

Por fim, enfatizo que a política a respeito da Luta pela Terra é algo socialmente desejável, contudo deve ser respeitado o Estado de Direito, bem como este Juiz deve se ater à decisão preclusa de 2º grau. O agravante e os outros réus devem, se for o caso, interpor eventual recurso para combater a decisão de 2º grau, salvo melhor juízo.

Justiça, que determina que, nas ações possessórias em que a invasão ou a ameaça são cometidas por uma coletividade, nem a falta de individualização dos réus nem a realização de citação por edital implicam afronta aos requisitos da citação conforme ditados pelo Código de Processo Civil (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Andre Gustavo Correa de Andrade, Rio de Janeiro, 27 jul. 2011).

⁷⁷ Trata-se da exceção de incompetência encontrada no levantamento.

(TJRJ, Informação prestada pelo magistrado, Processo nº 0023300-71.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 18 jun. 2008)

Observa-se a contraposição entre um elogio à luta pela terra no Brasil em abstrato e a necessidade de respeito ao Estado de direito e à ordem pública, sem falar no apontamento sobre a via processual adequada a ser utilizada na disputa, em substituição às estratégias das quais o movimento se vale.

É igualmente o caso do processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014, cujo objeto é imóvel situado no 13º distrito de Campos dos Goytacazes e do qual se extrai o seguinte trecho de pronunciamento:

Registre-se, por oportuno, que este Juízo não ignora a questão social envolvida no ideal defendido pelo Movimento réu. Todavia, não se pode tolerar o comportamento dos seus integrantes, que pretendem tomar a posse de imóveis rurais de seus legítimos possuidores pela violência., sob pena de afrontamento à ordem pública e ao estado de direito. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 21 jul. 2005)

Destaca-se que, na mesma decisão, o juízo defere a liminar, mas oferece a oportunidade de desocupação voluntária e oficia o Batalhão da Polícia Militar com o fundamento não apenas do fiel cumprimento do mandado de reintegração, mas igualmente da preservação da “integridade física dos invasores, sobretudo crianças e idosos”:

todavia com vistas a propiciar uma solução pacífica à questão posta, determino a prévia notificação do réu para desocupação voluntária do imóvel no prazo de 72 horas, sob pena de imediata reintegração dos autores. Expeça-se mandado. Findo o prazo sem a desocupação, determino desde já a expedição de mandado para cumprimento da liminar ora deferida. Oficie-se ao Batalhão da Polícia Militar com atribuição neste município para que garanta aos Oficiais de Justiça encarregados das diligências o fiel cumprimento dos mandados, bem como a integridade física dos invasores, sobretudo as crianças e idosos que se encontrem no local. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 21 jul. 2005)

Outro ponto de destaque aparece no processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, cujo objeto é imóvel rural da Sociedade Lousiana Agropecuária Ltda., em Campos dos Goytacazes. Além da opção por realizar uma inspeção judicial (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 27

jul. 2005), é possível constatar que o magistrado, na exposição dos motivos pelos quais manteve a liminar de reintegração de posse, decide por não discutir se a propriedade em questão cumpre função social. O óbice por ele colocado a tal apreciação é o princípio do devido processo legal, que conflitaria com a necessidade de se pensar a propriedade funcionalizada desde aquele momento.

Da decisão, extrai-se:

11) Os critérios técnicos em torno da **produtividade ou não do imóvel excedem ao tema proposto neste feito centrado na situação da posse** e este atributo inegavelmente a autora possui. Se não utiliza como deveria a terra é questão a ser tratada no **procedimento próprio para o perdimento das terras** garantindo-lhe o espaço de defesa e o contraditório, sob pena de afronte completo aos mandamentos constitucionais. Assim, na **mesma constituição que garante a função social da propriedade vivifica o princípio do devido processo legal**. 12) As famílias que estão no acampamento é bom que se ressalte, estão instaladas em precárias condições já que receberam do INCRA orientação para invadir o imóvel, porém, não receberam infraestrutura mínima capaz de viabilizar a utilização produtiva do imóvel. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 01 set. 2005, grifo nosso)

Nesse mesmo trecho citado, também se enfatiza a afirmação de que o INCRA dá, ao movimento social, a “orientação para invadir” — afirmação essa acompanhada, inclusive, da crítica ao fato de a autarquia federal não oferecer infraestrutura para produção no imóvel. Do apontamento, é possível deduzir uma desconsideração da agência dos movimentos sociais de luta pela terra, o que chama atenção, já que, como foi apontado em capítulo anterior, são eles que, através das ocupações, pautam, em grande parte, a implantação da política da reforma agrária no país. Percebe-se, assim, que se opera uma inversão, como se fosse o INCRA que guiasse a atuação do MST e não o movimento que pressionasse o Poder Público para a concretização da política.

Por fim, cabe frisar ainda quanto ao mesmo processo que, embora tenha sido apontado que a ação possessória não é momento próprio para discutir o cumprimento da função social da propriedade, em decisão posterior afirma-se:

É certo que a Luta pela Terra no Direito e na Sociedade Brasileira vem evoluindo, contando este movimento social com o apoio dos órgãos estatais, como o INCRA, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro e o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola. Inegável o aspecto de inclusão social e a importância

política desse movimento - MST, que cruza o país, que por sua vez, **deve respeitar o Estado Democrático de Direito, vale dizer, a questão jurídica deve ser analisada, observando os fatos constantes do processo judicial e a Função Social da propriedade.** (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 04 jun. 2008, grifo nosso)⁷⁸

A Décima Segunda Câmara Cível, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento⁷⁹ interposto contra a decisão que, nesse processo originário, rechaçou a alegação de competência da Justiça Federal e deferiu a liminar de reintegração de posse. O relatório não expôs as razões do agravo, mas somente as contrarrazões ao recurso, e adotou inteiramente o parecer do Ministério Público como fundamento da decisão, sem qualquer comentário autoral, o que é permitido pelo regimento. O parecer transcrito refere-se à atuação do movimento enquanto “invasão da terra” e reforça o entendimento firmado na primeira instância de que os critérios técnicos de produtividade da área excedem a discussão sobre a situação possessória (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0029091-63.2005.8.19.0000, Décima Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antonio Ricardo Binato de Castro, Rio de Janeiro, 03 jul. 2006).

O processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014, por sua vez, consiste em ação de reintegração de posse em que a parte autora alega ser possuidora do Parque Industrial da antiga Usina Cambahyba, por tê-lo arrematado em hasta pública. A decisão proferida em 02/11/2012, que deferiu liminar de reintegração de posse, permite-nos ver, por um lado, as frequentes referências a reportagens divulgadas pela mídia e à convocação de força policial, caso necessária; mas, por outro, a excepcional menção — ainda que superficialmente — à necessidade de se ter o cumprimento da função social enquanto critério para discussão da posse. Dela extrai-se:

Compulsado os documentos juntados pelo requerente, vê-se que o mesmo arrematou um imóvel situado na Fazenda Cambahyba denominado Parque Industrial (fl. 10). Verifica-se, ainda, matéria jornalística divulgada nesta data sobre invasão na

⁷⁸ A contradição remete à pesquisa de Dantas (2013), que, com foco na análise da jurisprudência do TRF-1, identificou que os Tribunais têm utilizado a função social da propriedade como critério para a concessão da tutela possessória somente quando esta é favorável ao proprietário.

⁷⁹ Processo nº 0029091-63.2005.8.19.0000.

mencionada Fazenda pelo grupo autodenominado "MST" (fls. 17/20). Assim, "primo oculi", nota-se que, de fato, o requerente tem posse sobre a terra em exame, já que o auto de arrematação tem o condão de conferir a posse direta do imóvel ao arrematante. Friso que **pode se falar que a função social da terra não está sendo cumprida, o que gera efeitos em um conceito social da posse. Contudo, em tese, tal ilicitude, por ora, deve ser atribuída ao seu antigo proprietário e possuidor.** Desta forma, evidenciado, por ora, o disposto no art. 927 I a IV do CPC, DEFIRO A LIMINAR para determinar a reintegração de posse do requerente. Expeça-se mandado de reintegração a ser cumprido se necessário com auxílio de força policial. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 02 nov. 2012, grifo nosso)

Observa-se que, apesar de ser feita a referência à função social (inclusive, função social da terra), seu descumprimento aparece esquecido pela troca de proprietário e a ocupação poderia, com base nisso, ser desfeita. O fato de a ilicitude não repercutir pela renovação da titularidade indica que a função social não foi tomada como elemento intrínseco à propriedade.

No entanto, a decisão liminar, que fora deferida em regime de plantão, foi, em seguida, revogada por decisão de 06/11/2012. Entre os fundamentos para isso, estavam a notícia de que existiam 200 famílias ocupando o imóvel e o especial dever de cuidado exigido nessas espécies de demanda (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 06 nov. 2012).

A Sexta Câmara Cível, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento⁸⁰ interposto contra a decisão que revogou a liminar de reintegração de posse. O voto do relator expôs a necessidade da demonstração de posse anterior e de (ou de probabilidade de) esbulho para o deferimento da tutela antecipada, e concluiu que não havia prova da posse do agravante (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0001101-19.2013.8.19.0000, Sexta Câmara Cível, Rel. Des. Benedicto Abicair, Rio de Janeiro, 13 set. 2013). De fato, a afirmativa de que o autor tem posse sobre a terra porque o auto de arrematação confere, automaticamente, a posse direta do imóvel ao arrematante — afirmativa essa

⁸⁰ Processo nº 0001101-19.2013.8.19.0000.

que consta da decisão que deferiu a liminar — bem mostra a concepção de posse como uma expressão do poder proprietário.

A Câmara também entendeu acertada a decisão que declinou a competência para a Justiça Federal, posto que a área em disputa estava abrangida pelo decreto desapropriatório para fins de reforma agrária, o que demonstraria, de forma patente, o interesse do INCRA.

Já no processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014, cujo objeto é imóvel em Campos dos Goytacazes, o magistrado dispõe em despacho datado de 08/09/2015:

Acolho na íntegra a promoção retro como fundamento deste decisum para revogar as decisões de fls. 44 e 45, reestabelecendo, assim, a decisão de fl. fls. 18, por entender que se encontram presente a verossimilhança neste caso, para deferir o pedido de tutela antecipada, haja vista a **flagrante ilegitimidade dos réus no que se refere à posse em questão, aliado ao fato de que a parte autora tem a posse em razão da aquisição do imóvel em hasta pública. Ademais, o bem objeto desta controvérsia não servira para os fins de reforma agrária ante a falta de interesse do INCRA, não se justificando, portanto, a ocupação do imóvel por integrantes do MST.** (TJRJ, Despacho, Processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 08 set. 2015, grifo nosso)

O que se vê é que fica decidido que a posse dos réus é flagrantemente ilegítima, porém a posse do autor se constata e justifica não por si mesma, mas, sim, pela propriedade, outra vez.

O pronunciamento judicial também condiciona o âmbito de atuação do movimento popular ao interesse do INCRA. E, quanto a este ponto, o mesmo acontece na sentença proferida em 27/03/2020 nos autos do processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, cujo objeto é imóvel rural desmembrado da Fazenda São Domingos, localizado no distrito de Aré, Itaperuna. Lê-se na sentença: “Além disso, não há comprovação que o terreno invadido esteja dentro do perímetro da área demarcada pelo INCRA para fins de desapropriação, ônus que cabia à ré (art. 373, II, do CPC)” (TJRJ, Sentença, Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, 1ª Vara da Comarca de Itaperuna, 27 mar. 2020).⁸¹

⁸¹ Foi negado provimento à apelação no processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026 e mantida, na íntegra, a sentença, que julgou procedente a reintegração de posse da autora. A decisão monocrática também se

Decisão em outro processo (processo nº 0000968-57.2005.8.19.0064, cujo objeto é imóvel da empresa Inagro Agricultura e Pecuária S.A., na Comarca de Valença) já trata de maneira oposta o significado que uma declaração de utilidade pública para fins de reforma agrária teria para a disputa possessória:

Mediante análise dos autos, verifico que a petição inicial se encontra devidamente instruída (fls. 29/52), e é legítimo o justo receio da empresa autora ser molestada em sua posse. Vale ressaltar que **a expedição de decreto declaratório de utilidade pública (fls. 52) para fins de reforma agrária não legitima a turbacão ou esbulho iminente**. Isto posto, defiro a medida liminar à empresa autora, na forma do art. 932, do CPC, ... (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000968-57.2005.8.19.0064, 1ª Vara da Comarca de Valença, 31 mar. 2005, grifo nosso)

Por fim, cabe trazer a decisão datada de 27/04/2018 no processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, cujo objeto de disputa é terreno identificado como Loteamento “Green Valley”, em Rio das Ostras. A decisão mantém a liminar anteriormente deferida e enfrenta mais direta e explicitamente as alegações trazidas na contestação do MST, o que é raro — isso, ao que parece, em parte porque é frequente a decretação de revelia e em parte porque as decisões, realmente, são pouco fundamentadas. De qualquer forma, é a que se transcreve a seguir:

Os réus aduzem que este Juízo atuou precipitadamente, pois ignorou que a propriedade objeto deste feito é improdutiva e por isso, não poderia receber a proteção do Estado. O argumento não tem pé e por dois motivos. O primeiro deles é que não há evidência de que a propriedade seja improdutiva ou que não esteja cumprindo sua função social - em análise sumária, as fotos que acompanham o petitório acusam que a área estava em vias de ser loteada; lá é possível enxergar ruas abertas e postes de iluminação instalados; portanto, se há algum elemento que de alguma forma elucida a controvérsia, presta favor ao alegado na exordial. E o segundo é que **ainda que houvesse evidência cabal de que a área estivesse abandonada, não seria legítima sua apropriação 'manu militari', como fez e parece desejar o movimento-autor**. Não é preciso esclarecer ao causídico que elaborou a peça que **o ordenamento pátrio proíbe o exercício arbitrário das próprias razões e que para o caso de propriedades improdutivas, prevê procedimento especial**, no bojo do qual em primeiro lugar é realizada vistoria prévia pelo INCRA, depois editado decreto expropriatório, em seguida proposta ação específica e assim por diante, até culminar na expropriação da área para fins de reforma agrária (vide LC no 76/93, editada em cumprimento ao disposto no art. 184 da Constituição Federal). [...] (TJRJ, Decisão interlocutória,

vale do termo “invasão” para definir a atuação dos réus (TJRJ, Decisão monocrática, Apelação, Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, Décima Câmara Cível, Rel. Des. Pedro Saraiva de Andrade Lemos, Rio de Janeiro, 17 ago. 2020).

Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 27 abr. 2018, grifo nosso)

O relator do agravo de instrumento⁸² interposto contra essa decisão que concedeu a tutela antecipada de reintegração de posse, em voto indeferindo efeito suspensivo ao agravo, elogia a argumentação da Defensoria Pública no caso, porém ressalva-a com o seguinte trecho:

Mas do exame da questão material subjacente ao pleito recursal é possível constatar que a petição inicial apresenta argumentos paralógicos, data venia, na medida em que **a situação fática não revela ato possessório, senão ocupação criminosa de propriedade privada, delineando-se perfeitamente clara a figura típica do art. 161, § 1o, II, do Código Penal, que considera esbulho possessório criminal a invasão de terreno ou edifício alheio, para o fim de apossamento, desde que haja emprego de violência ou concurso de mais de duas pessoas.** Na hipótese em exame, os documentos que instruem os autos do recurso demonstram que o Movimento Sem Terra noticiou em seu sítio eletrônico informações precisas sobre a data (21/04/2018) e a hora da invasão (madrugada), tudo sob o influxo de ações políticas denominadas “Movimento Mariele Livre” e “Movimento Lula Livre”. Como se vê, **a ordem jurídica brasileira não tolera tais condutas desviantes e conta com mecanismos eficazes para coibir essas verdadeiras entropias (desarranjos do sistema) do regime democrático.** É o quanto basta para indeferir a pretensão liminar veiculada neste recurso. (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Edson Aguiar de Vasconcelos, Rio de Janeiro, 27 abr. 2018, grifo nosso)

É bastante expressa a visão do magistrado sobre a ocupação. Não apenas se mostra contrário como a qualifica enquanto um desvio e a enquadra explicitamente em um tipo penal. Observa-se do pronunciamento que a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra seria um desarranjo do regime democrático — e a ordem jurídica nacional estaria armada de instrumentos capazes de coibi-la.

A Décima Sétima Câmara Cível, por unanimidade, negou provimento ao agravo. Entendeu estarem demonstrados a posse anterior — a partir da certidão do RGI, de projeto de aprovação de loteamento e de licença de instalação para obra — e o esbulho — a partir de registro de ocorrência. Na decisão, existe menção à exigência de que haja cumprimento de finalidade social para que a propriedade seja protegida, conforme a Constituição, mas a Câmara entendeu

⁸² Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000.

que os documentos juntados pela agravante não comprovaram os indícios de abandono das terras e, portanto, o descumprimento da função social. E ainda:

Ressalte-se o fato de a liminar possessória ostentar natureza precária, especialmente porque poderá o juízo revogar a decisão quando do julgamento do mérito da causa, se, durante a instrução processual, restar alterado o quadro até então formado unilateralmente pela parte autora. (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Edson Aguiar de Vasconcelos, Rio de Janeiro, 29 jun. 2018)

A constatação ignora a complexidade das ocupações. A possibilidade de o juiz revogar a liminar não exclui o fato de que o acampamento será desfeito. Nesse sentido, em comentário que vale para as demais liminares deferidas, José de Albuquerque Rocha (2002) esclarece que é bastante provável que os efeitos da decisão de tutela antecipada sejam irreversíveis quando se trata dos sem terra, em função das condições econômicas dessas pessoas, de reconhecida pobreza, o que impossibilitaria que o estado de coisas anterior, desmanchado pela liminar, fosse restaurado. É, inclusive, o que se vê em decisão do processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, que defere liminar de reintegração e manutenção de posse e determina: “Expeça-se o mandado de reintegração de posse com relação à área parcialmente invadida. Fica desde já autorizada a remoção das construções de madeira e barracas de lona montadas no local” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, 3ª Vara Cível da Comarca de Macaé, 17 out. 2018).

Parte-se, então, para a análise das ações possessórias encontradas não pelo método de busca direta por nome da parte ou palavras-chave, mas, sim, pela busca de processos correlatos aos processos primários, conforme descrito na seção 4.2.2.1.

Como se vê na Tabela 3, três deles são ações possessórias, quais sejam: (1) Processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055; (2) Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071; e (3) Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014. Além deles, o processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, embora classificado enquanto de

procedimento comum, é, na realidade, uma ação de manutenção de posse cumulada com interdito proibitório, como já explicado também na seção 4.2.2.1.

O MST é réu em uma dessas ações (processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014), sob o nome de “MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS”, conforme registrado na página de consulta ao processo no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O achado levou à busca da ocorrência de outros processos em que o movimento fosse assim nomeado. A consulta a processos usando o termo como nome da parte retornou 12 resultados, sendo um deles o próprio processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014 e sendo todos os demais processos já encontrados na etapa anterior. A consulta à jurisprudência usando o termo como palavra-chave também não retornou novo processo.

Nas demais ações possessórias, o que temos são membros do MST figurando como partes, também no polo passivo, e não o movimento propriamente.

No que se refere à tramitação desses processos na primeira instância, é possível organizá-los da seguinte forma:

Tabela 5 – Tramitação das ações possessórias da segunda etapa na primeira instância

Processo	Medida liminar	Sentença
0001113-77.2004.8.19.0055	Não se aplica.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0000726-77.2005.8.19.0071	Deferida a liminar de interdito proibitório.	Não há. Declinada a competência para a Justiça Federal.
0022247-55.2005.8.19.0014	Deferida a liminar de reintegração de posse.	Homologado acordo.
0008578-45.2019.8.19.0045	Deferida parcialmente a liminar de manutenção de posse.	Em curso, ainda sem sentença.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2022).

Em dois⁸³ desses quatro processos, o magistrado determinou que fosse oficiado o Batalhão da Polícia Militar para acompanhar os oficiais de justiça e garantir o cumprimento dos mandados de interdito proibitório e de reintegração de posse. A solicitação do auxílio de força policial é, inclusive, um ponto de destaque em um deles⁸⁴. Embora outras decisões das analisadas na presente pesquisa justifiquem o ofício ao BPM como forma de proteger os próprios ocupantes, lê-se nos pronunciamentos judiciais desse processo: “Expeça-se ofício ao 28o BPM p/ que permaneça no local efetivo em número suficiente a evitar práticas ilícitas dos acampados” (TJRJ, Despacho, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 25 out. 2005); e ainda:

[...] ao 28o BPM para que desloque policiais em n[umero suficiente para cumprir a referida decisão, inclusive o batalhão de choque, se necessário, e cumprimento este que deverá também ser acompanhado pelo Exmo Sr Delegado de Polícia e pelo OJA da Comarca. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 27 mar. 2007)

Em uma dessas ações possessórias⁸⁵, um registro de ocorrência (R.O.) acompanhava a petição inicial, mas o magistrado não se referiu especificamente a ele para entender pela configuração do esbulho possessório no caso.

Em nenhuma das decisões desses quatro processos, houve menção à mídia, e, em somente um processo⁸⁶, o magistrado valeu-se do termo “invasão” para se referir à atuação do movimento — ainda assim, referiu-se aos acampados predominantemente enquanto ocupantes.

Em nenhum dos pronunciamentos judiciais desses processos, lê-se menção à função social da propriedade.

No processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, em que havia sido deferida liminar de reintegração de posse, foi homologado acordo celebrado entre as

⁸³ (1) Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071; e (2) Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014.

⁸⁴ Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071.

⁸⁵ Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014.

⁸⁶ Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045.

partes, sendo essa a única ação em que a sentença foi proferida (TJRJ, Sentença, Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 28 nov. 2005). O processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045 ainda está em curso e houve declínio de competência para a Justiça Federal tanto no processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055 — em função de ação de desapropriação proposta — quanto no processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071 — em função de requerimento do INCRA para intervir no feito como assistente (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 19 abr. 2007).

O processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055 cuida de posse sobre imóvel que se situa no 18º Distrito de Campos dos Goytacazes e abriga a ocupação das Fazendas Santo Amaro e São José. Em decisão interlocutória de 05/12/2006, o magistrado relata que se trata de ação de reintegração de posse e menciona quem são os espólios autores e quem são os réus, declinando, em seguida, da competência, sem fazer qualquer citação ao MST (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055, 1ª Vara da Comarca de São Pedro da Aldeia, 05 dez. 2006). Só na segunda instância, no bojo de agravo de instrumento⁸⁷, é possível descobrir que os réus são “membros do denominado Movimento Sem-Terra” (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0001467-73.2004.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Rudi Loewenkron, Rio de Janeiro, 24 nov. 2004). A decisão de declínio de competência em favor da Justiça Federal se fundamenta no interesse da União e o magistrado reconhece que, “[...] em vista da ação de desapropriação proposta, verifica-se a possibilidade de prolação de decisões conflitantes com relação à reintegração dos autores na posse do imóvel” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055, 1ª Vara da Comarca de São Pedro da Aldeia, 05 dez. 2006). O processo é mais um que traz a questão do interesse do INCRA. A

⁸⁷ Processo nº 0001467-73.2004.8.19.0000.

recorrência dessa questão, por um lado, revela o modo de atuação do MST: como visto, as ocupações se dão normalmente em áreas destinadas à reforma agrária (ou limítrofes) ou, então, em áreas potenciais destinatárias desse fim, pressionando o avanço da política (QUINTANS, 2005; QUINTANS *et al.*, 2019; BORGES *et al.*, 2021). Por outro lado, também permite visualizar a usual convivência entre ação de desapropriação na Justiça Federal e a ação possessória na Justiça Estadual, apontada por Borges *et al.* (2021) e referida no presente trabalho.

Outro achado a ser destacado aparece em agravo de instrumento⁸⁸ interposto contra decisão que deferiu liminar de interdito proibitório, nos autos do processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, cujo objeto é a Fazenda da Pedra, no Município de Quatis. Extraí-se de decisão de 08/03/2006 do desembargador relator, que chamou o recurso à ordem:

Diante do quadro de conturbação, na área rural em berlinda, visto irradiador de atos violentos nos campos patrimonial e, de pior, pessoal, modifico em parte o decisório prolatado às fls. 33. Isto para que a liminar, antes decretada pelo Juízo de origem, tenha eficácia contida e restrita. Ou seja, para que a agravante, e as outras pessoas que, com ela, ocuparam parte da denominada “Fazenda da Pedra”, se mantenham, por ora, na área objeto da ocupação, atinente ao dia 13 de agosto de 2005, quando foi proferido o decreto satisfativo monocrático. Devendo de imediato obrarem retirada do que tiver sido ocupado, de lá para diante, em extrapolção. Bem como se absterem de circular, de qualquer modo, fora da área referida, e de praticarem quaisquer **atos de agressão à propriedade** dos agrados, fora da mesma. **Tal incluindo plantações, “queimadas”, abate de animais, ordenha, e correlatos.** Tudo no escopo de, por ora como dito, ficarem a agravante e os outros ocupantes adstritos à área que ocupavam na data acima. Oficie-se de novo ao Juízo de origem, comunicando, restando o mesmo autorizado a tomar as providências que se façam mister, sobretudo junto à autoridade policial, no sentido do integral cumprimento, por ambos os pólos do conflito, do supra gizado. (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Felipe da Silva Haddad, Rio de Janeiro, 08 mar. 2006, registrada em 14 nov. 2007, grifo nosso)

Na decisão, a propriedade aparece personificada e passível de agressão por meio — inclusive — de plantações⁸⁹, por exemplo. Por outro lado, o

⁸⁸ Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000.

⁸⁹ “O estoque especulativo de terras no Brasil não é delito. Delito, num direito que envelheceu, é ocupá-la para plantio” (MARQUES, 1988, p. 11 apud SOUZA FILHO, 2021, p. 173).

pronunciamento reconhece a complexidade da questão e restringe os efeitos da liminar deferida em primeira instância.

O agravo, porém, teve seguimento negado, já que o relator entendeu, em decisão de 09/03/2007, que a agravante não conseguiu demonstrar sua legitimidade para o recurso por não mais morar no local que dizia ocupar junto ao MST. Essa decisão levou à seguinte ementa, na qual se enfatiza o reconhecimento do interesse social constante da reforma agrária:

Não tendo a cidadão, aqui agravante, demonstrado sua legitimidade para a causa e, por conseqüência, para o recurso, uma vez que nem mais reside nas terras que disse ocupar, por junção ao “MST”, o qual, até hoje, não integra a relação processual, mas, sim, ente sindical que sustenta seu desinteresse pela mesma causa, apercebendo-se da inadmissibilidade do agravo; isto, como frisado pelo Órgão do MP. **Trâmite recursal demorado, por necessários cuidados, deste Relator, ínsitos ao interesse social, em questão jungida à reforma agrária, que consta da letra e do espírito da Carta Republicana.** Conflito, na substância, entre os donos da fazenda e os ocupantes, envolvendo autarquia da União, cuja dirimição exige vias próprias futuras, fora do alcance desta cognição recursal. Homenagem que se faz ao brilho e à dedicação da Juíza Priscila Dickie. Recurso cujo seguimento se denega, a teor do artigo 557, *caput*, do CPC. Atos de tutela antecipada, no mesmo, que são revogados. (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Felipe da Silva Haddad, Rio de Janeiro, 09 mar. 2006, registrada em 13 mar. 2007, grifo nosso)

Prosseguindo a análise, um dos pronunciamentos judiciais que mais se destaca, dentre todos dessa segunda etapa de levantamento, é a primeira decisão interlocutória nos autos do processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, que defere a liminar de reintegração de posse em ação cujo réu é ocupante, junto a 250 famílias do MST, das Fazendas Santo Amaro e São José. Transcreve-se a seguir:

Cuida-se de ação de reintegração de posse com pedido de liminar proposta por CÉLIO JULIANO VELOSO em face dos Srs. JADER e MATEUS, apontados no Boletim de Ocorrência Policial (fls.57) como líderes do MST - Movimento dos Sem Terra, alegando que seu imóvel situado na estrada que vai para Chave de Santa Maria, s/no, 18o Distrito desta Comarca foi invadido no dia 27/06/2005, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, que em tom arrogante e ameaçador determinaram que o requerente e seu pai retirassem as vacas leiteiras daquele local. [...] A documentação acostada à inicial atende ao disposto no art.927 do Código de Processo Civil, estando caracterizado o esbulho, notadamente pelo termo de declaração do Sr. Oficial de Justiça Avaliador constante de fls.50, cabendo, por conseguinte, o deferimento da liminar nos termos do art.928 da referida lei processual civil. Se isto não bastasse, **a nossa Constituição Federal em seu art.5º, XXII e LIV, garante o direito de propriedade e estabelece que ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal, devendo, portanto, ser rejeitado o comportamento dos réus**

como forma de se tomar a posse de seu legítimo possuidor e proprietário, pois, caso contrário, estar-se-ia afrontando a ordem pública e o Estado de Direito. Vê-se, portanto, que a liminar merece ser deferida, o que, aliás, é também o entendimento do Ilustre e Culto representante do Ministério Público em seu judicioso parecer de fls.64, cujos fundamentos adoto. Por tais fundamentos, defiro a liminar, na forma postulada às fls.08, "a", oficiando-se aos Comandantes do Corpo de Bombeiros e do 8º B.P.M. para garantirem aos Oficiais de Justiça encarregados da diligência o fiel cumprimento do mandado. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 08 jul. 2005, grifo nosso)

A decisão invoca os incisos XXII (“é garantido o direito de propriedade”) e LIV (“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”) do artigo 5º da Constituição Federal. No entanto, não faz qualquer menção ao necessário atendimento da função social da propriedade, ditada pelo inciso XXIII do mesmo artigo. Os dois incisos citados parecem ter, pela conclusão do magistrado, um duplo efeito: de um lado, legitimariam a propriedade e a posse do autor, velando-a, e, de outro, exigiriam a reprovação da atuação dos réus, reduzida, em uma perspectiva conflitiva, à tentativa de tomar a posse do autor. Em outras palavras, a ação do movimento é reduzida a um apossamento isolado, que instaura um conflito meramente individual. Aceitá-la implicaria — mais uma vez — um afrontamento à ordem pública e ao Estado de direito. Indaga-se, porém, que consagração é essa ao Estado de direito e à ordem pública que assume a violência das ocupações e desconsidera o que temos por direito na atual ordem constitucional, a exemplo do comando da função social da propriedade.

O relatório da Desembargadora Relatora no agravo de instrumento⁹⁰ interposto contra tal decisão destaca-se por expor os argumentos do ocupante, que muito raramente aparecem no relatório das sentenças nas ações possessórias, como já apontado. A arguição é no sentido de que, se a função social tem aplicação imediata, a propriedade que não a cumpre não merece proteção do direito. Esse seria o caso das referidas fazendas, que estariam abandonadas, com

⁹⁰ Processo nº 0014997-13.2005.8.19.0000.

diversas execuções fiscais, e que deveriam, portanto, ser destinadas à reforma agrária. Além disso, sustenta-se que o agravado não estaria exercendo a posse do imóvel, não sendo suficiente a afirmação da condição de proprietário para que a liminar de reintegração seja concedida. Alega-se, ainda, que a permanência das famílias não ofereceria risco, já que a área ocupada seria proporcionalmente irrelevante. Contudo, o voto rejeitou tais alegações, inclusive a que denunciou a improdutividade da terra com base na declaração de Oficial de Justiça que cumpriu ordem de reintegração em outro processo que não o originário do agravo (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0014997-13.2005.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Maria Ines da Penha Gaspar, Rio de Janeiro, 26 set. 2005).

Por fim, cabem alguns apontamentos quanto ao processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, que ainda está em curso e que trata da ocupação da Fazenda da Ponte. As determinações que se sobressaem no andamento da ação possessória na vara de origem, e que tiveram repercussão no Tribunal de Justiça, chegando a Câmara Cível por meio de agravo de instrumento⁹¹, são relativas, principalmente, a retirada de gado e demolição de edificações no imóvel objeto da lide.

A decisão de 16/08/2019 deferiu parcialmente a liminar de manutenção de posse requerida pela parte autora sobre área remanescente de 80% de imóvel objeto de inventário. Foi fixada multa cominatória nos seguintes termos:

Fixo multa cominatória de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por nova turbação praticada e para o caso de descumprimento ou de qualquer ato que importe em violação ao direito possessório reconhecido, especialmente realização de cercamentos, terraplanagem, construções, inserções de semoventes e quaisquer atos que violem o direito a propriedade dos requerentes, determinando a imediata cessação de quaisquer atos em andamento. (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 16 ago. 2019)

⁹¹ (1) Processo nº 0025058-05.2020.8.19.0000; (2) Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000; (3) Processo nº 0032722-87.2020.8.19.0000; e (4) Processo nº 0048315-59.2020.8.19.0000.

Em despacho de 07/04/2020, o juiz determinou que o inventariante ficaria autorizado a vender imediatamente qualquer gado abandonado no local e que também estaria autorizada a imediata demolição do imóvel em construção na área retomada (TJRJ, Despacho, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 07 abr. 2020). Em decisão de 18/04/2020, o juiz enfatizou que não havia sido dada autorização para que as construções ocupadas fossem demolidas nem para que houvesse despejos, principalmente considerando o contexto de pandemia do coronavírus, inclusive “por questões humanitárias” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 18 abr. 2020).

Já em decisão de 14/07/2020, deferiu “[...] o pedido de demolição do novo barraco erguido no local, eis que, segundo informado, tal construção servirá de apoio à novas invasões [...]” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 14 jul. 2020).

Em decisão de 01/09/2020, foi reconhecida a necessidade de realização de audiência especial, na modalidade remota, “[...] com a participação do Ministério Público, réus identificados e representados por advogado e pela Defensoria Pública, assim como pelo representante da Polícia Militar do Estado RJ que irá acompanhar as diligências necessárias à pacificação social do local” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 01 set. 2020). Aqui, o juiz parece reconhecer a complexidade e atribuir alguma dimensão e repercussão coletivas ao conflito. A decisão foi posterior à contestação apresentada em 07/07/2020, que fez referência a ameaças e riscos em função de o herdeiro inventariante ter contratado seguranças armados.

Em decisão de 01/10/2020, o juiz indeferiu o ingresso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB no feito depois de enfatizar que não se tratava de caso de remoção de 100 famílias como alegado pela Ordem e que a instituição

não teria a especialidade exigida pela lei para atuar na função de *amicus curiae* (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 01 out. 2020).

Analisa-se, então, o posicionamento dos desembargadores do Tribunal de Justiça no tocante ao feito.

Foi indeferido o efeito suspensivo ao agravo de instrumento⁹² interposto contra a decisão que concedeu liminar de manutenção de posse e determinou a retirada do gado da propriedade, além da demolição das edificações. A relatora entendeu pela necessidade de oitiva da agravada por se tratar de um cenário complexo que envolve várias pessoas em conflito por terra que dura mais de 20 anos (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0048315-59.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Tereza Cristina Sobral Bittencourt Sampaio, Rio de Janeiro, 31 jul. 2020). Os agravantes requereram, alternativamente à suspensão da retirada do gado e da demolição das edificações, a suspensão de qualquer forma de ingresso na área ocupada enquanto durar a pandemia de COVID-19, para não haver risco de serem desocupadas e/ou demolidas, além das edificações em construção ou desabitadas, casas das famílias assentadas.

Outros dois agravos de instrumento⁹³ foram interpostos e, verificada duplicidade, julgados em conjunto. É possível ler em decisão no bojo de um desses agravos⁹⁴ que a disputa na ação possessória de origem tem como objeto “extensa área de terras na qual há mais de 20 anos cerca de 100 famílias se organizam em regime de autogestão, produzindo alimentos e criando algumas cabeças de gado, promovendo o equilíbrio entre ambiente sustentável e produção agropecuária” (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0024936-

⁹² Processo nº 0048315-59.2020.8.19.0000.

⁹³ (1) Processo nº 0032722-87.2020.8.19.0000 (agravo interposto em face de decisão que renovou medidas de urgência de modo a conservar a coisa objeto de litígio em seu estado) e (2) Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000 (agravo que combate decisão relativa à venda do gado e demolição de construções).

⁹⁴ Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000.

89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Chagas, Rio de Janeiro, 28 abr. 2020 — decisão que declinou da competência em favor de Câmara preventa).

Os relatórios também se destacam por expor a argumentação dos ocupantes. Entre as informações, está a de que se

Notícia que em 17/04/2020 os assentados foram surpreendidos por grupo armado a mando dos Autores, ora Agravados, ostentando cópia de despacho judicial autorizando a derrubada de construções e retirada do gado encontrado no local, tendo sido acionada a polícia que então evitou o pior. (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Chagas, Rio de Janeiro, 28 abr. 2020)

Foi deferido efeito suspensivo à decisão liminar, tendo o relator da Câmara preventa decidido monocraticamente, em 10/09/2020, que a estabilização da demanda seria indispensável para o respeito ao devido processo legal, o que, por sua vez, levaria à necessidade de que qualquer medida capaz de alterar o curso do processo ou os elementos da própria relação jurídica deveriam ser suspensos (TJRJ, Decisão monocrática, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 10 set. 2020). Já quanto ao pedido definitivo, o voto do relator reconheceu que a manutenção de posse em 80% da propriedade “Fazenda da Ponte” implica a desocupação de dezenas de famílias da zona em litígio. Além disso, entendeu não ser possível deferir liminar de reintegração sem oportunizar o contraditório, uma vez que a posse das famílias tem mais de ano e dia. O pronunciamento destacou que, apesar disso, o juízo *a quo* deferiu a liminar de manutenção de posse para “conferir exequibilidade à decisão proferida nos autos do inventário” (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 30 abr. 2021).

O voto ainda reconheceu que a presença de gado no local é, em sentido oposto do alegado, indício de ocupação, efetivamente, não havendo que se falar em “gado abandonado” em área de conflito por posse. Decidiu, então, a Câmara,

em acórdão de 30 de abril de 2021, por conhecer e dar parcial provimento ao agravo para suspender a decisão que autorizou o inventariante a alienar o gado na propriedade e demolir moradias ou plantações — estando impedido também qualquer despejo (TJRJ, Acórdão, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 30 abr. 2021). Seria igualmente prematuro, na visão da Câmara, entender pela configuração dos requisitos para a concessão da liminar, já que não houve audiência de justificação para melhor esclarecer os fatos e possibilitar a análise do pedido.

É interessante pontuar que, por se tratar “de questão de direito social, com moradia de inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade”, se reconheceu aplicável a Recomendação nº 90 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2 de março de 2021, de seguinte teor: “Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19)” (CNJ, 2021). A resolução parece lembrar que a terra é meio de garantia de direitos fundamentais.

Finda a exposição dos destaques dos pronunciamentos judiciais, cabem, finalmente, alguns comentários gerais sobre todo o conjunto das 33 ações possessórias analisadas — tanto as levantadas na primeira etapa quanto as levantadas na segunda etapa.

O agravo de instrumento foi identificado como a maneira mais comum das ações possessórias chegarem à segunda instância, ao menos quando tomados por universo os processos encontrados na presente pesquisa. Somente quatro das ações⁹⁵ chegaram ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por apelação.

⁹⁵ (1) Processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014; (2) Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071; (3) Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026; e (4) Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038.

Além disso, merece comentário o trato do Poder Judiciário ao INCRA. Emergem, da análise, indícios de que nem sempre a autarquia é tomada pelos magistrados como um órgão técnico, sendo possível encontrar pronunciamentos em que sua atuação aparece como politizada. Em determinados trechos, percebe-se até mesmo uma visão de que o INCRA tutela os movimentos sociais de luta pela terra⁹⁶, arrisca-se aqui a observar, como se não tivessem autonomia nem agência — como se fosse impossível à sociedade civil se organizar sem a mediação do Estado.

Alguns pronunciamentos transparecem, ainda, bastante resistência ao reconhecimento de uma liderança horizontalizada do MST, sendo que, em mais de uma oportunidade, é possível observar a ideia de que se trata de uma massa guiada por uns poucos líderes⁹⁷.

Por fim, cumpre observar que as decisões, de uma maneira geral, não discutem o contexto e a questão de fundo das ações — a concentração fundiária, o sentido das ocupações etc. Em algumas, como foi pontuado, é até possível ler referência à importância da luta pela terra, mas a reflexão não parece ser trazida para a interpretação do caso concreto. Serve apenas de aceno à legitimidade de uma resistência, que, na prática, é ressaltada. Santos (2011) aborda o papel do direito e especificamente do Judiciário na apreciação dos conflitos estruturais, com destaque, inclusive, para a questão da terra — uma das mais fraturantes questões no país, segundo ele. O autor defende que “os tribunais contribuiriam, do ponto de vista da democracia material, se estabelecessem uma ligação entre

⁹⁶ Foi o destacado nos comentários ao processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014.

⁹⁷ “Trata-se de ação de reintegração de posse ajuizada pelo Município de Macaé em face do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST e OUTROS réus **por eles comandados** mas não indenticados [...]” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, 3ª Vara Cível da Comarca de Macaé, 17 out. 2018, grifo nosso). Ou: “[...] no ato deverá citar, intimar e qualificar (nome completo RG e CPF) o segundo e terceiro réus e todos os ocupantes que forem encontrados no local, **precipuaemente os líderes do MST** [...]” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 26 abr. 2018, grifo nosso). Ou ainda: “Na dicção do art. 13,§2o do CPB, aquele que cria risco fica obrigado a evitar o resultado...pode ser ligada à **responsabilidade de seus líderes**” (TJRJ, Decisão interlocutória, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 23 mar. 2004, grifo nosso).

as disputas individuais que avaliam e os conflitos estruturais que dividem a sociedade” (SANTOS, 2011, p. 102). Aponta, no entanto, que a resposta usual dos tribunais caminha no sentido contrário: valem-se de procedimentos que individualizam ou evitam a disputa, transformando os conflitos em fatos triviais e despolitizados (SANTOS, 2011).

O presente capítulo teve a pretensão de recentrar, no âmbito do Poder Judiciário, o cenário (destacadamente, jurídico) sobre o qual se assentam as reivindicações do MST — e que, em tese, o conflito possessório permitiria discutir. Contudo, o que se observa é que, na prática dos tribunais, também se opera uma diluição do aspecto estrutural da questão agrária.

5. CONCLUSÃO

Como visto, a formação da propriedade no Brasil, com todas as suas especificidades, cristalizou a concentração de terras que até hoje marca a estrutura fundiária nacional, sem nunca, no entanto, ter deixado de sofrer oposição da luta pela terra. O MST é personagem de destaque nessa resistência, inclusive no Estado do Rio de Janeiro, e tem nas ocupações coletivas um instrumento de luta que veicula a democratização do acesso à terra. Especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, as ocupações realizadas pelo movimento deixam de ser apenas as materializações de uma demanda não suprida para serem também a pressão por uma promessa não efetivada. A reivindicação, de fato, persiste e comumente desagua, sob inúmeras formas, no Judiciário, que, conforme se mostrou, é de extrema relevância para a discussão da questão agrária em âmbito nacional.

Assim, o presente trabalho propôs-se a mostrar como o Poder Judiciário se posiciona diante das ocupações do MST, que reivindicam o acesso à terra apossando-se dela e confrontando a concepção do direito de propriedade como absoluto.

Para isso, partindo-se de aporte teórico-bibliográfico, foram identificados elementos indicativos de continuidades e descontinuidades dessa concepção de propriedade privada no direito positivo, explorando igualmente o conceito de posse, que, em síntese, passa a conter — não a titularidade, mas — a ocupação física da terra. Revelou-se, de fato, a vicissitude do tratamento jurídico desses institutos pelo ordenamento nacional.

Destacaram-se como elementos potencialmente restritivos do acesso à terra a garantia do direito de propriedade enquanto direito fundamental e vestígios da vinculação da posse à propriedade, uma vez que, no atual Código Civil, o conceito de possuidor continua vinculado ao conceito de proprietário.

Destacaram-se como elementos já potencialmente ampliativos do acesso à terra a positivação da função social da propriedade enquanto direito

fundamental e um movimento em direção da autonomia da posse frente à propriedade. De fato, viu-se que, ao elencar a função social no rol de direitos fundamentais, a Constituição não só alterou o conteúdo do direito proprietário, desde logo, reformulando as bases de sua proteção, mas também irradiou mudanças na legislação infraconstitucional. Verificou-se, nessa linha, que os poderes dominiais tradicionalmente atribuídos ao titular da propriedade privada continuam garantidos pelo Código Civil de 2002, mas agora as disposições trazem um desenho funcional ao instituto. Constatou-se que o diploma também firma a vedação da exceção de domínio e reforça a independência da proteção possessória em relação ao título proprietário.

Também a partir de aporte teórico-bibliográfico, registrou-se que as ocupações provocam reações conservadoras, que ofuscam os questionamentos e as reivindicações do MST. Entre essas reações, foram enfatizadas as respostas da mídia tradicional e da seara criminal do Poder Judiciário. Identificou-se um padrão de criminalização dos integrantes do MST e de penalização das ocupações coletivas de terras, que são desqualificadas e classificadas como invasões que afrontam a ordem pública e o Estado de direito.

Objetivando recolocar em debate a questão do acesso à terra, abafada por esse processo conservador, foi realizado um levantamento das ações possessórias ajuizadas em face do MST no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 2003 a fevereiro de 2022, o que permitiu reunir um universo de pronunciamentos judiciais que cuidassem da disputa possessória instaurada pela atuação do movimento no Estado dentro desse período.

Como apontado, um primeiro olhar sobre o conteúdo decisório desse universo já permitiu identificar que, de maneira geral, o pedido do autor da ação possessória é deferido, tanto em caráter liminar quanto em caráter definitivo (neste segundo caso, considerando as situações em que não houve declínio de competência e em que o processo foi julgado no mérito).

Considerando que, como visto, o juiz tem um campo de escolha ao decidir, partiu-se, então, para o confronto dos elementos potencialmente ampliativos e dos elementos potencialmente restritivos do acesso à terra — aportados pela teoria — com os pronunciamentos judiciais levantados na pesquisa empírica, o que levou, ainda, a algumas outras conclusões.

A garantia do direito de propriedade como direito fundamental, quando invocada, de fato apareceu nos pronunciamentos analisados como um fator restritivo do acesso à terra, uma vez que serviu para, ainda que em juízo possessório, tutelar a posse do autor-proprietário em face da ocupação de terras promovida pelo movimento. Foi inclusive, pontualmente, ressuscitada a exceção de domínio abolida pelo atual Código Civil. Mesmo tomando por legítima a proteção da propriedade privada pelo ordenamento jurídico, a invasão do direito de propriedade no juízo possessório sinaliza não só que seu alcance é mais amplo que o ditado pelo direito positivo, mas também que os resquícios da vinculação da posse à propriedade limitam o acesso à terra.

Ainda assim, a autonomia da posse em relação à propriedade foi referenciada por alguns dos pronunciamentos para afastar a prova de domínio como fundamento da tutela possessória, firmando a independência entre os institutos.

Por outro lado, a função social da propriedade, também elencada como um operador que possibilitaria a ampliação do acesso à terra, teve aplicação que merece alguns comentários.

Primeiramente, o que se notou foi que os pronunciamentos judiciais sob análise, em sua maioria, não mencionam o direito fundamental, o que sugere a permanência da concepção da propriedade como direito pleno e absoluto. Por outro lado, nas raras hipóteses em que a função social da propriedade foi mencionada, ela não serviu para ampliar o acesso à terra. Esses pronunciamentos podem ser divididos em três grupos: (i) os que entenderam que o descumprimento da função social não justifica a “invasão”; (ii) os que

entenderam que o descumprimento da função social não foi provado; ou (iii) os que entenderam que a ação possessória não seria o campo para discutir o cumprimento ou o descumprimento da função social, o que deveria acontecer em procedimento próprio. O que se observou foi, então, que a aptidão que a função social teria de justificar as ocupações apareceu ignorada, invalidada, invertida ou relegada.

Nesse sentido, os resultados destoam da defesa doutrinária, exposta no presente trabalho, de que o cumprimento da função social seria um requisito para que a propriedade recebesse tutela do ordenamento jurídico. Na realidade, o que se percebeu foi que a proteção ao direito proprietário pleno, de maneira geral, se sobressai no universo de pronunciamentos analisados — embora se tratasse de juízo possessório. Esses aspectos indicam que a função social não foi enxergada enquanto um elemento intrínseco a um “novo direito de propriedade” surgido a partir da Constituição de 1988, ou seja, enquanto um elemento capaz de definir o próprio conteúdo do direito proprietário. Na mesma linha, o que se observou foi que a tese defendida por parte da literatura e referida no presente trabalho, de que a função social da propriedade deveria ser analisada quando da avaliação da tutela possessória, não encontra eco no universo de pronunciamentos levantados.

De modo geral, portanto, o que se notou não foi apenas o predomínio da aplicação de dispositivos que restringem o acesso à terra. Na realidade, registrou-se também o recurso tanto a disposições superadas (no caso, a exceção de domínio) quanto a dispositivos elencados como potenciais ampliadores do acesso à terra, mas de modo a restringi-lo.

Além disso, o que se identificou no presente trabalho como um caráter produtivo das ocupações coletivas de terras não foi referenciado por nenhum pronunciamento judicial do universo sob análise. Quando o modo de atuação do movimento foi referido, foi taxado de afronta à ordem pública e/ou ao Estado de direito. É nesse sentido que se pode dizer, inclusive, que as reações

conservadoras frente às ocupações, identificadas pela literatura, encontraram respaldo nos pronunciamentos objeto da pesquisa, tendo sido possível notar, em vários deles, a incidência da penalização de maneira bastante explícita. A luta pela terra quando tratada por legítima aparece longínqua, idealizada, abstrata. A prática concreta do movimento social, quando abordada, é qualificada predominantemente como em desacordo com o direito.

Ainda, alguns outros aspectos emergiram da pesquisa empírica.

Como adiantado, a questão de fundo do conflito possessório, ou seja, o aspecto estrutural da distribuição de terras no Brasil, não foi tratada nos pronunciamentos judiciais levantados. Nas raras hipóteses em que há constatação nesse sentido, as ocupações não foram identificadas como instrumentos válidos de correção do “problema social” ou da “questão social” reconhecidos — que apareceram igualmente intangíveis, não sendo trazidos para a decisão do caso concreto.

Embora tenham sido destacadas exceções, a complexidade das ocupações de terras também não foi considerada, em regra. Isso se nota desde uma simples análise numérica sobre as medidas liminares — que, em tese, pela disciplina processual civil, estariam obstadas diante de perigo de irreversibilidade da decisão, mas foram concedidas, em sua grande maioria. Pode-se dizer que o diferencial no trato às ocupações se vislumbra na utilização de força policial (sob justificativas diversas), que não raramente acompanha a determinação de cumprimento dos mandados pelo Oficial de Justiça, como apontado.

A pesquisa permite entrever o processo como um obstáculo à atuação dos movimentos sociais de luta pela terra a partir das ocupações coletivas. O trabalho não teve o objetivo de narrar os andamentos processuais, limitando-se a algumas notas pontuais e restritas sobre os aspectos concernentes aos procedimentos em juízo. Contudo, uma possibilidade de estudo futuro é ampliar essa análise e investigar, mais detidamente, os elementos (potencialmente) ampliativos e restritivos de acesso à terra abrigados não somente pelo direito positivo, como

também pela própria dinâmica processual. Nessa linha, outra possibilidade de estudo futuro é estender a análise dos pronunciamentos judiciais ao âmbito da Justiça Federal nos processos em que se constata declínio de competência.

Os pronunciamentos levantados no presente trabalho talvez também possam ilustrar uma reflexão no sentido de que o Poder Judiciário não parece estar pronto para encarar o conflito advindo da luta pela terra como um conflito que não é pontual e localizado nem se dá entre direitos individuais unicamente, mas que é, sim, coletivo em essência. Em um caminho oposto, a violação ao direito individual à propriedade privada parece, em mais de um pronunciamento, tomar uma dimensão de afronta ao coletivo, capaz de ameaçar e desestabilizar toda a ordem pública — não raramente invocada para justificar a tutela possessória concedida ao autor, em eco dos fundamentos históricos à repressão camponesa, representando uma continuidade a compor a resistência ao acesso à terra.

O posicionamento do Poder Judiciário sobre as ocupações restou configurado, a partir do universo de pronunciamentos analisados, como caracteristicamente resistente a esse modo de atuação. A postura, de maneira geral, é conservadora, insistindo na concepção individualista e patrimonialista da propriedade como direito absoluto.

Cabe lembrar que, conforme apontado pela literatura, a pesquisa está inserida em um atual cenário de contrarreforma agrária, não apenas no Estado do Rio de Janeiro, como no Brasil. No entanto, é possível recuperar, através deste estudo, que o contexto é de uma conjuntura de reação, mas também de uma estrutura de conservação. Se se buscou identificar persistências e permeabilidades à cerca da terra no direito positivo, o que se observou na prática do Tribunal foi caracteristicamente a permanência: mesmo nas discontinuidades operaram-se as continuidades da restrição do acesso à terra. Os resultados parecem continuar a escrever um capítulo conservador na história da desigual distribuição das terras brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUAS, Carla Pimentel. Terra e estrutura social no Brasil: exclusão e resistência das comunidades negras quilombolas. *Revista Angolana de Sociologia*. [S. l.], n. 10, p. 131-148, 1 dez. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/ras.274>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ras/274>>. Acesso em: 17 maio 2022.

ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Da função social da posse e sua consequência frente à situação proprietária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. *Revista da ANPEGE*. [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*. [S. l.], v. 20, n. 41, p. 1-30, 29 mar. 2022. DOI: 10.22409/tn.v20i41.52451. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52451>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; AMARO JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas Gentil D. da. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *Geographia*. Niterói, v. 24, n. 52, p. 1-21, jan./jun. 2022. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2022.v24i52.a48866>. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i52>>. Acesso em: 13 maio 2022.

ALFONSIN, Jacques Távora. A função social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito à terra. *Revista de Direito Agrário*. MDA, Incra, Nead, ABDA: Brasília, Ano 19, n. 18, p. 174–196, 2006.

ALFONSIN, Jacques Távora. A legitimidade popular para cobrar função social à propriedade: o jurista Jacques Alfonsin afirma também que essa função social só funciona quando o povo vítima daquela disfunção luta por ela. *Página do MST*, [s. l.], 13 maio 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/05/13/a-legitimidade-popular-para-cobrar-funcao-social-a-propriedade/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas: direito insurgente*. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação da justiça. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 105-114, 1997.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela terra urbana. *Revista de direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 51, p. 152-170, 1998.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Módulo 5 - A terra no campo: a questão agrária. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (org.). *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 95-106. (O Direito Achado na Rua, v. 3).

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito das coisas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. v. 1.

BORGES, Jessica Soares *et al.* A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 109-133, jan./jun. 2021. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/40255>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. I Jornada de Direito Civil. *Enunciado nº 79*. Coordenador Geral Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Brasília: Conselho de Justiça Federal, 2002. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/706>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Listagem de Áreas em Conflito (2021). [S. l.]: *Comissão Pastoral da Terra*, [14 abr. 2022]. Disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14256&catid=4&m=0>>. Acesso em 09 jun. 2022.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Recomendação nº 90, de 02 de março de 2021*. DJe/CNJ nº 53/2021, de 05 mar. 2021, p. 2-3. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original1256102021030560422a6ac453a.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 130-147.

CÔRTEZ, Sara da Nova Quadros. *Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessórias*: in dubio pro “proprietário”? Salvador. 2017. 453 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/sara_da_nova_quadros_cortes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CUNHA FILHO, Sergio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Rio de Janeiro. 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.12346>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. *Revista Direito GV*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 465-488, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/21439>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. Da função social da propriedade à função social da posse exercida pelo proprietário: uma proposta de releitura do princípio constitucional. *Revista de informação legislativa*. [Brasília], v. 52, n. 205, p. 23-38, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509941>>. Acesso em 03 jun. 2022.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. Dogmática “opinativa”: o exemplo da função social da propriedade. *Revista Direito GV*. [S. l.], v. 13, n. 3, p. 769-795, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/2317-6172201731. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/6J4q9YdxHn76wFFbWqrzySS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. A função social da propriedade e a tutela processual da posse. [2008]. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/3diderjrfuncasocial.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: direitos reais*. v. 5. Salvador: JusPodivm, 2022. 1184 p.

FASOLO, Carolina. 'Cheque em branco' para a grilagem, PL 2633 segue ao Senado. *Instituto Socioambiental (ISA)*. [S. l.], 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cheque-em-branco-para-a-grilagem-pl-2633-segue-ao-senado>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Judicialização da reforma agrária. *GEOUSP: Espaço e Tempo* (Online). [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35-39, 1997. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1997.123223. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123223>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 15-87.

FIGUEIREDO, Yuri Gomes; CALBINO, Daniel. A Imagem Do MST produzida pela mídia e sua influência sobre a formação dos discentes de uma universidade federal. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife, v. 7, n. 2, p. 88-107, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/234596>>. Acesso em: 11 maio 2022.

HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: Governo Leonel Brizola e a questão agrária no início da década de 1960. *Anos 90*. [S. l.], v. 18, n. 33, p. 99–127, jul. 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.25682. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/25682>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

HEREDIA, Beatriz *et al.* Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. [Seropédica], v. 10, n. 1, p. 73-111, abr. 2002. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/209>>. Acesso em: 17 maio 2022.

IHERING, Rudolf von. *Teoria simplificada da posse*. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2004. 64 p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LERRER, Débora *et al.* A Questão Agrária no Judiciário Brasileiro: Estudo Comparativo Entre o Reconhecimento de Territórios Quilombolas e as Desapropriações de Terras Para Fins de Reforma Agrária nas Varas Agrárias Federais. *Observatório da Justiça Brasileira/UFMG*: Rio de Janeiro, abr. 2012. 92 p.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. [S. l.], n. 57, p. 113-133, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452002000200006>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/XtH5MwKHLqbL5xyN7dwd6zC/?lang=pt>>. Acesso em: 05 maio 2022.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*. [S. l.], v. 34, p. 1-16, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.43440. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/43440>>. Acesso em: 18 maio 2022.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Direito Civil: coisas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MST. Propriedade que não cumpre função social deve ser ocupada. *Página do MST*. [S. l.], 06 out. 2006. Disponível em: <<https://mst.org.br/2006/10/06/propriedade-que-nao-cumpre-funcao-social-deve-ser-ocupada/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MST. *Página do MST: Quem Somos*. c2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PINTO *et al.* Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate*. Piracicaba, n. 10, p. 1-21, abr. 2020. Disponível em: <https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

PITASSE, Mariana. MST ocupa fazenda improdutiva em Rio das Ostras (RJ): a fazenda ocupada se situa no entorno da reserva biológica união que está sendo degradada pelo atual proprietário. *Página do MST*. [S. l.], 21 abr. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/04/21/mst-ocupa-fazenda-improdutiva-em-rio-das-ostras-rj/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. Rio de Janeiro. 2005. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Departamento de Direito da PUC-Rio. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp077273.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

QUINTANS *et al.* Poder Judiciário e Reforma Agrária: as ações de desapropriação no Judiciário fluminense. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *A reforma agrária e o sistema de justiça*. Brasília: MPF, 2019. p. 263-279. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019>>. Acesso em 07 jun. 2022.

ROCHA, José de Albuquerque. Art. 273 do CPC - Princípios Constitucionais. In: STROZKE, Juvelino José (org.). *Questões Agrárias: julgados comentados e pareceres*. São Paulo: Método, 2002. p. 51-56.

ROCHA, Rafael de Acypreste Monteiro. *Ações de reintegração de posse contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: dicotomia entre propriedade e direito à moradia*. Brasília. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade

de Direito da Universidade de Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20264>>. Acesso em 07. jun. 2022.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-18. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1210_1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. Bauru: Edipro, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de Assentamentos*. [S. l.], v. 20, n. 1, p. 14-40, jan.-jul. 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.258. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. 936 p.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *A função social da terra*. 2. ed. Curitiba: Arte & Letra, 2021.

SPINIELI, André Luiz Pereira. Luta pela Terra: Reforma Agrária, Movimentos Sociais e a Resposta Político-Institucional. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *A reforma agrária e o sistema de justiça*. Brasília: MPF, 2019. p. 117-129. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019>>. Acesso em 07 jun. 2022.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. A Posse e sua Vinculação com a Propriedade no Código Civil Brasileiro de 1916. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*. Lisboa, n. 12, p. 7721-7734, 2012. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2012/12/2012_12_7721_7734.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAVARES, Ana Cláudia *et al.* De olhos bem abertos: Quando o Judiciário tem lado? Os 21 anos de luta dos sem-terra pela desapropriação da Usina Cambahyba. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *A reforma agrária e o sistema de justiça*. Brasília: MPF, 2019. p. 238-262. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019>>. Acesso em 07 jun. 2022.

TEPEDINO, Gustavo. Contornos Constitucionais da Propriedade Privada. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 303-329.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. [2022]. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/>>. Acesso em 28 fev. 2022.

VARELA, Laura Beck. Das propriedades à propriedade: construção de um direito. In: MARTINS-COSTA, Judith (org.). *A reconstrução do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 730-762.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999. 272 p.

VIEIRA, Fernanda Maria Costa. *Presos em nome da lei?* Estado Penal e Criminalização do MST. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2006.

VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. *Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a mídia*. Rio de Janeiro. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WOLKART, Erik Navarro. Capítulo III - Das ações possessórias (arts. 554 a 568). In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 893-904.

WWF-BRASIL. Por que a Lei da Grilagem (PL 2633) não deve ser aprovada: câmara dos deputados pode votar o projeto de lei em regime de urgência. WWF. [S. l.]. 13 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?79228/Por-que-a-Lei-da-Grilagem-PL-2633-nao-deve-ser-aprovada>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

Legislação

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964*. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993*. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Brasília, 1993b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp76.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996*. Altera a redação dos arts. 5º, 6º, 10 e 17 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp88.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001*. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de

25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019*. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.633, de 14 de maio de 2020*. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o

alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Pronunciamentos judiciais e jurisprudência

STF. ADI 2213 MC, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Celso de Mello, Brasília, julgado em 04 abr. 2002, DJ 23 abr. 2004. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur13775/false>>. Acesso em 03 jun. 2022.

STJ. Súmula nº 354. A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária. Primeira Seção, Brasília, 25 jun. 2008, DJe 08 set. 2008. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/sumstj/article/download/5584/5707>>. Acesso em 03 jun. 2022.

STJ, AgRg no MS 21.371/DF, Corte Especial, Rel. Ministro Herman Benjamin, Brasília, julgado em 04 mar. 2015, DJe 27 abr. 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402932888&dt_publicacao=27/04/2015>. Acesso em 03 jun. 2022.

TJRJ, Despacho com decisão em separado, Reintegração de Posse, Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014, 3ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 02 jun. 2003.

TJRJ, Acórdão, Apelação, Processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Murilo Andrade de Carvalho, Rio de Janeiro, 21 mar. 2006, registrado em 24 abr. 2006.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 22 mar. 2004.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 23 mar. 2004.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030, Vara Única da Comarca de Mangaratiba, 29 mar. 2004.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055, 1ª Vara da Comarca de São Pedro da Aldeia, 05 dez. 2006.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0001467-73.2004.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Rudi Loewenkron, Rio de Janeiro, 24 nov. 2004.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0012490-16.2004.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Mauricio Caldas Lopes, Rio de Janeiro, 05 abr. 2004.

TJRJ, Despacho, Interdito Proibitório, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 25 out. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Interdito Proibitório, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 27 mar. 2007.

TJRJ, Decisão interlocutória, Interdito Proibitório, Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 19 abr. 2007.

TJRJ, Sentença, Interdito proibitório, Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, Vara Única da Comarca de Porto Real - Quatis, 23 nov. 2009.

TJRJ, Acórdão, Apelação, Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Andre Gustavo Correa de Andrade, Rio de Janeiro, 27 jul. 2011.

TJRJ, Decisão interlocutória, Interdito Proibitório, Processo nº 0000968-57.2005.8.19.0064, 1ª Vara da Comarca de Valença, 31 mar. 2005.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Felipe da Silva Haddad, Rio de Janeiro, 08 mar. 2006, registrada em 14 nov. 2007.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Felipe da Silva Haddad, Rio de Janeiro, 09 mar. 2006, registrada em 13 mar. 2007.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0014997-13.2005.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Maria Ines da Penha Gaspar, Rio de Janeiro, 26 set. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração de posse, Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 08 jul. 2005.

TJRJ, Sentença, Reintegração de posse, Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 28 nov. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, com pedido Liminar, Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014, 2ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 21 jul. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração de posse, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 27 jul. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração de posse, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 01 set. 2005.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração de posse, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 11 mai. 2006.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração de posse, Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 04 jun. 2008.

TJRJ, Informação prestada pelo magistrado, Exceção de Incompetência – CPC, Processo nº 0023300-71.2005.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 18 jun. 2008.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0029091-63.2005.8.19.0000, Décima Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antonio Ricardo Binato de Castro, Rio de Janeiro, 03 jul. 2006.

TJRJ, Decisão monocrática, Apelação, Processo nº 0001178-45.2007.8.19.0030, Décima Primeira Câmara Cível, Rel. Des. Marilene Melo Alves, Rio de Janeiro, 26 jan. 2012, registrada em 06 fev. 2012.

TJRJ, Decisão monocrática, Apelação, Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Pereira Martins, Rio de Janeiro, 11 ago. 2004.

TJRJ, Acórdão, Apelação, Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Pereira Martins, Rio de Janeiro, 12 dez. 2004.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038, 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, 03 dez. 2008.

TJRJ, Sentença, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038, 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, 24 mar. 2013.

TJRJ, Sentença, Interdito proibitório, Processo nº 0008911-76.2008.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 01 ago. 2009.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. José Geraldo Antonio, Rio de Janeiro, 19 dez. 2008.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. José Geraldo Antonio, Rio de Janeiro, 21 jan. 2009.

TJRJ, Decisão interlocutória, Manutenção de posse, Processo nº 0421047-79.2008.8.19.0001, 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, 17 dez. 2008.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0054544-50.2011.8.19.0000, Quinta Câmara Cível, Rel. Des. Claudia Telles Menezes, Rio de Janeiro, 21 out. 2011.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 02 nov. 2012.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 06 nov. 2012.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0001101-19.2013.8.19.0000, Sexta Câmara Cível, Rel. Des. Benedicto Abicair, Rio de Janeiro, 13 set. 2013.

TJRJ, Despacho, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014, 1ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes, 08 set. 2015.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 23 abr. 2018.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 26 abr. 2018.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052, 2ª Vara da Comarca de Rio das Ostras, 27 abr. 2018.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028, 3ª Vara Cível da Comarca de Macaé, 17 out. 2018.

TJRJ, Sentença, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, 1ª Vara da Comarca de Itaperuna, 27 mar. 2020.

TJRJ, Decisão monocrática, Apelação, Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026, Décima Câmara Cível, Rel. Des. Pedro Saraiva de Andrade Lemos, Rio de Janeiro, 17 ago. 2020.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Edson Aguiar de Vasconcelos, Rio de Janeiro, 27 abr. 2018.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000, Décima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Edson Aguiar de Vasconcelos, Rio de Janeiro, 29 jun. 2018.

TJRJ, Decisão interlocutória, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 16 ago. 2019.

TJRJ, Despacho, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 07 abr. 2020.

TJRJ, Decisão interlocutória, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 18 abr. 2020.

TJRJ, Decisão interlocutória, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 14 jul. 2020.

TJRJ, Decisão interlocutória, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 01 set. 2020.

TJRJ, Decisão interlocutória, [Manutenção de posse c/c interdito proibitório], Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045, 1ª Vara Cível da Comarca de Resende, 01 out. 2020.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Chagas, Rio de Janeiro, 28 abr. 2020.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 10 set. 2020.

TJRJ, Acórdão, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. João Batista Damasceno, Rio de Janeiro, 30 abr. 2021.

TJRJ, Decisão monocrática, Agravo de Instrumento – Cível, Processo nº 0048315-59.2020.8.19.0000, Vigésima Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Tereza Cristina Sobral Bittencourt Sampaio, Rio de Janeiro, 31 jul. 2020.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0322766-34.2021.8.19.0001, Cartório do Plantão Judiciário 9 - Campos e Adj da Comarca da Capital, 21 dez. 2021.

TJRJ, Decisão interlocutória, Reintegração/manutenção de posse, Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053, 2ª Vara da Comarca de São João da Barra, 27 jan. 2022.

PROCESSOS

Ações possessórias:

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0011408-39.2003.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0011408-39.2003.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0023655-52.2003.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0023655-52.2003.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001113-77.2004.8.19.0055. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0001113-77.2004.8.19.0055>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000333-18.2004.8.19.0030. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0000333-18.2004.8.19.0030>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0004880-10.2004.8.19.0028. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0004880-10.2004.8.19.0028>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000726-77.2005.8.19.0071. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0000726-77.2005.8.19.0071>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0022247-55.2005.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0022247-55.2005.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000926-84.2005.8.19.0071. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoCJ=0000926-84.2005.8.19.0071>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000968-57.2005.8.19.0064. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0000968-57.2005.8.19.0064>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001220-40.2005.8.19.0006. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001220-40.2005.8.19.0006>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001547-68.2005.8.19.0043. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001547-68.2005.8.19.0043>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0022717-86.2005.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0022717-86.2005.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0023299-86.2005.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0023299-86.2005.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0004873-89.2006.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0004873-89.2006.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0036451-61.2007.8.19.0038. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0036451-61.2007.8.19.0038>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0043349-90.2007.8.19.0038. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0043349-90.2007.8.19.0038>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0008911-76.2008.8.19.0014. Disponível em:

<<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0008911-76.2008.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0014519-55.2008.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0014519-55.2008.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0020947-71.2008.8.19.0008. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0020947-71.2008.8.19.0008>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0421047-79.2008.8.19.0001. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0421047-79.2008.8.19.0001>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0010038-02.2011.8.19.0028. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0010038-02.2011.8.19.0028>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0051265-77.2012.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0051265-77.2012.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0002069-05.2014.8.19.0068. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0002069-05.2014.8.19.0068>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0013506-74.2015.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0013506-74.2015.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0005010-34.2018.8.19.0052. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0005010-34.2018.8.19.0052>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0008975-92.2018.8.19.0028. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0008975-92.2018.8.19.0028>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0009860-15.2018.8.19.0026. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0009860-15.2018.8.19.0026>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0008578-45.2019.8.19.0045. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0008578-45.2019.8.19.0045>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001665-52.2021.8.19.0053. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001665-52.2021.8.19.0053>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0322072-65.2021.8.19.0001. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0322072-65.2021.8.19.0001>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0322216-39.2021.8.19.0001. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0322216-39.2021.8.19.0001>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0322766-34.2021.8.19.0001. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0322766-34.2021.8.19.0001>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001103-09.2022.8.19.0053. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001103-09.2022.8.19.0053>>. Acesso em 28 fev. 2022.

Agravos de Instrumento:

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001467-73.2004.8.19.0000. Disponível em:

<<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001467-73.2004.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0012490-16.2004.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0012490-16.2004.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0007861-62.2005.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0007861-62.2005.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0014997-13.2005.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0014997-13.2005.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0029091-63.2005.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0029091-63.2005.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0007962-94.2008.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0007962-94.2008.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0036078-13.2008.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0036078-13.2008.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0054544-50.2011.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0054544-50.2011.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001101-19.2013.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001101-19.2013.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0021897-55.2018.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0021897-55.2018.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0024936-89.2020.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0024936-89.2020.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0032722-87.2020.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0032722-87.2020.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0039577-82.2020.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0039577-82.2020.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0048315-59.2020.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0048315-59.2020.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0096873-28.2021.8.19.0000. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0096873-28.2021.8.19.0000>>. Acesso em 28 fev. 2022.

Exceção de incompetência:

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0023300-71.2005.8.19.0014. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0023300-71.2005.8.19.0014>>. Acesso em 28 fev. 2022.

Excluídos da análise:

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0003475-15.2010.8.19.0064. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0003475-15.2010.8.19.0064>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0001178-45.2007.8.19.0030. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0001178-45.2007.8.19.0030>>. Acesso em 28 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0005873-03.2008.8.19.0064. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica?numProcessoC NJ=0005873-03.2008.8.19.0064>>. Acesso em 28 fev. 2022.